UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TATIANA DE MEDEIROS CANZIANI

TV PAULO FREIRE: DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA TELEVISÃO EDUCATIVA

CURITIBA
2009

TATIANA DE MEDEIROS CANZIANI

TV PAULO FREIRE: DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA TELEVISÃO EDUCATIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração em Cultura e Processos de ensino-aprendizagem, Departamento de Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Rosa Maria Cardoso Dalla Costa

CURITIBA
2009

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PARECER

Defesa de Dissertação de **TATIANA DE MEDEIROS CANZIANI** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO. As abaixo-assinadas, DRª ROSA MARIA CARDOSO DALLA COSTA, DRª MARIA ISABEL RODRIGUES OROFINO, DRª MÔNICA CRISTINE FORT e DRª SUSANA DA COSTA FERREIRA, arguiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: **"TV PAULO FREIRE: DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA TELEVISÃO EDUCATIVA".**

Procedida a argüição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIAÇÃO
DRª ROSA MARIA CARDOSO DALLA COSTA		Aprovada
DRª MARIA ISABEL RODRIGUES OROFINO	Orofino	Aprovada
DRª MÔNICA CRISTINE FORT		APROVADA
DRª SUSANA DA COSTA FERREIRA	Susana da Costa Ferreira	aprovada

Curitiba, 28 de agosto de 2009.

Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação

A meus pais Roberto e Socorro.
Por todo o amor, por quem sou e por tudo o que alcancei.
À minha prima Assionara Medeiros de Souza.
Por me influenciar pelos caminhos da licenciatura e da pesquisa acadêmica.
À Professora Tânia Braga.
Pelo estímulo e incentivo dado à investigação científica ainda nos tempos de graduação em Letras, na disciplina de Didática.
A todos os meus alunos da UFPR – Setor Litoral e do IFPR - Campus Paranaguá.
Por me fazerem acreditar que a Educação é a base para a transformação da sociedade crítica e autônoma.
Aos meus amigos e familiares.
Por compreenderem todos os momentos de ausência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, bênção e proteção.

À professora Rosa Maria Cardoso Dalla Costa, pela orientação, apoio, e principalmente confiança no término deste trabalho.

À professora Mônica Christine Fort, pela orientação de graduação em Jornalismo, responsável por fazer-me descobrir os encantos da Educomunicação.

Aos professores Geraldo Balduíno Horn e Tânia Maria Figueiredo Braga Garcia por todo o apoio e contribuições dados durante a disciplina de Seminário de Pesquisa em Cultura, Escola e Ensino. E a todos os professores do Programa em Pós Graduação em Educação da UFPR que contribuíram para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos colegas de pós-graduação Andressa Grilo, Michele Simonian, Ana Paula Henklein, Fábio Stangue e Nicole Gaita, pela amizade, companheirismo e colaboração recebida durante o curso.

À Elizabete dos Santos, diretora do Centro de Excelência em Tecnologia Educacional do Paraná, pela colaboração no término deste trabalho.

RESUMO

A TV Paulo Freire é um canal educativo voltado exclusivamente para a comunidade acadêmica – alunos, professores e gestores – da Rede Estadual de Ensino paranaense. Esta dissertação visa verificar como se estabelece na prática de produção desta TV a interface entre a Comunicação e a Educação – Educomunicação – dentro da perspectiva de televisão educativa na América Latina. Para isso, objetiva-se analisar a estrutura administrativa, técnica e pedagógica do Canal que foi criado no ano de 2006 pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná (Seed) que é coordenado pelo Centro de Excelência em Tecnologia Educacional do Paraná (Cetepar), órgão pertencente à Seed. Esse diagnóstico tem o intuito de examinar como se constitui o funcionamento da TV com a finalidade de perceber se essa organização influencia o estilo de produção da programação veiculada pelo Canal. Essa investigação dividiu-se em três momentos: em novembro de 2007 realizou-se um estudo exploratório, no contexto da descoberta e de caráter indutivo, através de inquérito por meio de entrevistas - com quatro diretores (primeiro momento) e questionários aplicados à vinte docentes (segundo momento) - em quatro escolas estaduais do município de Curitiba – Escola Estadual Algacyr Maeder, E.E. Tiradentes, E.E. Dom Pedro II e E.E. Hidelbrando de Araújo – com o objetivo de analisar a recepção da TV Paulo Freire nas escolas estaduais nas quais as antenas parabólicas já haviam sido instaladas e o uso do audiovisual aliado ao processo de ensino-aprendizagem; culminando com o terceiro momento, também de inquérito por meio de questionários, em que dez profissionais pertencentes às equipes técnica, administrativa e pedagógica da TV Paulo Freire, apontaram como se organiza o Canal paranaense.

Palavras-chave: TV Paulo Freire. Televisão Educativa. Educomunicação.

RESUMEN

La TV Paulo Freire es un canal educativo que se vuelve exclusivamente a la comunidad académica – alumnos, profesores y gestores – de la Red Estadual de Enseñanza de Paraná. Esta disertación visa verificar como se establece en la práctica de producción de la “TV Paulo Freire" la interfaz entre Comunicación y Educación – Educomunicación - en la perspectiva de la televisión educativa en Latino América. Para eso, se objetiva analizar la estructura administrativa, técnica y pedagógica del Canal, creado en el año de 2006 por la Secretaria de Educación del Estado (Seed) y que es coordinado por el Centro de Excelencia en Tecnología Educacional de Paraná (Cetepar), órgano perteneciente a la Seed. Este diagnóstico tiene el propósito de examinar como se constituye el funcionamiento de la TV con el fin de percibir si la organización de la producción influye en el estilo de la programación difundida por el Canal. Esta investigación se dividió en tres períodos: en noviembre de 2007 hubo un estudio exploratorio en el contexto de descubierta y de carácter inductivo, a través de pesquisa - por medio de entrevistas con cuatro directores (primero momento) y cuestionarios aplicados a veinte profesores (segundo momento) - en cuatro escuelas públicas del municipio de Curitiba – Escola Estadual Algacyr Maeder, EE Tiradentes, E.E. Dom Pedro II y E.E. Hidelbrando de Araújo - con el fin de evaluar la recepción de la TV de Paulo Freire en las escuelas estatales en las cuales ya se había instalado las antenas y también percibir la utilización de los medios audiovisuales aliados al proceso de enseñanza-aprendizaje; y por último, también bajo investigación por medio de cuestionarios, diez profesionales pertenecientes a los equipos técnicos, administrativos y pedagógicos de la TV Paulo Freire, que han apuntado como se organiza el Canal paranaense.

Palabras-llave: TV Paulo Freire. Televisión Educativa. Educomunicación.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 7

2 A TELEVISÃO NO BRASIL: REFLEXO DE UM CONTEXTO DE INSERÇÃO 13
2.1 A TELEVISÃO COMERCIAL NO BRASIL: O LUCRO E A AUDIÊNCIA 19
2.1.1 Histórico da televisão comercial no Paraná 23
2.2. A ATUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NO CENÁRIO TELEVISIVO NACIONAL: UM IMPASSE ENTRE TELEVISÃO PÚBLICA E PRIVADA 30
2.3 OS DESAFIOS DE FAZER TELEVISÃO PÚBLICA NO BRASIL 38
2.3.1 A constituição da televisão pública no Brasil no contexto mundial 38

3 COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO: O ESTABELECIMENTO DE UM NOVO CAMPO CIENTÍFICO 51
3.1 A COMUNICAÇÃO E A Educação EM AMBIENTES EDUCATIVOS 54
3.2 A TELEVISÃO EM MEIO À EDUCOMUNICAÇÃO 65

4 A TV PAULO FREIRE: UM EXEMPLO DE TELEVISÃO EDUCATIVA NO PARANÁ.....68
4.1 A TV PAULO FREIRE E O GOVERNO DE ROBERTO REQUIÃO 68
4.2 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO CANAL NO PARANÁ.....70

5 METODOLOGIA E RESULTADOS 91

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 106

REFERÊNCIAS 113

APÊNDICES 120

ANEXOS 123

1 INTRODUÇÃO

Essa dissertação pretende estudar como se estabelece a interface da Comunicação e da Educação, também conhecida como Educomunicação, na prática de produção dos conteúdos veiculados pela TV Paulo Freire (PF), que é um canal vinculado ao Governo do Estado do Paraná, criado e administrado pela Secretaria Estadual de Educação (Seed) dessa região através do Centro de Excelência em Tecnologia Educacional do Paraná (Cetepar). O Canal veicula uma programação de caráter educativo-cultural exclusiva para a comunidade acadêmica - alunos, professores, gestores escolares - pertencente às escolas estaduais paranaenses.

Para que esse objetivo geral seja alcançado, propõe-se analisar a estruturação administrativa, técnica e pedagógica da TV Paulo Freire, com a finalidade de verificar a constituição do corpo técnico atuante na produção desses programas por meio de uma investigação da formação acadêmica específica de seus integrantes, sua experiência profissional anterior, assim como observar os aspectos ligados à linha teórica de atuação de cada profissional. Estas constatações têm o intuito de perceber se o Canal absorve essas especificidades de cada profissional em sua prática cotidiana enquanto televisão educativa, voltada para a promoção da democracia do telespectador/ aluno enquanto cidadão.

Através da análise desses resultados, pretende-se apurar: se há entraves institucionais que limitam/ direcionam a produção elaborada e veiculada pela TV Paulo Freire por tratar-se de um canal criado e mantido pelo governo do estado do Paraná; quais as dificuldades de ordem técnica e de conteúdo estão presentes no cotidiano da PF; como se estabelece a discussão sobre como fazer televisão educativa.

Do mesmo modo, a investigação se orienta para verificar se: são produzidas fontes audiovisuais para serem utilizadas pelos professores em sua prática pedagógica; a programação elaborada pelos núcleos de produção do canal está em consonância com as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná, por tratar-se de uma ação da Seed; os programas são co-produzidos por

professores e alunos, pensando na valorização dos saberes escolares e na diversidade regional; a produção acadêmica proveniente das Instituições de Ensino Superior (IES) pertinentes às necessidades pedagógicas dos professores públicos estaduais é apresentada pelo canal.

Os apontamentos acima listados, tomados por base a partir de uma relação de objetivos específicos apresentados como função do Canal no documento de divulgação do processo de implantação da TV Paulo Freire (PARANÁ, 2006), foram determinados a partir de um fio condutor proposto pelos estudos da Comunicação e da Educação que sugere a formação de um ecossistema comunicativo na escola (SOARES, 1999), (BACCEGA, 2002), (CITELLI, 2000), através da construção de um processo dialógico entre produtor e receptor. Eis o interesse em investigar se o que se propõe na teoria/ projeto é levado em consideração na prática da TV Paulo Freire.

A lógica proposta para a escolha de apenas quatro finalidades do Canal dentre os treze objetivos específicos da TV Paulo Freire disponíveis para serem analisados no livreto publicado pelo Cetepar (PARANÁ, 2006), deve-se à consciência de que esses são os elementos que, baseados na especificidade dessa dissertação, pensam a Educação de modo integral, atendendo a diversos níveis de ensino e possibilitando a diversidade cultural e a promoção dos saberes sociais lado a lado com o saber científico. Além disso, esses elementos refletem expectativas semelhantes às expressas pela televisão pública de caráter educativo e cultural, como afirma Cifuentes (In RINCÓN, 2002).

Este estudo justifica-se pelo fato da TV Paulo Freire constituir-se como uma proposta de atuação da televisão voltada para a escola, não só com conteúdos educacionais e pedagógicos, mas sim como um canal que se propõe a trabalhar com temáticas particulares às necessidades escolares e culturais dessa comunidade acadêmica que são responsáveis por possibilitar a criação de um ecossistema comunicativo de promoção da cidadania.

Para que se desenvolva esse trabalho, optou-se por verificar os principais rumos tomados pela mídia televisiva no país que motivaram o estabelecimento de uma lógica de produção capitalista – observada muitas vezes na televisão privada - frente às tentativas de fortalecimento da televisão pública. Foi importante elaborar também um levantamento do contexto da televisão paranaense com a

finalidade de notar as influências que afetaram/ afetam a constituição do cenário televisivo estadual. Deixa-se claro, porém, que os apontamentos levantados servem de pano de fundo para sustentar a presente dissertação e não tem pretensão de traçar um estudo aprofundado sobre o tema, uma vez que essa tarefa já foi desenvolvida por autores como Jamur Junior (2001) no estado do Paraná e por Bolaño (2007) ao retratar o histórico percorrido pela televisão no país, do ponto de vista da legislação regulatória.

É preciso ressaltar que devido ao pequeno tempo de existência do Canal, menos de quatro anos, algumas etapas da investigação não puderam alcançar os resultados esperados, uma vez que a instalação do *kit* básico necessário para a transmissão das primeiras produções – antenas parabólica, receptor de satélite - não se deu por igual em todo o Estado, nem em todas as escolas da rede estadual de educação do Paraná. Motivo pelo qual, o contato com as escolas, em um primeiro momento, teve que se dar a partir da indicação daquelas que já contavam com infra-estrutura necessária para exibição da programação.

Os posicionamentos adotados ao longo desse trabalho levam em conta a influência dos meios de comunicação social, principalmente a televisão, no ambiente escolar. Acredita-se que a partir da estreita relação entre Comunicação e Educação – Educomunicação -, é possível formar receptores mais críticos e autônomos frente à televisão comercial, além de contribuir para a geração de audiência para a televisão pública educativa.

Essa investigação científica enquadra-se dentro da linha de pesquisa Cultura, Escola e Ensino, da área temática Cultura e processo de Ensino aprendizagem, pertencente ao Programa de Pós Graduação em Educação, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, que tem por objetivo refletir sobre os saberes, a cultura e as práticas que são construídas no cotidiano escolar, tendo como foco primeiro, a escola.

Eis a razão para que não se deixe de discutir que tipo de escola é pensada na perspectiva de Educação proposta pelo presente estudo. Não cabem aqui, apontamentos utópicos sobre uma instituição ideal, com uma comunidade acadêmica homogênea capaz de atuar como modelo educacional de recepção crítica frente aos meios de comunicação social. Mas, antes de tudo, pretende-se refletir sobre que escola é essa, quais são seus pontos fortes e fracos, que

dificuldades enfrenta, pois somente desse modo acredita-se que a reflexão teórica poderá modificar a realidade prática de um país tão heterogêneo como é o Brasil.

Vem-se de uma tradição funcionalista em que a escola atua como um microcosmo da sociedade, uma vez que a instituição formal reproduz em seu interior as relações sociais pertencentes ao ambiente que está além dos muros escolares. É preciso, portanto, deixar de encarar esse espaço educacional como algo linear, constituído por um *corpus* capaz de ser avaliado quantitativamente, pois a escola tem o privilégio de agregar dentro uma atmosfera única a diversidade sócio-cultural de um país, de um estado, de uma região, de uma comunidade.

Note-se que como afirma Forquin (1993), cada escola cria uma identidade que lhe é característica, a partir da experiência trazida por cada integrante dessa comunidade acadêmica - de casa, da igreja, do trabalho – a partir de uma cultura própria, de um conhecimento prévio, de valores transmitidos de geração a geração e que nesse ambiente formal de ensino devem ser trabalhados, de modo a constituir uma identificação entre as partes desse processo sociocultural. Em síntese, crê-se em uma escola que influencia e é influenciada, uma instituição que causa impactos no desenvolvimento e comportamento de seus alunos enquanto cidadãos e sujeitos de uma sociedade que pretende ser igualitária, ao mesmo tempo em que depende de seus componentes para constituir-se.

A escola aqui projetada, não pode deixar de ser observada fora do seu tempo e lugar, de seu dia a dia, uma vez que esta se constitui a partir das interações sociais produzidas entre todos os sujeitos envolvidos em seu cotidiano, levando em conta determinações sociais, mas não limitada a essas determinações.

Propõe-se, portanto observar a TV Paulo Freire, dentro de um contexto real de atuação uma vez que sua produção é voltada para o ambiente escolar, o que justificaria seu estudo dentro da linha de pesquisa enquadrada. Nesse primeiro momento, a investigação científica se limita à análise da produção dessa programação e não à análise da recepção desses programas nas escolas estaduais, uma vez que o curto espaço de tempo de implantação da TV Paulo Freire e a exibição de sua programação nas escolas estaduais do Paraná,

aproximadamente três anos, não permite uma análise mais eficaz dessa produção pela comunidade escolar como um todo.

Desse modo, a partir de um diagnóstico do ecossistema comunicativo que se estabelece pela TV Paulo Freire, tomar-se-á por base como se dá a produção desse enunciado, levando em conta sua importância dentro do processo comunicativo, uma vez que a organização da produção apresenta relevância equilibrada tanto quanto a análise da recepção. (MARTÍN-BARBERO, 2001). Seguindo os princípios que percebem o processo de comunicação a partir da importância do receptor, como lembra Martín-Barbero (2001), far-se-á uma reflexão sobre os rumos tomados pela Comunicação e Educação, a Educomunicação, pensando-se no protagonismo assumido pela televisão dentro da sociedade moderna, o que não permite ignorá-la dentro do ambiente formal de educação.

Essas escolhas partem do pressuposto de que o contexto vivido pela TV Paulo Freire, no Estado do Paraná, e pela televisão educativa brasileira, reflete os aspectos enfrentados pela Comunicação, Educação e Cultura dentro da América Latina, de modo geral. Pensar televisão educativa enquanto espaço de promoção da democracia, capaz de reafirmar a cultura do povo e a criticidade desse público, não é posicionamento só da TV do Estado do Paraná, mas sim, do povo latino como um todo. Essa cultura necessita de reafirmação em meio à transição imposta pela modernidade e nada melhor do que começar essa tarefa na escola e a partir das influências sociais que a permeiam.

Assim, no segundo capítulo será discutida a televisão – privada e pública - enquanto meio de comunicação e não como fim metodológico dentro do processo de ensino-aprendizagem, levando em conta sua participação no processo de construção da identidade cultural. Esse trajeto será apresentado de maneira contextualizada espacial e temporalmente, definido por um recorte baseado na importância dos dados para o objeto de estudo, que prioriza a investigação sobre os rumos tomados pela televisão educativa no país com a finalidade de constatar os motivos que levaram ao distanciamento da audiência entre a TV pública e a comercial.

Em seguida, encaminha-se a discussão para a convergência dos campos da Educação e da Comunicação vista sob o prisma de um novo campo do saber

que se estabelece na sociedade. Esse enfoque analisa a nova área de estudo com a finalidade de verificar como se apresenta, atualmente, o desafio de promover essa interface na prática através da constituição da TV Paulo Freire, um ambiente que pensa os meios de comunicação como aliados à construção do conhecimento em sala de aula, conforme documento do Cetepar (PARANÁ, 2006).

Neste contexto, no quarto capítulo, aprofunda-se o foco da investigação que é o da estruturação da TV Paulo Freire, canal que recebe o nome de um dos maiores pedagogos de todos os tempos que vê a partir da Educação a possibilidade de exercício da cidadania (FREIRE,1996). Esse capítulo mostra, a partir de um recorte limitado aos objetivos dessa dissertação, como se constitui o Canal a partir da análise da documentação elaborada pelo Cetepar (PARANÁ, 2006), (PARANÁ, 2008) e por Santos *et al* (2007) que trata do processo de implantação da TV pelo governo do Estado do Paraná durante o mandato do governador Roberto Requião, de 2003 a 2006.

O capítulo quinto apresenta a metodologia adotada por esse trabalho ao mesmo tempo em que analisa os dados constatados com essa investigação. Nesse momento, é possível verificar a estruturação da pesquisa: momento um, constituição do *corpus* a ser entrevistado obedecendo a critérios metodológicos (escolha das escolas, entrevista com os diretores, indicação dos docentes) e momento dois, aplicação do questionário aos profissionais do Canal pertencentes às três áreas de atuação – administrativa, técnica e pedagógica.

Culminando com o sexto capítulo, no qual se pode ter acesso às considerações finais sobre o objeto de estudo, através de uma breve retomada dos objetivos específicos do presente trabalho com o intuito de ressaltar as constatações observadas por essa dissertação.

2 A TELEVISÃO NO BRASIL: REFLEXO DE UM CONTEXTO DE INSERÇÃO

> Ao decidir o que vamos ver ou fazer na televisão, ao eleger as experiências que vão merecer a nossa atenção e o nosso esforço de interpretação, ao discutir, apoiar ou rejeitar determinadas políticas de comunicação, estamos, na verdade, contribuindo para a construção de um conceito e uma prática de televisão. (MACHADO, 2000, p.12)

O conceito dado à televisão, nesse trabalho muitas vezes reduzida a TV, é extremamente amplo e dependerá do contexto aonde for requisitada sua significação. Como afirma o autor (ibidem), pode referir-se tanto ao meio de comunicação, como ao receptor de imagens, ao canal ou à emissora, seja ela produtora, distribuidora ou consumidora, independente de sua nacionalidade, de ser pública ou privada, de ser aberta ou a cabo, e de ser digital ou não. Do mesmo modo, sua acepção será afetada positivamente ou negativamente pela experiência estabelecida por esse meio de comunicação social e seu interlocutor, como se pode observar na citação acima. Tal possibilidade converge para o que afirma Baccega (2002a), ao assegurar que não se pode falar de televisão sem levar em conta o contexto cultural no qual o meio e seus interlocutores estão inseridos.

Essa linha de raciocínio, ainda que perceba o grande impacto da TV na vida social moderna, não enxerga mais a mídia televisiva a partir de uma visão sociológica, de caráter puramente manipulatório em uma sociedade homogênea. Deixa-se de abordar somente o poder persuasivo do meio de comunicação social para repensar esse audiovisual dentro de um processo de comunicação que se estabelece através da interação com seu interlocutor.

Como afirma Martín-Barbero (2001,p.13) é emergencial que se reflita sobre uma "razão comunicacional", pois os dispositivos midiáticos são responsáveis por agenciar as mudanças no mercado da sociedade. Diante dessa constatação é que o autor (ibidem) afirma que é preciso que a comunicação seja responsável por inserir as culturas "(...) étnicas, nacionais ou locais" tanto no espaço quanto no tempo criados por esse mercado.

Ressalta-se que não se pretende retomar nessa dissertação os enfoques teóricos anteriores à Teoria das Mediações – de Jesús Martín-Barbero (2001) e Guillermo Orozco Gómez (1991) - não por ignorar a importância daqueles

estudos/ estudiosos para o desenvolvimento científico de sua época, mas por priorizar o contexto sócio-histórico e cultural atual pertinente à temática aqui discutida. Faz-se isso por acreditar que se é possível traçar uma aproximação entre os campos da Comunicação e da Educação, é porque o processo comunicativo se estabelece muito mais a partir das mediações do que de uma imposição dos meios como instrumentos de manipulação.

Martín-Barbero (2001) relembra que a comunicação e a cultura conseguem despertar no cidadão algo que o mercado nunca será capaz de fazer: a representação de vínculo entre os cidadãos, uma vez que esse ainda que trabalhe com simulacros, opera com lógicas de valor e rentabilidade.

Por isso, ressaltar a teoria barberiana das mediações não limitada a lógicas de produção e recepção. É preciso partir "(...) dos lugares dos quais provêm as construções que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade social da televisão." (MARTÍN-BARBERO, 2001, p.294) Vale ressaltar, porém, a importância dos estudos da recepção nesse processo. Linha na qual se vê a figura do receptor/ telespectador como fator imprescindível para o sucesso desse processo comunicativo dialógico que é capaz de promover transformações sociais.

Por fim, outro aspecto predominante para essa decisão é a análise pontual da televisão dentro de um contexto particular e contemporâneo que é o da América Latina. Eis a razão para traçar-se um fio condutor mais equilibrado para o presente estudo, uma vez que não há razões para ignorar-se a presença da televisão na sociedade e sua interferência direta na reconstrução dos conceitos de tempo e espaço, de novos modos de ser, agir e sentir.

> (...) a televisão constitui hoje, simultaneamente, os mais sofisticados dispositivos de moldagem e deformação do cotidiano e dos gostos mais populares e umas das mediações históricas mais expressivas das matrizes narrativas, gestuais e cenográficas do mundo cultural popular, entendido não como as tradições específicas de um povo, mas como a hibridação de certas formas de enunciação, de certos sabores narrativos (...) com as matrizes culturais de nossos países. (MARTÍN-BARBERO; REY, 2001, p.26)

A televisão traz a imagem - que carrega consigo uma nova forma de perceber o mundo - que possibilita ao cidadão estar em todos os lugares ao

mesmo tempo e presenciar a todos os acontecimentos importantes do mundo, aqueles que são transmitidos pela TV. A visualidade se estabelece como uma nova forma de narrar, aparentemente mais verossímil do que o que se pode ouvir no rádio, ler no jornal, estudar no livro didático e para muitos, ver com os próprios olhos. Como afirma Baccega (2002), vive-se uma nova experiência social que é capaz de alterar os modos de vida desses telespectadores. Essas mudanças, segundo Walter Ong (1998), acontecem devido à escrita da linguagem tecnológica que modifica a percepção do sujeito enquanto agente da sociedade.

A essa alteração ocasionada pela inserção da televisão na sociedade latino-americana contemporânea, os autores nomeiam de des-ordem cultural (ibidem). Segundo Martín-Barbero e Rey (2001), essa des-ordem – retornar ao que existia antes da desordem - acontece, pois o audiovisual adquire a capacidade de desorganizar os limites da cultura de um povo, revelando suas tradições e costumes, recompondo de modo lento seus valores e normas. A TV é responsável por revelar o que havia ficado encoberto durante anos graças à cultura escrita – que separava adultos de crianças, alfabetizados de analfabetos, ricos de pobres. É ela a grande responsável por possibilitar o acesso à mensagem, uma vez que altera os modos de circulação da informação na sociedade.

Nesse contexto, a visualidade tecnológica passa a constituir-se como oralidade secundária, que ao lado da cultura oral adaptada às necessidades impostas pela vida moderna, servem como ferramentas para a sobrevivência na cidade moderna conforme explicam Braga e Calazans (2001). Esse processo adaptativo característico da modernidade é responsável pelas transformações sócio-culturais presenciadas pelos sujeitos e incentivadas pela televisão, que passa a ser também um dispositivo para onde convergem cultura e sociedade.

É nesse ambiente que se disseminam as subjetividades, se individualizam os sujeitos, permitindo-se a explosão de novas maneiras de ser e existir na diversidade. Esse meio audiovisual assume, por seu grande potencial comunicativo, um papel ativo na vida social. Através de relatos diários produzidos, a televisão ritualiza novas formas de interpretar o mundo, assim como classifica maneiras de ver socialmente aceitas, segundo Baccega (2002). São pelas

imagens exibidas diariamente através da televisão que a modernidade passa a ser representada.

Dessa maneira, como meio que ocupa um espaço social representativo e decisivo nas mudanças sociais, ainda que não garanta o mesmo âmbito para a expressão popular, a televisão, através das imagens, consegue mediar o acesso à cultura moderna.

> (...) a televisão se tornou o espaço estratégico de representação do vínculo entre os cidadãos, de seu pertencer a uma comunidade, hoje ela constitui o espaço por excelência de lazer de caráter público, a partir do qual enfrenta uma erosão da ordem coletiva. (MARTÍN-BARBERO In RINCÓN, 2002, p.45)

É sobre esse conflito que Nestor Garcia Canclini (1998) discute quando trata das contradições da modernidade na América Latina. Para o autor esse contradição se dá porque se vive em uma cidade moderna que se encontra perdida entre o que chega e a desordem que se estabelece. Como o moderno não tem força para apagar com o tradicional nasce a mistura, a mescla, a que ele caracteriza como culturas híbridas. Por isso, é que se faz necessário pensar a hibridação de mesclas interculturais e não só de misturas de raça ou religião. Tem-se assim, a cultura latino-americana.

Seguindo essa perspectiva, para se discutir o acesso à cultura moderna nessa região é preciso que se estabeleça um contraponto entre modernismo (cultura) e modernização (economia), uma vez que não se pode falar de modernidade de modo igualitário no mundo inteiro. Os países da América Latina, por se tratarem de regiões de colonização exploratória, apresentam um atraso na modernização tecnológica de seus países. Esse prejuízo é característico da dificuldade de promover a substituição do tradicional e do antigo pelo moderno, uma vez que não era objetivo dos colonizadores possibilitar essa progressão, que poderia culminar com uma autonomia cada vez maior dos explorados. A América Latina sofre assim uma heterogeneidade multitemporal (CANCLINI, 1998), que impossibilita um desenvolvimento por igual da cultura moderna, motivada pelo atraso da modernização tecnológica.

Ao falar-se da inserção da televisão nessa realidade, torna-se mais compreensível a demora do processo de popularização da televisão nessa região

e toda a trajetória assumida para a disseminação das televisões privadas frente às televisões públicas. Isso ocorre em um contexto latino em que, como afirma Canclini (ibidem), a tradição ainda está muito presente e a modernidade ainda não terminou de chegar, cabendo à modernização um espaço não-prioritário, uma nova forma de pensar, se comparado a países desenvolvidos.

Na segunda metade do século XX, com as mudanças de modernização, expande-se o consumo, motivado pelo (a): crescimento urbano que promove a instalação de indústrias com tecnologia avançada; fim do trabalho escravo e o pagamento de salários; aumento das importações de bens duráveis; diminuição do analfabetismo e a consequente ampliação do mercado de bens culturais. A partir dessas transformações ameniza-se a lacuna entre o modernismo cultural e a modernização social.

O resultado dessa amenização entre as rupturas provocadas por bens de mercado, modernização e transformações culturais produz o que o autor chama de processos de modernização. Isto é, “(...) não chegamos a uma modernidade, mas a vários processos desiguais e combinados de modernização.” (ibidem, p.154).

O processo de transformação cultural não se inicia, nem surge através dos meios de comunicação social, porém, é através desse processo que os *media* desempenharão um papel importante para a construção do ideal de nação, de pertencimento nacional.

A diferença primordial da televisão aberta, nesse momento, com relação a outros meios de comunicação é que quando se trata de audiência ou público alcançado, não há o conceito de elite, pois independente da temática ou do horário de exibição, sempre haverá um público considerado como de massa, pela quantidade de usuários.

Outra particularidade importante, é a capacidade de fazer com que pessoas de diferentes nacionalidades e com hábitos culturais distintos, sintam-se unidas por uma mesma causa que é retratada em imagens, uma vez que ainda que as línguas sejam diferentes, a mensagem transmitida por aquela imagem quase sempre é a mesma. A TV promove uma aproximação ou familiarização que: “(...) explorando as semelhanças superficiais, acaba nos convencendo de que, se nos aproximarmos o bastante, até as mais distantes, as mais distanciadas

no tempo e no espaço, se parecem muito conosco" (MARTÍN-BARBERO, 2001, p.251)

Esse é o grande poder da televisão, visto que permite a possibilidade do imediatismo, da credibilidade, de estar aonde não se poderia estar, ou seja, une o que a sociedade distingue. É a televisão quem permite a ricos e pobres, crianças, jovens ou idosos, de qualquer raça, com religiões e hábitos diferentes, a oportunidade de sentirem-se em igualdade, uma vez que dispõe frente a frente todos, sob o ponto de vista de uma mesma câmera. É o que afirma Pacheco (1998, p.29):

> Sem nos darmos conta, no nosso ambiente doméstico, assistimos a um evento extraordinário apenas ligando a televisão. O espetáculo é tão envolvente que nos consideramos co-participantes, como se estivéssemos presentes.

Alguns fatores da vida moderna fazem com que novas relações entre o público e os meios de comunicação, principalmente a televisão, sejam estabelecidas. Baccega (2002) afirma que se cria uma cumplicidade entre espectador e meio, uma vez que a mídia é companheira nos momentos de solidão, é amiga que entretêm e diverte, assim como é a partir de televisão que se criam novos modos de falar, de vestir-se, entre outros. Isso ganha reforço quando se pensa em uma sociedade que foge da vulnerabilidade das ruas, da violência, dos medos e inseguranças e que vê na tranqüilidade do lar o refúgio para todos os problemas. Projeta-se dessa maneira, como retoma Fischer (2001) uma nova forma de lazer mais segura e barata e que ao mesmo tempo produz uma sensação de que a família está unida, pois com os filhos em casa em frente ao televisor ou à tela do computador, não há com que se preocupar.

Todavia, dentro de um sistema econômico capitalista, essas pessoas – crianças e adultos - transformam-se em público alvo, como afirma Canclini (1998, p.150). "O que se denomina público, a rigor, é uma soma de setores que pertencem a estratos econômicos e educativos diversos, com hábitos de consumo cultural e disponibilidade diferentes para relacionar-se com os bens oferecidos pelo mercado".

Para Martín-Barbero (2001), o conceito de indústria cultural deixa de ver o capitalismo exclusivamente como sistema econômico para estendê-lo também aos setores políticos e culturais. É por isso, que o autor afirma que não são os meios de comunicação social que iniciam o processo de massificação cultural, uma vez que o massivo está dentro do popular, seja na imprensa ou na fábrica. Daí a necessária diferenciação entre a noção de popular – que se vende em grandes proporções e é agradável a uma multidão – e a noção de popularidade – aquilo que realmente interessa à mídia e ao mercado. “O popular não consiste no que o povo é ou tem, mas no que é acessível para ele, no que gosta, no que merece sua adesão ou usa com freqüência”. (CANCLINI, 1998, p.261)

Por isso, é preciso ressaltar que a partir desse ponto de vista adotado no presente estudo não se pode associar a influencia dos meios de comunicação à massificação da cultura, pois antes de ser criado o conceito de cultura massiva a sociedade já estava massificada. Entretanto, sem eximir a televisão de seu papel importante na transformação dos bens de consumo, pois foi a televisão quem atualizou a informação e os gostos do consumidor, enquanto a produção aumentava.

Devido a esse caráter também comercial assumido pelos meios de comunicação social é que Bertrand (1999) caracteriza a mídia a partir de um caráter tríplice. Ao mesmo tempo em que é indústria, por produzir e ser recompensada financeiramente por isso, também presta serviço público, por veicular informações de interesse público, como prestação de serviços gratuitos, além de atuar como instituição política, devido a seu posicionamento editorial.

Essa concentração de empresas de comunicação privadas apresentada por Néstor Garcia Canclini na América Latina espelha como se deu o processo de disseminação das empresas de comunicação social no Brasil. Pode-se relacionar desse modo as razões que levaram ao distanciamento entre a televisão pública e privada a partir de um contexto econômico capitalista.

2.1 A TELEVISÃO COMERCIAL NO BRASIL: O LUCRO E A AUDIÊNCIA

O sistema televisivo brasileiro nasce em um contexto capitalista que tem como meta desenvolver o mercado interno e alavancar o consumo dos bens

produzidos pela indústria nacional. Essa tendência faz parte de uma política estatal, iniciada no Governo de Getúlio Vargas, que propõe efetivas mudanças estruturais para o país. Segundo Capparelli e Lima (2004), com o fim do ciclo do café, a economia do Brasil deixa de ser caracteristicamente agrária - voltada para a exportação – para transformar-se em predominantemente urbana, com foco no desenvolvimento da indústria de bens duráveis. A instalação das indústrias em grandes centros da região Sudeste estimula o desenvolvimento das áreas urbanas, através de migrações inter-regionais de trabalhadores em busca de oportunidades de emprego. Segundo os autores (ibidem), esse aumento populacional significa para a indústria uma concentração de mão de obra, responsável pelo barateamento dos custos de produção, mas também de salários mais baixos para esses trabalhadores, pois existe mais procura de empregos do que demanda de profissionais pelos empregadores.

Essa situação contraditória vivenciada pela economia brasileira, ao mesmo tempo em que, possibilita a criação de uma nova camada da população capaz de consumir os produtos lançados por essa indústria, aumenta a disparidade social privando inúmeros migrantes - que se dirigem aos grandes centros em busca de emprego - de condições mínimas de subsistência nas cidades. Constatação que pode ser observada na afirmação do autor Muniz Sodré (1977, p.100): “Modernização aqui significa reprodução ideológica dos padrões de vida da sociedade urbano-industrial (consumo, educação etc.), mesmo nas regiões rurais ou interioranas onde inexista renda importante.”

Conforme Capparelli e Lima (2004), ainda que esse progresso não significasse um desenvolvimento generalizado, projetava-se a idéia de um país unificado como se pode observar em outras ações de governo, diferentes e percebidas ao longo dos anos, como o Projeto Rondon e o programa de alfabetização Mobral dirigido a regiões periféricas, assim como a proposta direcionada ao rádio, como meio de comunicação capaz de superar barreiras geográficas e religar todo o Brasil. Segundo os autores (ibidem), motivada pelo apoio à ampliação dessa modernidade, diversos setores produtivos passam a ver esse momento nacional como uma oportunidade para a venda de produtos, uma vez que consumo é *status*, é inserção dentro de uma realidade.

Já nas décadas de 50 e 60, época dessa inserção e popularização da televisão no Brasil, era possível perceber essa relação de afetividade estabelecida entre público e meio de comunicação, como afirmam Capparelli e Lima (2004, p.68) ao demonstrarem os caminhos percorridos pela mídia televisiva no país.

> Ainda nos anos 60, famílias ricas do interior, onde os sinais da televisão não haviam chegado e tão cedo não chegariam, instalavam um aparelho novo na sala de estar, e esse aparelho ali ficava, intocado, meses e anos a fio, como um prenúncio de uma modernidade que estava por vir.

Casos como esse retratam um contexto sócio-histórico particular, visto que o público alvo atingido pela televisão em seus primórdios era restrito a uma elite residente no eixo Rio-São Paulo, pólos economicamente mais desenvolvidos – com consumidores potenciais para a publicidade patrocinadora dessa televisão. Conforme afirmam Bolaño (2007), é desse período, entretanto, que nasce o desejo pela televisão, ainda que sob a forma de um aparelho televisor/ receptor, como sinal de status, de pertencimento a uma elite consumidora, antenada a uma programação que começa a se estender para todo o país, capital ou interior, cidade ou campo e que retrata a inserção na modernidade, sinônimo de desenvolvimento.

As causas para a dificuldade inicial de disseminação da televisão no Brasil eram várias: os receptores apresentavam preços exorbitantes, visto que a tecnologia utilizada para a produção do aparelho era estrangeira; O Brasil não possuía indústrias capazes de produzir no país esses aparelhos, assim como seus profissionais não eram especializados para a manutenção e funcionamento desse novo meio; e o fator principal, não existia público suficiente para manter os altos custos de instalação de um sistema televisivo complexo e moderno como esse conforme Capparelli e Lima (2004). Por isso, afirmar que o brinquedo de elite de Sodré (1977) limitava-se a um público financeiramente privilegiado.

Com o passar dos anos, o desenvolvimento adquirido pelas indústrias nacionais somado à lógica mercadológica da publicidade, responsável pelo patrocínio de programas de rádio, como “Repórter Esso” e de revistas de informação geral - como Cruzeiro e Manchete, que já haviam percebido o grande

potencial adquirido pelos meios de comunicação para estimular o consumo - atinge a televisão, como retoma Simões (2004).

O barateamento no preço do aparelho televisor somado à iniciativa política e empresarial de levar o meio de comunicação social para todos os cantos do país segue uma lógica capitalista adotada pelo Brasil que pretende substituir as importações por produtos da indústria nacional como bem lembra Bolaño (2007). Note-se que se cria um ciclo de dependência, pois ao mesmo tempo em que a televisão começa a ser produzida no país com custos inferiores e permite um aumento no consumo desses aparelhos, a publicidade passa a ver nessa mídia uma nova possibilidade de aplicação do capital, alavancando o mercado de bens duráveis, gerando necessidades de consumo que não existiam antes, segundo Capparelli e Lima (2004).

Ganham enfoque, a partir do estabelecimento desse ciclo, as discussões sobre a participação na audiência (BRITTOS, BOLAÑO, 2005), uma vez que quanto maior o número de consumidores com aparelhos televisores ligados – mercado real– maior será o direcionamento de verba publicitária para a emissora de televisão mais assistida, que passará a impor valores mais caros para seus espaços publicitários, o que gerará mais lucros para seu desenvolvimento tecnológico, distanciando-a das demais emissoras.

Possibilita-se, desse modo, segundo os autores (ibidem) o destaque de uma única emissora, ou grupo de emissoras com interesses particulares, capaz (es) de impor seus valores, seus interesses comerciais e determinar o modo como os processos midiáticos por ela(s) produzidos afetarão uma nação, uma sociedade, determinado grupo e/ou cidadão.

A hegemonia de um canal ou emissora de televisão aberta adquirida através da relação da participação na audiência com a publicidade, só passa a ser relevante para este trabalho no momento em que a televisão educativa, quando comparada a esses canais, passa a ser sinônimo de “(...) audiência pequena, tecnologias ultrapassadas e financiamento insuficiente”, como afirmam Capparelli e Lima (2004, p.126), uma vez que cabe às emissoras públicas cumprir o Decreto-lei 263/67 (BRASIL, 1967), que proíbe a publicidade em canais públicos. Desse modo é que se justifica o caminho percorrido ao longo dessa dissertação ao discorrer sobre a trajetória histórica da televisão aberta no Brasil e

seu direcionamento posterior para a televisão pública de caráter educativo e cultural.

O que se percebe, porém ao analisar muitos estudos críticos sobre a mídia televisiva é que em meio ao potencial econômico de destaque assumido pela televisão, perde-se de vista o fato de que esse meio de comunicação social apresenta também características pedagógicas e funções educativas. Eis a razão, para retomarem-se quais são as aspirações da televisão no momento de sua criação, o que a lei brasileira estabelece sobre a mídia seja ela privada ou pública, com a finalidade de verificar se o que se projeta atualmente é reflexo de ações do passado e de uma legislação fora de seu contexto.

2.1.1 Histórico da televisão comercial no Paraná

Quando a TV Tupi (PRF-3) é inaugurada em São Paulo, em 18 de setembro de 1950, o Brasil passa a ser um dos quatro primeiros países com emissoras de televisão do mundo e o primeiro da América Latina, conforme elenca Pfromm Netto (2001). Assis Chateaubriand, o Chatô, é um dos grandes responsáveis por fundar o modelo institucional atual de TV brasileira - a televisão comercial e privada - uma vez que a inserção da televisão no país está diretamente relacionada ao patrocínio de grandes empresas como: Companhia Antártica Paulista, Sul América Seguros, Moinho Santista, Prata Wolff, como lembra Dalla Costa (2004). Essa informação pode é confirmada ao analisar-se o discurso de Assis Chateaubriand na inauguração da TV Tupi:

> Esse transmissor foi erguido com a prata da casa, isto é, com os recursos da publicidade que levantamos, sobre as Prata Wolff e outras não menos maciças pratas da casa; a Sul América que é o que pode haver de bem brasileiro, as lãs Sams, do Moinho Santista, arrancadas ao coiro das ovelhas do Rio Grande, e mais do que tudo isso, o guaraná *Champagne* da Antárctica, que é a bebida dos nossos selvagens. O caium dos bugres do pantanal mato-grossense e de trechos do vale amazônico. Antenai e verei mais fácil do que se pensa alcançar uma televisão: com Prata Wolff, lãs Sams bem quentinhas, Guaraná *Champagne* borbulhante de bugre e tudo isso amarrado e seguro no Sul América, faz-se um *buquet* de aço e pendura-se no alto da torre do Banco do Estado, um sinal da mais subversiva máquina de influenciar a opinião pública – uma máquina que dará asas à fantasia mais caprichosa e poderá juntar os grupos humanos mais afastados. (SIMÕES, s.d., grifo da autora apud ORTIZ, 1988, p.59)

Tudo quanto foi dito por Chatô no discurso reproduzido acima retrata o que se tem como primeiro objetivo para a inserção da TV no país: utilizar o meio – a subversiva máquina de influenciar a opinião pública – para criar necessidades de consumos que não seriam tão bem desenvolvidas sem o apoio do meio de comunicação social audiovisual. Fica claro no discurso do jornalista que essa fala está muito mais direcionada aos grandes empresários e suas respectivas empresas, do que aos telespectadores que se sentirão ligados aos mais longínquos grupos de cidadãos.

O jornalista empreendedor, chamado por Caparelli e Lima (2004, grifo do autor) de *tyconn* – termo empregado a grandes empresários da comunicação - importou dos Estados Unidos 200 aparelhos receptadores de imagens e distribuiu aos principais empresários paulistanos. Desse modo possibilitou que milhares de brasileiros assistissem nas vitrines das principais lojas de São Paulo às primeiras imagens televisivas em preto e branco. Como se tratavam de aparelhos com um custo elevado em um país com 50 milhões de habitantes - de população predominantemente rural –, as vitrines de lojas nas capitais brasileiras foram durante muitos anos o único acesso à televisão.

No Paraná, a história não foi diferente. Conforme afirma Jamur Junior (2001) a primeira emissora do Estado exibiu através de dois receptores de audiovisual instalados um na vitrine e outro na entrada das Lojas Tarobá as primeiras produções televisivas da capital paranaense – um desfile de artistas locais narrados por Dide Bettega -, no ano de 1954. Com um estúdio improvisado no sétimo andar do Edifício Garcez e apenas uma câmera ligada aos receptores no térreo do edifício, filmava-se o evento que passava, ao vivo, ao lado da vitrine das Lojas Tarobá, prédio do Edifício Garcez, segundo o autor (ibidem).

Uma análise do histórico da televisão paranaense reflete muitas vezes o contexto vivido no panorama televisivo nacional. Como lembra Dalla Costa (2004), a TV do Paraná destaca-se pelo seu “(...) pioneirismo, boas relações políticas e uma certa ousadia na visão empresarial.” Ao seguir alguns dos rumos determinados pelo cenário da mídia televisiva no Brasil, acaba por ter sua identidade regional diminuída com a entrada de produção artística-cultural e jornalística de abrangência nacional através da inserção de programação

produzida pelas grandes transmissoras às quais se associa. Por outro lado, fortalece laços com o poder político e econômico do estado, resguardando-se de ser prejudicada por esses setores, como afirma a mesma autora (ibidem).

Esse pioneirismo paranaense demonstra uma falta de experiência com o meio que aconteceu em todo o país. A inserção da TV no Brasil se estabelece sem estar consolidada em outras partes do mundo, o que não lhe permite a troca de vivências entre profissionais da área, nem a cópia de padrões audiovisuais previamente testados e bem sucedidos em outras emissoras. A televisão brasileira apega-se diretamente ao rádio e a seus profissionais.

> A televisão brasileira é herdeira do rádio em todos os sentidos. Dele vieram a mão-de-obra pioneira, as fórmulas dos programas e o modelo institucional adotado. Diferentemente dos Estados Unidos, onde a inspiração estava no cinema, ou da Europa, onde o teatro era referência importante, aqui o rádio foi a matriz da televisão. (LEAL FILHO In HAMBURGER; BUCCI, 2000, p.153)

Um exemplo claro disso pode ser ilustrado com a escrita de Jamur Junior (2001, p.26) ao relembrar os primeiros passos da televisão na cidade de Curitiba. Na época, o transmissor utilizado só transmitia imagens, por isso para se ter acesso ao áudio e ao vídeo "(...) a solução foi ligar a televisão no canal sete e sintonizar a Rádio Curitibana." Como lembra o autor (2001), os profissionais do rádio e aqueles que trabalhavam com as fitas de cinema, pessoas que detinham um contato mais elaborado, seja com o áudio ou com o visual, foram determinantes para estabelecer no país o início da televisão.

Visão empreendedora, boa vontade e senso de adaptabilidade e improviso foram características predominantes para fazer acontecer um projeto de vida que partiu muito mais do sonho de alguns empresários que apostavam tudo o que tinham para realizá-lo, do que do investimento de grandes empresas, com profissionais experientes e infra-estrutura de primeira. Jamur Junior (2001) conta que com apenas uma câmera, um receptor e uma televisão emprestada, deu-se início no Estado do Paraná às transmissões de um programa de variedades com números musicais, notícias, entrevistas e até encenações teatrais. Como lembra o autor (ibidem), para que as imagens se tornassem mais dinâmicas no estúdio, a câmera percorria as paredes do *set* que continham desenhos. Do mesmo modo, a

leitura dos textos como não era ilustrada, exigia que os locutores, profissionais experientes do rádio, não cometessem erros.

O Estado do Paraná recebeu a quarta emissora de televisão do país, porém com uma biografia bastante distinta das demais. Ao descrever o histórico da televisão paranaense, Dalla Costa (2004) narra que já nos idos de 1950, por iniciativa de políticos e empresários paranaenses, constituiu-se uma associação a fim de organizar uma empresa de televisão no Estado. Três anos mais tarde, em 1953, essa empresa foi criada com o nome de Rádio e Televisão do Paraná S.A., por Alexandre Gutierrez, Mário Hipólito César, Raul Vaz, Nagib Chede e Gastão Chaves e era mantida também por acionistas. As outras três outras emissoras já existentes, localizadas no sudeste do país, TV Tupi São Paulo, TV Tupi Rio de Janeiro e a TV Itacolomi de Belo Horizonte, eram todas pertencentes aos Diários e Emissoras Associados, de Assis Chateaubriand, como lembra a autora (ibidem).

Jamur Junior (2001) sugere que o interior do Paraná foi beneficiado pelo fato do então prefeito de Palmeiras, Benjamim Malucelli, ser um dos grandes acionistas da Rádio e Televisão Paraná S.A. Com a finalidade de incentivar a venda das ações dessa empresa, promoveu a apresentação televisiva que já havia sido transmitida em Curitiba, em 17 de julho de 1954. Porém, mesmo com o sucesso da primeira transmissão, essa sociedade foi transferida para o Grupo das ASSOCIADAS. Como afirma o autor (ibidem), Chatô pretendia instalar uma rede de televisão no Paraná, prova disso é que vieram alguns representantes da Diários e Emissoras Associados, com a finalidade de vender ações da empresa. Porém, a instalação da TV em Curitiba foi adiada visto que a TV Piratini, de Porto Alegre, passou a ser prioridade do empresário.

Nagib Chede, proprietário da Sociedade Rádio Emissora Paranaense, começa sua peregrinação para trazer ao Paraná a primeira televisão do sul do país. Ele rompe com Assis Chateaubriand e solicita a concessão de um canal televisivo para Curitiba, no qual volta a transmitir imagens novamente no ano de 1958. Dois anos mais tarde, essa seria a empresa que daria origem à TV Paranaense, canal 12, inaugurada em 28 de outubro de 1960, segundo Jamur Junior (2001).

Com as transmissões cada vez mais constantes, as vitrines começam a perder alguns de seus freqüentadores, visto que lojas como Hermes Macedo,

Prosdócimo e Madison passam a vender aparelhos de televisão e tem interesse que se aumente o número de transmissões no estado, conforme explica Dalla Costa (2004). Cria-se assim, o que ficou conhecido como televizinho (LIMA; CAPARELLI, 2004), uma vez que há a transferência dos telespectadores das vitrines das grandes lojas para as salas das residências da vizinhança com televisores.

Chede compra mais dois apartamentos no 19º andar do Edifício Tijucas, onde pode centralizar a sede da TV, com o estúdio e o transmissor e viabilizar esse aumento no número de transmissões e de anunciantes. O primeiro anunciante da TV Paranaense, canal 12, foi o proprietário das Lojas Tarobá Pedro Stier, que teve seus primeiros comerciais improvisados ao vivo no estúdio, como diz Jamur Junior (2001). Como não havia *videotape,* intercalava-se um comercial ao vivo com um comercial em *slide,* como observa o autor (ibidem).

Jamur Junior (2001) rememora ainda que, o programa local de destaque, o "Repórter Real", apresentado por Alcides Vasconcelos, era uma exibição patrocinada pela empresa aérea Real Aerovias que veiculava notícias narradas sem ilustrações. O improviso era marca dessa época, uma vez que o projetor de *slides* só tinha espaço para oito lâminas e as gravações eram ao vivo. Da mesma forma, os garotos-propaganda, que se apresentavam em diferentes canais, eram também os apresentadores do programa de notícias. Fato que demonstra a situação inicial do audiovisual com espaços nada demarcados, uma vez que uma mesma pessoa fazia vezes de jornalista e de garoto-propaganda.

A ascensão do canal 12 se dá de modo tão rápido que os estúdios se tornam pequenos para o número de profissionais – apresentadores, garotos-propaganda, técnicos, entre outros. Por isso, mais uma vez, o empresário Nagib Chede muda-se de endereço somente para abrigar o estúdio, alugando um barracão na Rua Emiliano Perneta, segundo Dalla Costa (2004). Do mesmo modo, cresce a variedade de programação exibida pela TV Paranaense: o humorista Chico Anísio, mantém um programa semanal em Curitiba; a novela "A Última Carícia", dirigida por Sinval Martins e estrelada por Lala Schneider é exibida em trinta capítulos.

Começa-se uma nova fase da televisão no país, uma vez que os conhecimentos técnicos começam a ser aprimorados, juntamente com a evolução

tecnológica que passa a ser refletida diretamente na qualidade das transmissões. Porém, com o aumento do número de receptores de televisão, surge a concorrência publicitária, aumenta-se o mercado consumidor, entre outros aspectos, o que vai estimular o estabelecimento de novas emissoras de televisão, como lembram Capparelli e Lima (2004).

Conforme afirma Jamur Junior (2001), com a chegada do *videotape* ao Brasil, fitas vindas de outras emissoras da região sudeste passam a ser despachadas de ônibus e chegam a Curitiba com uma semana de atraso, depois de terem viajado por várias regiões do país e terem sido exibidas em diversas emissoras. É a partir desse momento que Curitiba passa a receber imagens de notícias de Rio de Janeiro e São Paulo.

Segundo o autor (ibidem), em 1959 o ministro da justiça, Armando Falcão, regulamenta a censura na televisão, porém como afirma Simões (2004, p. 127), "(...) os efeitos são pouco significativos." Do mesmo modo, fracassam as propostas do governo federal que pretendiam impor regras para rádio e televisão, e que são derrotadas na votação do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), realizada no Congresso Nacional, em 1962.

Esse contexto, pós-aprovação do CBT, retrata o fim de uma fase da televisão brasileira. Segundo Caparelli (1982), a TV no país pode ser dividida em dois momentos: o primeiro, caracterizado como uma época de improviso e pioneirismo que marca a expansão do capital nacional, de 1950 até 1964, e uma segunda fase que apresenta um ciclo de investimento estrangeiro em um mercado que já começa a ganhar credibilidade, com profissionais mais experientes e um inquestionável poder comercial.

No ano de 1965, a campanha eleitoral para o governo do Estado é importante para determinar o posicionamento político das emissoras paranaenses, visto que a TV Paranaense, canal 12, apóia o candidato Paulo Pimentel, enquanto a TV Paraná, canal 6, ampara Bento Munhoz da Rocha, governador do estado na época, como narra também Jamur Junior (2001). Fica claro nesse momento a explícita concorrência entre as emissoras paranaenses que passam a brigar pela audiência desse próspero campo da comunicação. Da mesma maneira, o público começa a fazer suas escolhas, mudando de canal de acordo com a programação exibida como o fato que ocorre com a TV

Paranaense, que mesmo exibindo a programação da Rede Globo até meados de 1968, sofre com a queda da audiência determinada pela exibição das telenovelas pela TV Excelsior, segundo o mesmo autor (2001).

Dalla Costa (2004) conta que a TV Paraná, canal 6, pertencente a Diários e Emissoras Associados é inaugurada dois meses depois da criação do canal 12, em 19 de dezembro de 1960 e tem por objetivo liderar a audiência local, através de transmissões esportivas. Assis Chateaubriand entrega a incumbência de instalar a TV à Adherbal Stresser, na época diretor do Diário do Paraná, mas para isso, o diretor tem de buscar investimentos financeiros, assim como também utiliza recursos do seu próprio jornal, como observa o autor (2001).

Os equipamentos usados e os profissionais experientes que compunham a o canal 6 pertenciam à TV Tupi São Paulo. Devido à alta qualificação dos profissionais e uma estreita relação com o material paulistano, a audiência local era significativa. Um exemplo disso foi a adaptação realizada por Valêncio Xavier e Juarez Machado, do romance “Senhora”, de José de Alencar, uma novela exibida três vezes por semana, durante 15 dias e que contava com a participação de artistas da TV Tupi São Paulo, segundo Jamur Junior (2001).

Com a morte de Assis Chateaubriand em 1968 e a dificuldade de manter-se financeiramente independente da matriz TV Tupi, mesmo que houvesse apoio logístico dessa matriz, a empresa Diários e Emissoras Associados vende a TV Paraná em 1974 a Oscar Martinez. Dirigida por José Carlos Martinez, filho de Oscar, em 1980 é criada a OM Comunicação que após parceria com a TV Gazeta torna-se em 1992 CNT, Central Nacional de Televisão, que passa a ser a primeira rede nacional fora da região sudeste, como ilustra Jamur Junior (ibidem).

Outra emissora importante para a história da televisão no Paraná é a TV Iguaçu. Ainda que tenha sido fundada sete anos depois das outras emissoras, é fundamental para determinar o fim de uma história. O mesmo autor (ibidem) relata que um ano depois de sua criação, em 1968, a TV Iguaçu de Paulo Pimentel fecha um contrato com a TV Globo para veicular a programação antes exibida pela TV Paranaense, o que determina a transição de um ciclo: a falência de Chede e a venda da emissora a Francisco Cunha Pereira – ex-presidente da Rede Paranaense de Comunicação, falecido em março de 2009.

Dalla Costa (2004) mostra que A TV Iguaçu, canal 4, é inaugurada em 1967. Nessa emissora, antes das negociações com a Rede Globo, a programação exibida era a da Rede Record, considerada uma das melhores programações da época, segundo Jamur Junior (2001). O diferencial se deu na capacidade de produção da emissora, visto que apresentavam os melhores equipamentos, profissionais e instalações. Devido ao rompimento com a TV Globo, determinado por ordens superiores, a emissora passa a exibir programas da Rede Tupi até a extinção da emissora paulistana em 1980. Jamur Junior (2001) discorre que em 1981, a TV Iguaçu é procurada por Sílvio Santos para exibir a programação do Sistema Brasileiro de Televisão - SBT-, cuja transmissora se mantém até os dias atuais. Pertencente ao mesmo grupo de Paulo Pimentel foi instalada no interior do estado na cidade de Apucarana a TV Tibagi no ano de 1969. Seis anos antes, em 1963, já havia sido inaugurada a TV Coroados, no norte do Paraná, na cidade de Londrina, sob responsabilidade da TV Paraná, canal seis, conforme afirma o mesmo autor (ibidem).

No ano de 2008, a TV Iguaçu é vendida a Carlos Roberto Massa, o apresentador de televisão Ratinho. Com sede em Curitiba, segundo dados da própria empresa (REDE MASSA, 2009), a Rede Massa de Comunicação já conta com três emissoras afiliadas, além da TV Iguaçu: TV Tibagi, TV Cidade e TV Naipi. Atingindo todo o território paranaense, além de alguns municípios de países vizinhos como Argentina e Paraguai, com a TV Naipi, o grupo pretende ganhar reconhecimento através de uma forte programação voltada para o regional.

2.2. A ATUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NO CENÁRIO TELEVISIVO NACIONAL: UM IMPASSE ENTRE TELEVISÃO PÚBLICA E PRIVADA

Seguindo a explanação anterior, a influência da televisão na construção da cultura moderna é incontestável. Essa intervenção vai possibilitando a construção de novos processos midiáticos que alteram os tradicionais rumos tomados pela comunicação na sociedade. Criado dentro de um contexto histórico e social que tem o objetivo de fazer circular as informações, a mídia televisiva dá início a um processo comunicativo diferenciado que altera os rumos de circulação da

mensagem na sociedade. Diante disso, é que se permite considerar esse meio de comunicação social como um ator social (MARTÍN-BARBERO; REY, 2001), uma vez que ele é legitimado como sujeito que intervêm ativamente na realidade.

Esse aparelho doméstico encontrado em 94,8% dos lares brasileiros - como mostram os valores divulgados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a PNAD (IBGE, 2008) - que possibilita a transmissão de imagem e som de um emissor a um receptor, é responsável por produzir enunciados – mensagens carregadas de códigos visuais, conteúdos verbais, ideologias - que a partir de experiências comunicativas pessoais de cada interlocutor, os permitem fazer parte dessa sociedade moderna que é midiatizada, como afirmam Braga e Calazans (2001).

A análise do contexto histórico-cultural no qual a televisão se inseriu justifica em grande parte os motivos que levaram a um distanciamento entre a televisão pública e a TV privada desde suas origens. Dentro da lógica capitalista, de uma sociedade que já vem massificada por esse sistema, resta aos meios de comunicação social adaptarem-se ao jogo. Nesse momento, existe a necessidade econômica de agregar a sociedade, incorporando as classes populares a uma nação, e essa nação ao mundo. Eis o processo de globalização, a partir de um ideal de "(...) reordenamento das diferenças e desigualdades, sem suprimí-las" (CANCLINI, 1999, p.11), uma vez que não se trata de um simples processo de homogeneização.

O povo torna-se público alvo, uma faixa linear de consumidores – que em um primeiro momento – passam a ser inseridos na modernidade (cultura) e que aos poucos, com a atualização da modernização (economia) assumem um papel lento, mas fundamental na transformação desse sistema. Fort (2005a) propõe essa idéia ao retomar Gabriel Tarde quando afirma que se tem início uma comunicação dirigida para os públicos e não mais para as massas. Segunda a autora (ibidem, p.2), "Enquanto a massa é passageira, o público é forte em sua essência."

> As tecnologias telemáticas expandem os imaginários do global, que vão intensificar a percepção inevitável da desvalorização que a globalização exerce no espaço/tempo do nacional, que até pouco tempo era o único espaço de caráter público. (MARTÍN-BARBERO In RINCÓN, 2002, p.47)

A discussão sobre a mídia televisiva exige que se adentre ao espaço público da cultura, da política, da sociedade, para que de uma forma contextualizada rompa-se de vez com o caráter manipulatório atribuído à televisão dentro da sociedade. É preciso que se tome consciência de que como afirmam Braga e Calazans (2001, p.13) "(...) não são os meios de comunicação que (como invenções de laboratório) direcionam a sociedade, mas é esta – por suas metas, problemas e processos – que os determina." Deixa-se de atribuir ao objeto, à tecnologia, a responsabilidade pela manipulação da sociedade, uma vez que esta só ocorre no momento em que os *media* são tomados por interesses elitistas e particulares de quem detêm o poder.

"Enquanto a produção se industrializava e os bens de consumo modernos –carros, eletrodomésticos- se multiplicavam, a televisão os divulgava, atualizava a informação e os gostos dos consumidores" (CANCLINI, 1997, p.257). Para estimular esse consumo, agrega-se à televisão privada a função de vender. Os interesses particulares ganham espaço enquanto a função social de promover a cidadania vai sendo esquecida.

A própria linguagem característica do meio, a visualidade tecnológica, passa a sofrer influências do sistema econômico. Um exemplo disso é a divisão da programação veiculada pela TV em blocos de pequena duração. Essa opção se estabelece não somente porque existem estudos que comprovam que a capacidade de concentração do telespectador é limitada, mas principalmente, porque desse modo o canal terá lucros a partir da venda de espaços publicitários para os intervalos comerciais.

> (...) Ele tem um papel organizativo muito preciso, que é o de garantir, de um lado, um momento de "respiração" para absorver a dispersão e, de outro, explorar *ganchos* de tensão que permitem despertar o interesse da audiência, conforme o modelo do corte com *suspense*, explorado na técnica do *folhetim*. (MACHADO, 2000, p.88, grifo do autor)

Caso esses blocos não fossem divididos, exigir-se-iam gastos elevados para a produção de uma programação contínua, ao mesmo tempo em que a publicidade não traria dinheiro para a emissora. A partir dessa afirmação, é possível compreender os motivos que levam à manutenção dessa estruturação

nas televisões públicas e privadas, cada uma por seu pretexto. Como já citado, a existência do decreto-lei 236/67 (BRASIL, 1967) que mantém a proibição da publicidade nas emissoras de televisão pública, não obrigaria essas televisões a estruturarem sua programação em blocos para a exibição de comerciais, mas faz-se interessante pelo fato de que se diminui o número de horas de programação a ser veiculada.

Uma breve análise dessa legislação, quando posta lado a lado com a idéia de que a publicidade é fator determinante para o desenvolvimento tecnológico da emissora privada – supõe alguns dos problemas enfrentados pelas televisões educativas no país. Note-se, que como afirma Bolaño (2007), é de interesse das emissoras comerciais que o decreto-lei destinado às televisões públicas continue em vigor, pois desse modo, alarga-se a distância que separa a audiência da televisão privada e comercial da televisão pública.

A afirmação de Martín-Barbero e Rey transcrita a seguir revela a principal diferenciação que se faz da televisão pública e privada: o conteúdo da programação. Se a programação exibida nos canais comerciais causa, por um lado, comoção nacional por tratar determinada informação exaustivamente, tornando-se o assunto mais comentado no dia a dia do cidadão, por outro lado, desperta indignação, por funcionar na dinâmica da audiência, uma vez que o polêmico é o que é de interesse do público.

> Se as televisões comerciais aumentam as possibilidades de contraste cultural, bem como o acesso à informação ou à recorrência a modelos de vida diferentes dos próprios, também segmentam, padronizam e submetem as realidades a incisivos processos de redução e banalização. Seria de supor que as televisões públicas se defrontam com o desafio de oferecer outros âmbitos de ficção e imaginação, outras entradas compreensivas aos problemas cotidianos, outras maneiras de confrontar publicamente os temas concernentes ao cidadão. (MARTÍN-BARBERO; REY, 2001, p.70)

Nesse jogo mercadológico no qual vivem as televisões privadas ganha quem tem mais audiência. A participação na audiência, comentada por Simões e Mattos (In BRITTOS; BOLAÑO, 2005) é uma das grandes responsáveis por manter essa lógica capitalista na televisão. O número de aparelhos de televisão ligados no país representa um mercado real de consumidores dos produtos anunciados em determinado programa ou canal.

Para a emissora, esse sucesso é responsável por grandes quantias de dinheiro originárias da publicidade, que poderão ser investidos em tecnologia, em profissionais qualificados – o que não é sinônimo de contratação de profissionais críticos e comprometidos com a função da televisão que é promover a cidadania. Para o mercado publicitário, significa um aumento no número de vendas e uma consequente elevação no preço do espaço publicitário oferecido pelo canal. Para o público, expressa a falta de comprometimento desses canais e emissoras em promover uma programação de qualidade que seja capaz de transformar o senso estético da sociedade.

Essa prática constante presente no cenário televisivo brasileiro, que utiliza a televisão como comércio, se mantêm com tal força no país, devido a falhas no cumprimento da legislação que aborda as competências dos meios de comunicação, à concentração da propriedade midiática e também do sistema regulatório de concessões públicas desses canais.

Ao analisar-se a Constituição do Brasil, datada de 1988, em seu capítulo V, no que concerne à Comunicação Social, é possível observar-se que existe uma preocupação de fazer cumprir a função dos meios de comunicação social. O artigo 221 da Constituição (BRASIL, 1988), afirma em seus quatro incisos que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão devem atender aos princípios de:

> I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;
> II – promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua produção.
> III – regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos por lei;
> IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Não se nega que exista uma consciência e uma pretensão em fazer valer a lei, no entanto as televisões comerciais ainda que tenham concessões públicas concedidas pelo Poder Legislativo, renovadas a cada 15 anos, funcionam à revelia desse controle.

A falta de políticas públicas de comunicação, ferramentas capazes de construir e alterar o modelo de regulação existente no país, aliada à tendência natural do mercado de estimular a concentração de poder - a oligopolização - e

consequentemente excluir desse cenário a concorrência, estabelecem o tipo de programação que chega à casa dos brasileiros. Como afirmam Brittos e Bolaño (2005), o Estado ao deixar de controlar a política de inovação no país, ao não definir regras de mercado e não se posicionar frente ao que se estabelece por empresas nacionais ou internacionais em território brasileiro passa a encarar a comunicação como assunto secundário. Preocupa-se com a propriedade, mercado interno, e se esquece de que o conteúdo produzido por essas empresas não cumpre com os objetivos de difundir a diversidade cultural brasileira.

Esse fato se agrava com a política de privatização das telecomunicações iniciada no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), conhecido também pela sigla FHC, que transfere para empresas internacionais o poder de controle do estado. Torna-se pertinente afirmar que, como afirmam Lima e Caparelli (2004), o presidente foi responsável por despolitizar a regulamentação midiática, uma vez que o modelo brasileiro de regulação anterior – princípio econômico capitalista - tinha direito sobre o capital nacional, mas também sobre o conhecimento criativo produzido no país.

Os meios de comunicação social - a televisão comercial propriamente dita - vistos como negócio pelo sistema capitalista ao longo de sua existência ganham cada vez mais espaço nesse contexto político. Um exemplo disso foi a aprovação da Emenda Constitucional n^{o} 36 (BRASIL, 2002), para amenizar a crise de endividamento sofrida pelas empresas de telecomunicação do país, que já acontecia desde 1995 (LIMA; CAPARELLI, 2004). A autorização de entrada de capital estrangeiro em até 30% para ser investido nesse mercado aparecia como solução para o problema das empresas pertencentes a grupos familiares, em sua maioria. Sem sucesso, com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o setor de telecomunicações se vale de financiamento público para manutenção de bens privados.

Casos como esses, fomentam a necessidade de criar-se uma política industrial para o setor audiovisual brasileiro, como afirmam Brittos e Bolaño (2005, p.29), no qual seja priorizada a “disseminação do conhecimento em matéria de produção audiovisual” e o “financiamento da produção estatal e independente, não mercantil”.

Ainda que a *Era FHC* seja determinante para o declínio da atual situação pela qual passa o sistema televisivo do Brasil, o problema reflete decisões políticas do passado que permanecem inalteradas até hoje. O Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), criado a partir da Lei 4.117 no ano de 1962 (BRASIL, 1962), 46 anos depois de sua elaboração, continua sendo o símbolo do sistema de regulação da radiodifusão do país.

O ano de 1995, a partir da Emenda Constitucional n^{o} 8 (BRASIL, 1995a) foi responsável por separar radiodifusão de telecomunicações, tornando aquele como um serviço singular, ao invés de ser um serviço deste. Essa decisão reflete a necessidade de apressar o processo de privatização das empresas de telecomunicações que culminou com a Lei 9.472/97, Lei Geral das Telecomunicações (BRASIL, 1997), que acabou por excluir do CBT a regulação sobre esse setor.

Cria-se a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para designar essa função de controle de modo mais independente do que acontecia com o CBT. Esse órgão, a partir do ano de 1997, passa a ter responsabilidade sobre a regulação das televisões a cabo, uma vez que essas não se enquadram como radiodifusão. Como afirmam Lima e Caparelli (2004), ao afirmar-se que a TV a cabo não pode ser enquadrada como radiodifusão, uma vez que apresenta um sistema de produção, programação e distribuição diferente do que existe na televisão aberta, demonstra-se o interesse maior de poder ter acesso a até 49% do capital estrangeiro, fato que não é permitido no sistema de radiodifusão.

A TV a cabo, ou televisão segmentada, segue a lógica de mercado capitalista que busca atingir diretamente seu público alvo com a função comercial, como afirma Bolaño (2007). Ainda que inicialmente tenha sido criada para atender a pequenas comunidades que não recebiam os sinais de televisão aberta, foi se desenvolvendo tecnologicamente e mudando de estratégia. Apoiada pela legislação que lhe possibilitava a abertura de mercado para investimentos estrangeiros somado ao financiamento pela publicidade cresceu o número de canais por TV a cabo. O direcionamento indireto da verba publicitária se deu de modo mais incisivo, uma vez que o público alvo de seus canais são mais facilmente identificáveis – ainda que a verba destinada a propaganda nesses veículos seja de apenas 1,7% contra 57,9% que vai para as televisões abertas

(LIMA; CAPARELLI, 2004) -, assim como possibilitou-se o financiamento direto através do pagamento de mensalidades por assinantes.

Com esse crescimento, possibilitou-se a oferta de produções alternativas distintas do que se veiculava nas televisões privadas. Programas de entretenimento, seriados internacionais*, realities show*, foram gêneros especializados que começaram a fazer sucesso nas televisões fechadas, migrando futuramente para as TVs abertas após retorno experimentado/ percebido no cabo.

A Lei do Cabo, nº 8977 de 6 de janeiro de 1995 (BRASIL, 1995b), contribuiu de certo modo para a diversificação de programação, uma vez que tem por objetivo o cumprimento de seu artigo terceiro que afirma que "(...) é destinado a promover a cultura universal e nacional, a diversidade de fontes de informação, o lazer e o entretenimento, a pluralidade política e o desenvolvimento social e econômico do País".

Com concessões semelhantes às estipuladas ao serviço de radiodifusão, que inclui a TV aberta, com prazos de 15 anos que permitem renovações, a TV a cabo apresenta um diferencial uma vez que a outorga de permissão é dada a pessoas jurídicas de direito privado, conforme artigo 5º, inciso I, o que lhe atribui o caráter comercial. Porém, com a finalidade de manter um equilíbrio com a função cultural e educativa, o artigo 23 dessa mesma lei (BRASIL, 1995b) aponta a exigência da criação de espaço de canais básicos de utilização gratuita, conforme inciso I, que traz a obrigatoriedade de:

> *a*) canais destinados à distribuição obrigatória, integral e simultânea, sem inserção de qualquer informação, da programação das emissoras geradoras locais de radiodifusão de sons e imagens, em VHF ou UHF, abertos e não codificados, cujo sinal alcance a área do serviço de TV a Cabo e apresente nível técnico adequado, conforme padrões estabelecidos pelo Poder Executivo;
> *b*) um canal legislativo municipal/estadual, reservado para o uso compartilhado entre as Câmaras de Vereadores localizadas nos municípios da área de prestação do serviço e a Assembléia Legislativa do respectivo Estado, sendo o canal voltado para a documentação dos trabalhos parlamentares, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;
> *c*) um canal reservado para a Câmara dos Deputados, para a documentação dos seus trabalhos, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;
> *d*) um canal reservado para o Senado Federal, para a documentação dos seus trabalhos, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;

> *e*) um canal universitário, reservado para o uso compartilhado entre as universidades localizadas no município ou municípios da área de prestação do serviço;
> *f*) um canal educativo-cultural, reservado para utilização pelos órgãos que tratam de educação e cultura no governo federal e nos governos estadual e municipal com jurisdição sobre a área de prestação do serviço;
> *g*) um canal comunitário aberto para utilização livre por entidades não-governamentais e sem fins lucrativos;

Conforme uma análise das exigências estabelecidas pelo governo, em seu artigo 23, para a Lei do Cabo, observa-se mais uma vez que existem leis no Brasil que tem a finalidade de fazer cumprir o princípio estabelecido para a televisão de promover a cidadania e possibilitar o espaço de expressão popular. Ainda que a televisão a cabo não deva obedecer ao CBT, tem a função de fazer cumprir o princípio constitutivo da Comunicação Social que consta no artigo 221 da Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988).

Tais observações sobre a TV a cabo são importantes para esse estudo, porque refletem a existência de espaços voltados para fins educativos, artísticos, culturais e informativos. Ainda que esses cenários não constituam um exemplo ideal de programação voltada para a promoção da cidadania, marcam o início de uma transformação que está por acontecer, mesmo que a passos lentos.

Segundo dados da Anatel (2009), atualmente existem no Brasil 238 concessões de TV a cabo em operação e um número de assinantes dessa modalidade de 3.962.115 pessoas, verificado em abril de 2009. Diante desses dados, fica claro o fato de que uma porcentagem mínima da população brasileira tem acesso a esse serviço. No estado do Paraná, em abril de 2008, somente 350.628 pessoas eram assinantes de TV por assinatura, o que revela uma porcentagem de apenas 5,3% do total de assinantes brasileiros e menos de 3% do total da população do estado. Resta a essa população, o acesso à TV aberta, pública e/ ou privada.

2.3 OS DESAFIOS DE FAZER TELEVISÃO PÚBLICA NO BRASIL

2.3.1 A constituição da televisão pública no Brasil no contexto mundial

Do modo distinto ao que ocorreu no Brasil, país no qual a televisão comercial surgiu antes do que a TV pública, o estabelecimento da televisão pública no mundo ocorre paralelamente à inserção global desse audiovisual. Conforme afirma Leal Filho (1997), a Europa pós-guerra, entre os anos 1950 e 1960, foi o palco ideal para o estabelecimento dessa modalidade de mídia televisiva, uma vez que esses países necessitavam fortalecer a democracia e a cidadania e isso só se daria a partir da participação popular nas tomadas de decisões. Com a finalidade de superar as dificuldades provocadas pelo período bélico, surgiu a idéia de utilizar a televisão com fins educativos na escolarização, transferindo a escola formal para dentro do meio de comunicação.

O autor (ibidem) lembra ainda que quando a televisão chega ao Brasil, a BBC de Londres já é exemplo de veículo público de caráter educativo. Porém, são nos Estados Unidos (EUA) no início dos anos 50 que aparecem os primeiros canais voltados à educação e à cultura, como a WOI-TV, primeira emissora de TVE norte-americana, de propriedade da *Iowa State College*. Segundo Leal Filho (1997), nesse mesmo período, outras emissoras ligadas à Universidade Americana de Washington D.C. já produziam seus programas educativos para serem veiculados em emissoras comerciais. Em abril de 1952, a Comissão Federal de Comunicações dos EUA concede 242 canais para fins exclusivamente educativos e, um ano depois, a KUHT, de Houston, torna-se a primeira emissora educativa não-comercial a funcionar regularmente, analisa o mesmo autor.

Em 1953 no Brasil, o presidente Getúlio Vargas concede a outorga de canais públicos para várias instituições sediadas no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Milanez (2007) afirma que é a partir dessa promoção que Roquette Pinto consegue a concessão do canal dois, que cinco anos mais tarde seria concedido ao grupo Excelsior. Bem relacionado politicamente com Luiz Paes Leme - vereador que incluiu uma emenda no orçamento da Prefeitura do Distrito Federal daquele ano destinando uma verba de 15 milhões de cruzeiros para a instalação de uma TV com finalidades educativas na capital do país -, Roquette Pinto passou a integrar a Comissão Técnica de Televisão, para que fosse criada a TVE da prefeitura do Rio de Janeiro, PRD-5, conforme narra a autora (ibidem).

Com a maior parte da verba liberada para a compra dos equipamentos técnicos por 473 milhões de dólares diretamente da empresa norte-americana

Dumont, o processo de implantação da televisão ia acontecendo, como afirma Tude de Souza (In MILANEZ, 2007, p.22):

> O nosso projeto estava de tal maneira planificado nos mínimos detalhes, que os técnicos de Dumont se comprometeram a instalar a estação em apenas 15 dias, depois que o material chegasse ao Rio. Nosso planejamento foi a tal ponto, que até o cabeamento estava previsto.

Porém, com a mudança política que culminou com a exoneração do prefeito João Carlos Vital, substituído pelo coronel Dulcidio Cardoso, Fernando Tude de Souza foi demitido e o projeto da TVE PRD-5 engavetado enquanto o equipamento técnico deteriorava no cais de Nova Iorque, como lembra Milanez (2007). Pfromm Neto (2001) narra que após esse incidente, Roquette Pinto foi nomeado diretor da Rádio Ministério da Educação, cargo que lhe possibilitou firmar um convênio entre o Governo Federal e a Prefeitura do Rio de Janeiro, no qual se estabelecia um acordo de exploração de uma televisão cultural de responsabilidade da Rádio Ministério que responderia pela parte educativa enquanto Roquette Pinto responderia pela parte didática. Porém, acordos políticos fizeram com que o contrato não fosse aprovado.

Nesse contexto, a TV comercial existente no país persistia em cumprir seu papel de promover a integração nacional ao mesmo tempo em que estimulava o crescimento do mercado interno. A mídia televisiva brasileira continuava a ignorar o modelo institucional de radiodifusão pública que vinha sendo desenvolvido na Europa com a BBC de Londres, que tinha seus moldes públicos calcados em uma prática que já existia nas rádios européias. Leal Filho (1997, p.155) relata esse ideal ao lembrar que: “O discurso de Assis Chateaubriand passa longe de qualquer idéia de serviço público. Sua preocupação inicial é com os anunciantes, deixando claro que o rumo a ser seguido é o mesmo adotado pelo rádio” brasileiro, que era comercial e financiado pela publicidade.

Mais uma vez, Roquette Pinto aparece como referência para o estabelecimento do modelo público de radiodifusão no Brasil. Quando Pinto cria a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro como sugere o autor (ibidem) acredita na possibilidade de formação de um clube de ouvintes ou sociedades que se encarregariam de manter a emissora, não necessitando desse modo de

financiamento privado. Esse modelo de audiência estabelece o controle de qualidade do que se é veiculado, como afirma o próprio Roquette Pinto, no ano de 1923: “Todos os lares espalhados pelo imenso território do Brasil receberão o conforto moral da ciência e da arte.” (SAMPAIO In LEAL FILHO, 1997, p.156)

Diante da explanação desse histórico que narra o estabelecimento da lógica comercial adotada no/pelo sistema de radiodifusão brasileiro que tem início no rádio e chega à televisão, percebem-se os motivos que levam a associação da qualidade de conteúdo da programação veiculada por esses meios de comunicação ao modelo institucional adotado pelo veículo. A televisão pública veicula em sua programação produtos com finalidades educativas e culturais sem visar o lucro. A qualidade da programação e o comprometimento de transmitir o conforto moral da ciência e da arte como assegurou Roquette Pinto ao criar sua Rádio Nacional é compromisso e missão de uma televisão pública.

Atendendo ao artigo 223 da Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), alguns estudiosos da televisão pública demonstram que não pretendem lutar contra a instituição do modelo comercial da TV privada, pois como está presente no artigo 223 dessa lei (ibidem, grifo nosso) as atribuições com relação à Comunicação Social: “Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas **privado, público e estatal**.”

Diante do exposto, a televisão pública tem atribuições distintas da televisão privada, que é comercial, e da televisão estatal ou governamental, não eximindo, porém essas modalidades de cumprir com as funções atribuídas aos meios de comunicação social. Eugênio Bucci (BRASIL, 2006, p.1) é incisivo ao afirmar que: “A TV Pública não faz, não deveria dizer que faz e, pensando bem, deveria declarar abertamente que não faz entretenimento.” Bucci (ibidem) lembra também que não existe razão para crucificar o fato de que as televisões privadas baseiam-se nas demandas de mercado, porém é preciso encará-las não como as únicas regras que devem definir a comunicação social no país. Eis a função das TVs públicas nesse cenário:

> Em alternativa a isso, deveriam diferenciar-se, recusando-se a competir no mercado e buscando dar visibilidade às expressões francamente minoritárias da cultura e do debate público, que não têm aptidão para se tornar 'campeãs de audiência' e não têm vez nas comerciais.

A partir dessa afirmação o autor reforça o posicionamento adotado pela Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais (Abepec) – instituição representante de 19 televisões públicas do país - e expresso no I Fórum Nacional de TVs Públicas, no ano de 2007. O sucesso de uma TV nos moldes públicos exige, conforme documento publicado pela Abepec (2007): uma gestão realizada pela sociedade através de seus conselhos representativos e de uma participação mínima dos representantes diretos do governo; uma atualização na regulação que rege a radiodifusão brasileira; o estímulo ao financiamento estável dessas emissoras por parte da sociedade, uma vez que não se tem a pretensão de fazer uso do financiamento pela publicidade, através da criação de um fundo monetário que possibilite a formação de uma rede de produção de programas educativos, culturais, informativos e infantis; adoção de uma política de desenvolvimento tecnológico que possibilite a transição da TV analógica para a TV digital para aumentar o nível dessa tecnologia que distancia a televisão pública da comercial; realização de multi-programação que torne simultânea a produção de programas de interesse público que tratem de educação, saúde, cultura, arte, esporte, entre outros assuntos; capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento do sistema digital.

Essas possíveis soluções apontadas pela Abepec retratam uma reafirmação desse molde de mídia televisiva que tem necessidades particulares para promover sua função social frente às imposições da TV privada que busca financiamento público para manter uma empresa privada, de políticos que praticam o coronelismo eletrônico (LIMA; CAPARELLI, 2004) por serem proprietários de instituições midiáticas importantes e que por causa disso são capazes de interferir diretamente nos rumos da eleição em um estado ou região.

Martín-Barbero (In RINCÓN, 2002) aponta cinco eixos principais fundamentais para discutir-se televisão pública, educativa e cultural. Primeiramente, deve-se ter claro qual é o conceito de televisão adotado pela TV pública, uma vez que essa televisão não é privada e nem estatal. O objetivo maior

de uma televisão pública é promover o espaço democrático de expressão da cidadania, que não ocorre tão expressivamente na televisão comercial. Em seguida é preciso que se pratique a liberdade de expressão e a autonomia frente ao governo para promover a diversidade social e cultural. Em um terceiro momento o autor retoma que é preciso rever o conceito de telespectador como cidadão e não como consumidor. Após isso, aponta-se para a necessidade de formar um público crítico e participativo que se constitua enquanto audiência para essa programação, pois dessa forma como lembra Martín-Barbero como último ponto se formará um público que assiste a essa televisão.

Em abril de 2008, foi aprovada a Lei nº 11.652 (BRASIL, 2008), que trata da instituição dos princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta. Essa lei, em seu artigo terceiro, propõe que os serviços de radiodifusão pública têm por objetivo:

> I – oferecer mecanismos para o debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional;
> II – desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora da cidadania;
> III – fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação;
> IV – cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão;
> V – apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento garantindo espaços para exibição de produções regionais e independentes;
> VI – buscar excelência em conteúdos e linguagens e desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação e formação de talentos;
> VII – direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e promotoras da cidadania, sem com isso retirar seu caráter competitivo na busca do interesse do maior número de ouvintes ou telespectadores;
> VIII – promover parcerias e fomentar produção audiovisual nacional, contribuindo para a expansão de sua produção e difusão; e
> IX – estimular a produção e garantir a veiculação, inclusive na rede mundial de computadores, de conteúdos interativos, especialmente aqueles voltados para a universalização da prestação de serviços públicos.

Essas questões caminham em direção ao que se deve fazer para que a televisão pública possa assumir suas funções no desenvolvimento da democracia,

mas para isso, é preciso que se utilizem as especificidades oferecidas pela televisão a seu favor. Se a televisão apresenta características comunicativas, narrativas e industriais, deve-se explorar seu potencial de provocar prazer, de narrar, de estabelecer uma relação afetiva com o público, não se esquecendo de sua capacidade de repercutir na sociedade, que poderá ser eficaz para criar realidades coletivas, nas quais o público se vê.

Para que isso ocorra, é preciso rever a legislação e cumprir com o que está estabelecido na lei. Somente pessoas jurídicas de direito público interno, além de fundações instituídas por particulares e universidades, podem pleitear a outorga para execução de serviços radiodifusores com fins educativos e culturais. Conforme afirma o artigo 14º, do decreto-lei nº 236 (BRASIL, 1967), somente poderão executar serviços de televisão educativa: a União, os Estados, Territórios e Municípios, assim como as Universidades Brasileiras e as Fundações constituídas no país, estas duas últimas, desde que possuam recursos próprios para custear o empreendimento.

Tudo quanto está dito na lei brasileira se cumprido, exime a televisão pública do risco de voltar-se para os moldes comerciais, assim como lhe dá autonomia para atuar frente ao governo. Tudo quanto foi dito, retrata a necessidade de fazer-se valer o artigo 13º do decreto-lei nº 236 (ibidem) que caracteriza a televisão educativa, ao afirmar que:

> A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates. Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.

Para essa legislação (BRASIL, 1967), o serviço de radiodifusão sonora (rádio) ou de sons e imagens (televisão) que transmita programas de cunho educativo e também programas culturais deve atuar conjuntamente aos sistemas de ensino público, municipais e estaduais, independente de qual seja seu período ou modalidade, atuando em todos os níveis, como: “(...) educação básica e superior, a educação permanente e a formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação

profissional.” Está orientação justifica a escolha dos objetivos específicos tomados por base a partir da análise do projeto de atuação da TV Paulo Freire (PARANÁ, 2008) e que serão explorados no penúltimo capítulo.

O decreto-lei nº 236 (ibidem), comentado acima, que regulamenta a televisão pública, data do mesmo ano de criação da primeira emissora estatal do Brasil. A instalação desses canais, que também deveriam cumprir ao que propõe a constituição como função da televisão com uma programação educativa e cultural, em um contexto turbulento, apresenta-se também como motivo explicativo para entender como se constroem os limites entre o que é uma televisão pública e o que é uma televisão estatal, atuando enquanto TV Educativa.

Obedecendo ao proposto pelo artigo 223 da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), a legislação cria um espaço de regulação audiovisual que deve ser complementada pelos três sistemas: público, privado e estatal. Veja-se agora que se há necessidade de diferenciar a televisão pública da televisão estatal, isso acontece, pois suas legislações são distintas. Nessas condições, porém, a televisão pública e estatal quando confrontadas assemelham-se mais em seus princípios do que quando colocadas lado a lado com a TV privada. Por esse motivo, é que muitas vezes, tanto a televisão pública como a estatal são tidas como TV Educativa.

A televisão estatal enfrenta problema por depender financeiramente de recursos que são dos governos estaduais. Ainda que impedidos legalmente de interferir na programação dessas televisões de modo a utilizá-las como órgãos estatais, muitas vezes o Brasil passou por essa situação. Como lembra Leal Filho (In HAMBURGER; BUCCI, 2000, p.160), “Deve-se ressaltar que os momentos mais críticos podem ser localizados com clareza durante os governos estaduais nomeados pela ditadura.” Essa informação se complementa com outra citação do autor (ibidem, p.160-161) que afirma que:

> Muitas vezes a liberação de recursos durante a ditadura esteve condicionada à propaganda oficial presente nos programas de entretenimento e, principalmente, no telejornalismo. A veiculação de matérias obrigatórias, impostas pelo governador nomeado, era uma constante na programação.

Segundo Leal Filho (1997), no Brasil não existe interesse em transformar as emissoras de televisão estatal em públicas, pois ainda que sejam instituições de direito público, apresentam a maleabilidade de um controle do Estado.

Como afirma Pfromm Netto (2001), criada no governo ditatorial de Arthur da Costa e Silva, a TV Universitária de Pernambuco foi a pioneira na área de radiodifusão educativa, promovendo nos sete anos subseqüentes o surgimento de mais oito emissoras ligadas a fundações públicas estaduais com o mesmo fim, como: TVE do Amazonas, TVE Ceará, TVE Maranhão, TVE do Rio de Janeiro; TVE do Rio Grande do Sul; TV Cultura de São Paulo. Essas emissoras representam o que já foi afirmado anteriormente ao caracterizam o espaço destinado às televisões educativas e culturais de caráter estatal e não privado.

Todavia como aponta Pfromm Neto (2001) e Capparelli (2004), antes disso a televisão já era utilizada como ferramenta de educação, como: na TV Educativa da Universidade de Santa Maria, em 1958; TV Escolar, em São Paulo e Fundação João Batista do Amaral e a Universidade de Cultura Popular do Rio de Janeiro, ambas no ano de 1960. Em 1961, a Fundação João Batista do Amaral veicula na TVE do Rio de Janeiro um curso de alfabetização para adultos, que em dois anos atinge mais de cinco mil alunos, em cinco núcleos de recepção, através de 262 horas-aulas. Como afirma Pfromm Neto (2001, p.107) “As aulas eram ministradas de segunda-feira a sábado em dois períodos, manhã e tarde, pela TV 2, então emissora comercial.”

Leal Filho (In HAMBURGER; BUCCI, 2000) comenta que a Secretaria de Educação do estado de São Paulo firma um convênio com a TV Cultura, pertencente ao grupo das ASSOCIADAS, para que a Cultura produzisse dez horas semanais de programação educativa a fim de ser exibido no Serviço de Educação e Formação pelo Rádio e TV do Governo. Essa programação era desenvolvida, para os professores, a partir de dois focos: a formação docente, com programas referentes às disciplinas lecionadas, como português, matemática, entre outras; e a utilização de conteúdos voltados para a adequação na sala de aula, como lembra o autor (ibidem). Mais uma vez vêem-se exemplos anteriores de televisão educativa no Brasil que vão coincidir com os objetivos propostos pela TV Paulo Freire e que serão analisados a partir da análise da estruturação técnica, administrativa e pedagógico da televisão paranaense.

As primeiras emissoras de televisão educativa do Brasil levam consigo as marcas da ditadura militar, que a adotou como principal meio de comunicação de massa do país ao suplantar o Rádio, surgindo em meio a uma legislação bastante imprecisa e recriminatória. Leal Filho (1997) relata que nesse mesmo contexto, em outubro de 1964, com o objetivo de criar um Centro Brasileiro de TV Educativa, surge uma comissão não-oficial de representantes do Conselho Nacional de Educação, órgão recém-criado, funcionários do Ministério da Educação e Cultura e também educadores, para elaborar o projeto. Comissão essa que um ano depois se torna oficial, ganhando a adesão de profissionais experientes da TVE, como Gilson Amado e Alfredina de Paiva e que através da lei 5.198 de 1967, consegue a autorização para que o Centro se instale sob forma de fundação.

Milanez (2007) conta que a então Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE), sob presidência de Gilson Amado, tem por finalidade produzir, adquirir e distribuir material audiovisual para ser utilizado em televisões educativas. A partir de um orçamento de 0,002% do Ministério da Educação e Cultura do Brasil, não só é responsável por produzir material, mas também por treinar pessoal para utilizar essas fitas. Um dos primeiros projetos desenvolvidos pela Fundação, que acabou culminando no primeiro seminário internacional de TVE, promoveu um curso audiovisual para professores leigos do ensino primário, com o objetivo de desenvolver o corpo docente desse nível educacional, como expõe a autora (ibidem). Com o sucesso alcançado pelas produções educativo-culturais, surge a necessidade de formar profissionais na área, tanto para atuarem com equipamentos, como para se tornarem íntimos daquela linguagem específica. Segundo Milanez (2007), no ano de 1969, a Fundação já oferece cursos de formação básica em TVE, preparando mais de 150 pessoas de diversos estados brasileiros.

Como afirma a autora (2007), o ano de 1970 é o marco para o desenvolvimento da TVE no Brasil. Nessa época, o presidente Médici cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização, o Mobral, assim como assina juntamente com os ministérios da Educação e das Comunicações, cujos ministros são Jarbas Passarinho e Hygino Corsetti, respectivamente, a portaria interministerial MEC/Minicom número 408/70, que prevê às emissoras comerciais do país, um

tempo obrigatório e gratuito de cinco horas semanais destinado à transmissão de programas educativos.

Em outros países essa imposição também existe. Pfromm Neto (2001, p.107) relembra que nos Estados Unidos há obrigatoriedade de “(...) exibir pelo menos três horas semanais de programação estritamente educacional, destinada a crianças (...).” Para que essa portaria fosse cumprida, a FCBTVE ficou incumbida de produzir 300 horas semanais de programação educativa para todo o país, culminando na necessidade de aumentar sua capacidade técnica e também o número de profissionais. “Um levantamento realizado, na época, constatou que a grande maioria das emissoras comerciais não tinha condições de suprir, com programação própria, as determinações da portaria 408.” (MILANEZ, 2007, p.40).

> Entre março e agosto de 1971, portanto, em seis meses, o Centro de Produção da FCBTVE distribuiu 40 programas da série Conhecimentos. (...) Foi um período rico em produção. Só nesse ano, saíram do sistema de circuito fechado da FCBTVE 360 aulas, 46 adaptações de filmes, 43 entrevistas de interesse comunitário, 404 flashes de pedagogia social, um curso de pintura e 54 programas diversos. Essas atividades resultaram em 35532 emissões, que alcançaram todo o País. (MILANEZ, 2007, p.41)

Segundo a autora (ibidem), apenas a TV Globo tinha possibilidades de atender à demanda, pois contava com uma programação produzida pela Fundação Padre Anchieta voltada ao ensino supletivo, então chamado de Curso de Madureza. A carga horária restante era complementada com cursos de idiomas e programações culturais. Diante da demanda imposta pela portaria ministerial coube à TVE transformar-se de circuito fechado em estúdio de produção, conseguindo atender 45% de tudo que era transmitido pelas televisões comerciais. A solução para atender um número maior de emissoras foi semelhante ao que ocorreu no início da televisão no país, a troca de fitas que viajavam por todo o território nacional.

A partir de um acordo estabelecido entre o governo da Alemanha através da Fundação Konrad Adenauer e do Brasil são doados à FCBTVE equipamentos técnicos para desenvolver a TVE no país, ficando a cargo do Brasil a construção de estruturas físicas para instalação desses equipamentos. A autora (ibidem) informa ainda que no ano de 1972, com a obra terminada e uma estrutura em

equipamentos de mais de dois milhões e quinhentos mil dólares, o Telecentro brasileiro transforma-se em um dos maiores da América do Sul.

Dando continuidade ao histórico narrado por Milanez (2007), vê-se que somente no ano de 1973 o canal dois (canal que havia sido concedido à Roquette Pinto 21 anos antes para a implantação da primeira televisão educativa do país) voltou a ser um canal educativo, quando foi entregue à FCBTVE, a partir do decreto de número 72.634 de 1973. Passando dois anos mais tarde a realizar transmissões em caráter experimental, no início com duas horas de programação no domingo, até aumentar para seis horas diárias, num total de 80 horas semanais, e entrar em caráter definitivo de exibição em fevereiro de 1977, conforme a autora (ibidem).

Esse histórico da televisão educativa no Brasil retrata em muitos momentos que se produziam conteúdos voltados para a transmissão de conhecimentos escolares, visto que se tratava de uma população com baixo grau de instrução, mas que necessitava desse conteúdo para ingressar no mercado de trabalho ou fazer-se incluído em determinada cultura. Ressalta-se, porém que ainda que a promoção Educação seja uma das funções permanentes da televisão público, não se objetiva substituir a educação presencial que se realiza na escola, em qualquer nível de ensino. Essa idéia complementa o que afirma Lima (2000, p.3), na época presidente da Fundação Padre Anchieta, ao dizer que a televisão pública:

> (...) busca ser uma alternativa para o cidadão. E busca isso por alguns caminhos já aceitos pela embrionária rede de televisão pública: produzir uma programação educativa que não pretende substituir a escola, mas complementar a educação do homem brasileiro para a cidadania; divulgar cultura, mas não apenas os valores consagrados no mercado comercial da arte; implantar um jornalismo [...] que não faça da notícia um mero espetáculo, mas um retrato compreensível da realidade, que transforme formatos de captação, edição e divulgação de notícias em que os repórteres não sejam meros prepostos da pauta compulsória e os apresentadores não pareçam ventríloquos de um moralismo farisaico de classe média.

Cabe à televisão pública um espaço complementar na educação do cidadão/aluno para ampliar seus conhecimentos. Conforme posicionamento da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC, 2007, p.18) assegurado no I Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado no Brasil

em maio de 2007. “Arte e cultura na televisão pública buscam a divulgação de produtos criativos oriundos dos valores da identidade e da vanguarda e não apenas dos valores da moda, consagrados no mercado comercial da arte.”

3 COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO: O ESTABELECIMENTO DE UM NOVO CAMPO CIENTÍFICO

A interrelação entre os campos da Comunicação e da Educação, também conhecida como Educomunicação, como afirma Soares (1999, p.19) "(...) se afigura como um campo de intervenção social específico." Esse novo campo científico se constitui a partir dos espaços transdisciplinares que constantemente são traçados por esses dois tradicionais campos do saber, uma vez que não se organiza como uma nova disciplina, mas como um "(...) *novo paradigma discursivo transverso*" (SOARES, 1999, p.27, grifo do autor). Para que esse campo se estabeleça e se relacione com as demais áreas que aparecem em sua interface ele deve atuar de modo *"(...) processual, mediático, transdisciplinar e interdiscursivo."* (ibidem)

Essas características atribuídas pelo autor (1999) à Educomunicação demonstram a preocupação de que esse campo do saber seja estudado sempre a partir de um contexto de atuação que surge a partir da prática de seus atores sociais. Por isso, ter como foco principal a repercussão dos meios de comunicação social no ambiente de educação escolar, uma vez que esse espaço – um dentre outros como família e igreja - é caracterizado por promover a socialização do indivíduo.

Os processos de interação social humana, como lembram Braga e Calazans (2001), estabelecem-se de modo mútuo. O sujeito ao tentar inserir-se na sociedade, em grupos ou comunidades ajusta-se a esta, mas também "(...) procura ajustar a sociedade a seu modo." (ibidem, p.135)

O mesmo ocorre na escola que não está inerte a receber influências de outros campos sociais, assim como também pode afetar esses espaços da sociedade. Como afirma Orofino (2005, p.28) ao lembrar que é preciso "(...) situar a escola como espaço de uma produção midiática crítica à luz do que se entende por uma educação reflexiva."

> A escola não é apenas, com efeito, um local onde circulam fluxos humanos, onde se investem e se gerem riquezas materiais, onde se travam interações sociais e relações de poder; ela é também um local – o local por excelência nas sociedades modernas – de gestão e transmissão de saberes e de símbolos. (FORQUIN, 1993, p.28)

Como apresenta Forquin (1993), a educação formal não deve limitar-se a fazer um recorte sobre determinados saberes sociais e culturais presentes no contexto dentro do qual está inserido, mas principalmente, tem a função de atuar como mediadora na aquisição dos conhecimentos ao tornar essa assimilação em objeto de ensino. Justifica-se dessa maneira o fato de localizar na escola o contexto de atuação da Educomunicação, uma vez que nesse universo possibilita-se uma conscientização e o desenvolvimento de uma autonomia crítica do aluno/cidadão frente aos meios de comunicação que de repente sozinho, ele não conseguisse desenvolver. Como aponta Martín-Barbero (2000, p.58) ao afirmar que "O cidadão de hoje pede ao sistema educativo que o capacite a ter acesso à multiplicidade de escritas, linguagens e discursos nos quais se produzem as decisões que o afetam."

> Entretanto, se a escola pode muito bem aparecer como o lugar e a matriz de saberes típicos e de formas típicas de atividades intelectuais, é preciso reconhecer que estes elementos originais não permanecem sempre encerrados nos limites do mundo escolar, mas são capazes também, por seu poder de modelagem e habitus, de influenciar o conjunto de práticas culturais e os modos de pensamento que têm curso num país num momento dado. (FORQUIN, 1993, p.36)

Esse processo de seleção de saberes escolares e culturais desenvolvido diariamente por uma comunidade acadêmica é responsável por elaborar uma construção social da escola, como propõe Rockwell e Ezpeleta (1994). Segundo as autoras (1994, p.11) "As diferenças regionais, as organizações sociais e sindicais, os professores e suas reivindicações, as diferenças étnicas e o peso relativo da Igreja marcam a origem e a vida de cada escola." Desse modo, passa-se a enxergar esse ambiente como um espaço que é construído constantemente e que, por assim dizer, será sempre um processo inacabado de construção.

Nessa construção, a comunidade acadêmica que compõe a escola traz consigo experiências de vida, hábitos e costumes baseados em uma cultura particular e uma série de outros elementos que exigem desse ambiente formal de educação uma maleabilidade. Para aprimorar essa discussão é necessário discorrer sobre a diferenciação de três dimensões culturais que compõem a

educação escolar, como aponta Mafra (2003): a cultura na escola, a cultura da escola e a cultura escolar.

Segundo a autora (ibidem, p.125), a *cultura na escola* se trata das "(...) características ou manifestações socioculturais específicas ou a diversidade e diferenças étnico-culturais marcantes entre o corpo docente e discente." Esse ponto é responsável por discutir como a escola é ressignificada por sua heterogênea comunidade escolar. A *cultura escolar*, de definição muito próxima da cultura da escola, mas que é vista de modo muito mais pontual do que esta, que segundo Mafra (2003, p.128-129) "(...) tendem a privilegiar as transformações e impregnações que constituem a vida escolar, reconstituindo a trajetória histórica e social de instituições escolares, a partir de recortes espaciais mais demarcados."

Diferentemente da *cultura da escola* que são apontamentos que:

> (...) buscam dar visibilidade ao que se denomina *ethos* cultural de um estabelecimento de ensino, sua marca e identidade cultural, constituída por características ou traços culturais que são transmitidos, produzidos e incorporados pela e na experiência vivida do cotidiano escolar. (MAFRA, 2003, p.126)

A *cultura da escola* constitui-se como direcionamento para a abordagem seguida nessa dissertação, uma vez que leva em conta a construção que se faz do ambiente escolar por alunos, gestores e professores, em um ambiente que está aberto para essa diversidade através da interação. Esse conceito leva em conta os estudos etnográficos e a necessidade de realizar-se uma "descrição densa" ao trabalhar com esse ambiente, segundo Geertz (1989). O autor afirma que para trabalhar-se com cultura e interação social é preciso conhecer o que o outro pensa e os motivos que o levam a tomar determinadas decisões para somente assim, compreender determinada opinião sem valer-se de pré-julgamentos. O etnógrafo deve "(...) primeiro apreender e depois apresentar." (GEERTZ, 1978, p.7).

A partir desse enfoque, Soares (1999, p.27) aponta quatro áreas concretas de intervenção social que se apresentam como materializações da interface entre Comunicação e Educação no ambiente educativo escolar. São elas: "Educação para a Comunicação"; "Mediação Tecnológica na Educação"; "Gestão

Comunicativa"; "Reflexão epistemológica sobre a interrelação Comunicação/Educação como fenômeno cultural emergente".

> Cada uma destas áreas tem sido tradicionalmente assumida como espaços vinculados ao domínio, quer da Educação quer da Comunicação. O que advogamos é que cada uma delas seja pensada e promovida a partir da perspectiva da **Educomunicação**. (SOARES, 1999, p.27, grifo do autor)

Com o objetivo de deter-se ao foco do presente estudo, direciona-se a explanação sobre a interface Comunicação e Educação para as abordagens que se limitam a tratar da ação comunicativa no espaço educativo. Desse modo, apresentar-se-ão três tópicos referentes às três primeiras áreas apontadas por Soares (1999) presentes na constituição da Educomunicação, enquanto a quarta área que trata da reflexão epistemológica será dissolvida ao longo do capítulo atual, por constituir-se de toda a trajetória histórica transcorrida nesse campo.

3.1 A COMUNICAÇÃO E A EDUCAÇÃO EM AMBIENTES EDUCATIVOS

Ao analisar Braga e Calazans (2001), percebe-se que essa relação entre Comunicação e Educação não é recente. De modo geral, a Comunicação por vezes mostrou-se como objeto de preocupação para a Educação, seja pela função da mídia na sociedade e/ou pelo conteúdo de sua programação. Do mesmo modo, que a Educação, em muitos momentos, passou a ser tema para a Comunicação que, projetava ter uma função educativa e formativa.

Esses autores (ibidem) afirmam que isso ocorre porque Comunicação e Educação são dois campos abrangentes dentro da sociedade. Nesse contexto, tudo pode ser objeto de ensino aprendizagem do mesmo modo que qualquer atividade do ser humano que viva em sociedade envolve a comunicação social seja ela midiatizada ou não. Soma-se a essa afirmação o fato dessas áreas serem espaços de experimentação e risco, que estão sendo reconstruídos a todo o momento.

Tanto a Educação como a Comunicação já foram objetos de estudo em profundidade devido a sua complexidade. Essa dissertação não tem a pretensão

de dar conta dessas questões de modo isolado, mas sim observar quais são as características que se aproximam e se afastam quando se estabelece a interação entre os dois campos do conhecimento.

A maioria dos processos comunicativos que acontecem na sociedade se dá a partir das tecnologias midiáticas, o que justifica o fato de se tomar esses meios de comunicação social como sinônimos de Comunicação propriamente dita. É nesse momento que os processos comunicacionais passam a ser vistos como um campo do conhecimento, o campo da Comunicação, e não mais inerente a outras ciências, como elemento secundário como afirmam Braga e Calazans (2001). Dentro desse processo, é que os meios de comunicação e seus produtos assumem um protagonismo enquanto principal canal de circulação de informações, como já mencionado anteriormente, que lhes possibilita serem tomados erroneamente como o todo.

A Comunicação se estabelece como a condição utilizada pela sociedade para interagir entre si, para promover a formação de comunidades e também criar setores determinantes para o desenvolvimento desse espaço como a Igreja, o Estado e a escola. Diante de cada desejo e/ou obstáculo social é que se vai traçando qual será o melhor caminho para possibilitar o desenvolvimento e a evolução do ser humano.

Atribui-se assim ao objeto, à tecnologia, a responsabilidade pela manipulação da sociedade, esquecendo-se que esta só ocorre no momento em que os *media* são tomados por interesses elitistas, particulares, de quem detêm o poder. A apassivação do público desenvolve-se dentro desse contexto em que os meios de comunicação são tidos como responsáveis por modificar a sociedade que é apática e que reproduz a ideologia que lhe é transmitida pelos produtores da informação.

A idéia de um público hipnotizado pela ideologia produzida na mídia perdura por muitos anos e só começa a mudar no século passado. Surge assim, um público capaz de rejeitar a informação produzida por determinado veículo de comunicação, usuários mais críticos e conscientes do processo de mediação. Soares (1999, p.21, grifo do autor) afirma que em muitos momentos:

> A aproximação entre Comunicação e Educação era, pois, vista a partir da suspeita de violenta manipulação e dominação das consciências e das vontades, que passariam a ser “administradas” pelos centros de decisão econômica e política que detinham em suas mãos os poderosos veículos de comunicação, em especial, as emissoras de rádio.

A metade do século XX caracterizou-se como o período decisório para o início dessa transformação de aproximação entre os dois campos. Estudiosos do campo da Educação e da Comunicação ao trazerem para o espaço acadêmico a discussão sobre o poder manipulatório dos meios de comunicação social ocasionado pelo sistema capitalista assumem o papel de lutar contra esse processo de alienação, uma vez que se trata de um assunto de interesse público. Diante dessa preocupação, é possível afirmar que as críticas feitas aos meios de comunicação social, direcionadas primeiramente ao rádio e depois aos audiovisuais – cinema e televisão – não tem por objetivo questionar a existência dessas mídias, mas sim alertar para a utilização que se faz delas.

Essa importância dada ao estudo dos meios de comunicação acaba por propor possíveis soluções para alterar a função política e econômica que se faz das mídias. Nesse momento, assume-se a relevância dos *media* para a sociedade contemporânea, ao mesmo tempo em que se atribui à Educação a função de conscientizar o público/ usuários dessas mídias sobre o caráter comercial adotado por elas dentro da lógica capitalista. Como afirma Soares (1999), os anos 70 são o marco dos estudos sobre leitura crítica dos meios e da educação para a comunicação.

A mudança de paradigma, que deixa de enxergar o público como alvo inerte aos interesses da produção e passa a vê-los como fator determinante para a construção do processo de comunicação, só ocorre nos anos 80, segundo o autor (ibidem). A pedagogia da educação para os meios torna-se prioritária na ocasião em que os estudos da recepção apoiados na Teoria das Mediações de Martín-Barbero (1997) fomentam a idéia de que é possível construir conjuntamente entre produtores e receptores um processo de comunicação social mais democrático. Transfere-se o “problema” dos meios para o processo de comunicação, ao mesmo em que aceita-se a idéia de que essas mídias intermedeiam a produção da cultura.

> A pergunta deixou de ser: *Como devo defender meus filhos ou alunos do impacto negativo dos meios?* Para formular-se de maneira oposta: *Como o sistema de educação deve entender o sistema de meios e construir ecossistemas comunicativos a partir da realidade mediática em que estamos todos inseridos?* (SOARES, 1999, p.22, grifo do autor)

Nesse processo, a escola torna-se palco em que alunos, professores, gestores e comunidade na qual a instituição está inserida encenam suas percepções e criam suas próprias referências. À constituição desse cenário é que Soares (1999, p.69, grifo do autor) nomeia como ecossistemas comunicativos ou comunicacionais, "(...) a organização do ambiente, a disponibilização de recursos, o *modus faciendi* dos sujeitos envolvidos e o conjunto das ações que caracterizam determinado tipo de ação comunicacional." Segundo o autor (ibidem), cada cidadão e instituição podem pertencer e atuar de modo simultâneo em diferentes ecossistemas comunicacionais, como no criado pela família, pela Igreja, pelo bairro e pela escola e cada um desses ecossistemas é capaz de exercer influência sobre os demais.

> Só uma educação formal ou informal, que considere esses eixos temáticos como "fins" e não como "meios", estará possibilitando a formação de um cidadão consciente e crítico de seus direitos e das suas responsabilidades, permitindo-lhe assim, a análise crítica da realidade para que ele seja co-participante das transformações sociais. (PACHECO, 1998, p.10, grifo do autor)

Os meios de comunicação social se valem de duas particularidades apontadas pelos autores (ibidem) que reafirmam sua importância dentro do processo de transformação das interações humanas. São elas: a inclusividade e a penetrabilidade, sendo a primeira caracterizada como o fato da mídia captar e transmitir tudo o que pode ser registrado através de som e imagem e a segunda pela capacidade dos *media* de ditar novas formas de perceber o que foi registrado, uma vez que esse registro obedece a uma necessidade de adaptação de cada meio.

Seguindo essa linha teórica, assume-se que a sociedade aqui discutida é uma sociedade mediatizada, como asseguram Braga e Calazans (2001). A sociedade, ao fazer uso da tecnologia, torna suas interações também regidas pelos meios. Dentro dessa perspectiva, não se questiona a aceitação ou não da

mídia pelos diversos setores da sociedade, como a escola. “A penetrabilidade independe de decisões da escola – a sociedade mediatizada impõe sua presença.” (BRAGA;CALAZANS, 2001, p.61)

Como afirma Jacquinot (1985), os meios de comunicação, mais especificamente os audiovisuais, chegam às escolas sem que haja tempo de analisar seus resultados aplicados à Educação. Desse modo, o ambiente educativo escolar passa a ter questionadas suas práticas metodológicas tradicionais que pensam o saber científico baseado em uma cultura livresca e professoral. Cria-se desse modo, uma situação-problema equivocada que atribui ao meio de comunicação social a responsabilidade pela depreciação da escola como instituição característica de transmissão do saber. A escola sofre “(...) intercorrências entre as vivências culturais dos alunos e os constantes descentramentos na produção da informação e do conhecimento facultados pelas novas tecnologias.” (CITELLI, 2006, p.9)

> O sistema escolar, enquanto espaço socialmente legitimado para a organização da aprendizagem, se articula então para absorver ou direcionar os processos mediatizados - através da educação a distância, do uso dos meios no processo educativo, pelo desenvolvimento de novas tecnologias de ensino. Trata também de realizar a reflexão e a pesquisa necessárias para compreender e, portanto, tentar abranger conceitualmente os novos processos postos em marcha. (BRAGA;CALAZANS, 2001, p.66)

Acredita-se que a discussão sobre os rumos tomados por essa sociedade mediatizada no espaço educativo tende a contribuir para que se desenvolva uma via de mão dupla entre os campos da Comunicação e da Educação. A escola precisa interagir com o ritmo avançado das transformações sociais enquanto os meios necessitam refletir sobre a dimensão de sua função/atuação na construção do espaço social no qual estão inseridos. Por isso, trabalhar de modo transdisciplinar com a Educomunicação, uma vez que os dois campos trabalham mutuamente, um ao serviço do outro.

As quatro áreas concretas de atuação no campo da Educomunicação propostas por Soares (1999, p.27) são responsáveis por constituírem cada qual a sua maneira esses distintos ecossistemas comunicativos dentro da escola, de modo inconsciente ou planejado. A “Educação para os Meios” ou “Educação para

a Comunicação", é aquela constituída "(...) pelas reflexões em torno da relação entre os pólos vivos do processo de comunicação, assim como pelos programas de formação de receptores autônomos e críticos frente aos meios."; A área da "Mediação tecnológica na Educação" compreende "(...) os procedimentos e as reflexões em torno da presença e dos múltiplos usos das tecnologias da informação na educação."; A "Gestão Comunicativa" é a área responsável por promover de modo consciente a criação desses ecossistemas comunicacionais dentro da escola "(...) volta-se para o planejamento, execução e realização dos processos e procedimentos que se articulam no âmbito da Comunicação/Cultura/ Educação"; e por último, a área da "Reflexão epistemológica sobre a inter-relação Comunicação/Educação como fenômeno cultural emergente" que trata do "(...) conjunto de estudos sobre a natureza do próprio fenômeno constituído pela inter-relação em apreço."

A primeira área apresentada por Soares (1999) é a "Educação para a Comunicação" que tem como foco de interesse verificar qual o papel dos meios de comunicação na sociedade. Esse campo tem por objetivo desenvolver ações de caráter educacional, em escolas ou em instituições de educação não-formal, de modo presencial ou à distância, que promovam uma recepção capaz de ser crítica e autônoma sobre a programação midiática a que esse público tem acesso e que o mesmo tenha consciência de qual é o papel da mídia comercial em uma sociedade capitalista.

Segundo o autor (1999, p.23, grifo do autor), Paulo Freire ao propor uma nova pedagogia reafirma "(...) a concepção da "educação para os meios" como atividade inerente aos programas de alfabetização e de educação popular", uma vez que um aluno/cidadão ao dominar os componentes básicos da comunicação se permite tornar-se autônomo também no processo educativo.

Para Ismar de Oliveira Soares (1999), essa área é dentre as quatro elencadas a que mais aproxima a Comunicação da Educação. Durante o século XX, como já apresentado, surgiram inúmeras ações de protesto – mais voltadas para a qualidade da programação veiculada pelas mídias - à atuação dos meios na sociedade, que deram origem segundo o autor (ibidem), a programas educativos. Por isso, ao analisar a evolução dos estudos da Comunicação e Educação durante esse período, quando se aborda a "Educação para a

Comunicação" têm-se o objetivo de formar uma audiência crítica frente à programação da televisão aberta e comercial através da sensibilidade estética que passa a ser desenvolvida pela recepção constante de programas educativos e culturais.

O autor (1999) aponta ainda que, em países europeus como Inglaterra, Alemanha e Suíça ou também em nações dos mais diversos continentes como Austrália e Canadá, os programas de "leitura crítica dos meios" aparecem como atividades opcionais nos currículos escolares desses países desde o final da década de 60. O destaque, porém se dá para a Espanha, que ao promover a reforma curricular do país nos anos 90, incorporou a temática às salas de aulas de modo tão relevante que inclusive, possibilita a formação de professores em meios de comunicação social, através de programas de graduação e pós-graduação.

> As mudanças nas práticas de Educação e Comunicação na América Latina decorrem de uma revisão conceitual e programática à luz da denominada "teoria das mediações", segundo a qual tanto os media exercem uma função de intermediação na produção da cultura, quanto o próprio fenômeno da recepção é mediado por instâncias da sociedade tais como a família, a escola, os grupos de amizade, a Igreja, entre outros. (SOARES, 1999, p.32)

Um aliado importante para a divulgação desse campo segundo o autor (ibidem) é a Unesco, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, órgão responsável por promover encontros entre especialistas da área de todo o mundo. Ainda que Martín-Barbero (2000) critique a organização por não saber lidar com o problema da comunicação na escola, vale ressaltar que conforme afirmação de Soares (1999, p.29), essa organização acredita que a "Educação para os meios" ou "Educação para a Comunicação" enquanto prática pedagógica é capaz de promover: "(...) o desenvolvimento do conhecimento, as habilidades e as atitudes que estimulam o crescimento de uma consciência crítica e, consequentemente, de uma maior competência entre os usuários dos meios (...)"

A prática pedagógica da "Educação para os meios" é responsável por produzir a criticidade do aluno/cidadão na escola e possibilitar sua autonomia na sociedade. Como lembra Soares (1999), na América Latina a denominada "leitura

crítica dos meios" nasce como ferramenta para coibir a disseminação da cultura imposta pela divulgação e comercialização dos produtos estado-unidenses na região. Essa área só adentra os muros da escola com a permissão de Paulo Freire, uma vez que conforme retoma o autor (ibidem), os programas de educação para a comunicação se davam muito mais aliados a contestações de valorização da cultura popular – através de associações de bairros, regiões – do que ligados à Educação.

A segunda área apresentada por Soares (1999) como campo constituinte da Educomunicação é a "Mediação Tecnológica". A importância de discutir essa área para o presente estudo revela-se a partir da consciência de que as novas tecnologias estão presentes na sociedade moderna e chegam à escola por alunos, professores e gestores. A relação entre professor e aluno ganha novas faces do mesmo modo que o processo de ensino aprendizagem tradicional começa a ser questionado por ambos os participantes.

> Nesse sentido, verifica-se que mais coisas podem ser aprendidas fora da escola, passando os futuros alunos menos tempo dentro da sala de aula, tendo objetivos mais ambiciosos para o desenvolvimento humano, não somente em termos de utilidade econômica, mas também de satisfação e enriquecimento pessoal. (SOARES, 1999, p.36)

Muda-se o conceito de escola e de professor, uma vez que os professores também passam a ser aprendizes dentro desse processo de modernização tecnológica. Cabe à escola a função de capacitar seus alunos para que eles participem ativamente da sociedade na qual estão inseridos. Como afirmam Braga e Calazans (2001, p.58), "Ora, é para a sociedade em geral que a Educação Forma – portanto, hoje, para a sociedade mediatizada."

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) ou Novas Tecnologias de Comunicação e Informação (NTCIs) deixam de ser vistas como salvadoras da educação tradicional e as questões educacionais passam a ser centradas no crescimento do indivíduo enquanto ser humano. Eis a importância do comunicador-mediador ou do educomunicador uma vez que o uso das tecnologias educacionais "(...) se situa justamente no cruzamento da "pedagogia" (racionalização e otimização dos processos de aprendizagem) e da "didática" (que

assegura a transmissão de conhecimentos definidos pelos objetivos de cada disciplina.” (SOARES, 1999, p.38)

> Contrariamente aos que vêem nos meios de comunicação e na tecnologia de informação uma das causas do desastre moral e cultural do país, ou seu oposto, uma espécie de panacéia, de solução mágica para os problemas da educação, sou dos que pensam que nada pode prejudicar mais a educação que nela introduzir modernizações tecnológicas sem antes mudar o modelo de comunicação que está por debaixo do sistema escolar. (MARTÍN-BARBERO, 2000, p.52)

A inserção das tecnologias na educação deve levar em conta fatores sociais e culturais que são responsáveis por compor essa sociedade moderna. O principal ponto de discussão é aclarar quais são as funções da educação e da comunicação. Como reforça Martín-Barbero (2000, p.55), “A escola deixou de ser o único lugar de legitimação do saber, pois existe uma multiplicidade de saberes que circulam por outros canais, difusos e descentralizados.”

O uso discriminado das tecnologias em sala de aula torna os meios de comunicação como fins didáticos e não como ferramentas dentro de um processo de ensino aprendizagem. Nessa perspectiva Sancho (1998, p.132) cita que os meios “(...) audiovisuais são tanto um meio ou recurso que os professores podem utilizar em sala de aula como uma realidade comunicativa na qual os alunos vivem submersos em todos os momentos fora de sala de aula.”

Cabe aos docentes a tarefa de elaborar estratégias didáticas que permitam desconstruir pedagogicamente o processo comunicativo, como aponta Orozco (In COGO; GOMEZ, 2001). É o que Citelli (2001, p.33, grifo do autor) chama de sujeito mediador. “O professor é alguém que serve como facilitador da aprendizagem, consciente de que a sala de aula disputa hoje espaços com verdadeiras “escolas paralelas” formadas pelo amplo sistema de comunicação que circunda os alunos.”

> O papel fundamental do professor tornou-se tanto mais relevante com o advento da valorização da subjetividade no processo de aprendizagem. O que se tem chamado de competência humana, ou de processo de formação do sujeito capaz de ter uma história própria, está sendo enriquecido sobremaneira com as faces ligadas à competência emocional. (DEMO, 1998, p.168)

Essas reflexões despertam a necessidade de promover, em caráter de urgência, a capacitação dos docentes e gestores da educação. Os recursos audiovisuais, e os meios de comunicação social de modo geral, dentro de sala de aula facilitam a construção do conhecimento a ser assimilado, uma vez que se valem de uma linguagem específica que retoma a todo o momento a experiência de vida de cada aluno. Porém, não se deve limitar a trabalhar em sala de aula com os recursos da comunicação sem a prévia preparação pedagógica desse conhecimento.

O trabalho com os meios de comunicação social em sala de aula podem estimular a interatividade entre professor e aluno, rompendo com antigas tradições de que o aluno é uma página em branco que deve ser preenchida com o conhecimento transmitido pelo mestre, aquele que tudo sabe. “A irrupção do mundo da aula constitui uma outra ocasião de <<ruptura diegética>>: aparecimento do ecrã daquele que sabe (professor) (...) ou daquele que não sabe (aluno) (...).” (JACQUINOT-DELAUNAY, 2006, p.55)

Como afirma Citelli (2006), é preciso construir um processo educomunicativo a partir da utilização dos media no ambiente escolar, de modo a torná-lo educativo e/ou didático. Para isso, a escola deve ampliar o conceito de leitura e aprendizagem equipando-se para entender melhor os significados e os mecanismo de ação das novas linguagens.

Como apresentado anteriormente, o terceiro campo definido por Soares (1999) que em conjunto com os demais estabelece a interface entre Comunicação e Educação é a “Gestão da Comunicação”. Esse processo de criação de um ecossistema comunicativo dentro da escola nasce da necessidade de promover espaços de Comunicação na Educação. Trata-se de um procedimento integrado e homogêneo que viabiliza de modo crítico essa intenção da escola em fomentar o acesso aos meios de comunicação no espaço educativo através de ações de inclusão social, desde o seu planejamento, execução até chegar à avaliação dos resultados. Como lembra o autor (1999, p.40-41):

> Neste contexto, o que importa não é apenas assegurar certa qualidade para os produtos da indústria cultural (como, por exemplo, reduzir os índices de violência dos programas), mas perguntar pela política de programação. E, indo mais além, buscar formas de intervir – através de produções geradas no espaço educativo – nas matrizes de elaboração de programas e produtos.

A Gestão questiona a falta de espaço correspondente à Comunicação com função educativa e cultural, no qual o cidadão percebe um ambiente de livre expressão social, dentro da perspectiva capitalista das televisões privadas, ao mesmo tempo em que propõe novas formar de ser, agir e sentir diferente daquelas propiciadas pela televisão comercial.

As salas de aula como afirma Citelli (2006, p.162) estão integradas num ecossistema comunicativo que abriga:

> a) Experiências culturais, entendidas quer no sentido amplo quer particular, pois dizem respeito, também, à capacidade de os *media* produzirem bens simbólicos, valores, formas de representação etc;
> b) Um conjunto de possibilidades técnicas e tecnológicas, que incluem mediadores como a internet, a televisão, o rádio;
> c) Um espaço educativo deslocalizado, em que são produzidos conhecimentos e informações.

Para que esse ecossistema comunicacional seja criado é imprescindível a figura do educomunicador dentro do espaço educativo, profissional que segundo Soares (1999, p.41), é o "(...) facilitador que aplica intencionalidade educativa ao uso dos processos, recursos e tecnologias da informação a partir da perspectiva de uma mediação participativa e democrática da comunicação." Cabe a esse facilitador, promover a mediação tecnológica no ambiente escolar - uso das tecnologias educacionais - como aliada ao processo de ensino-aprendizagem, fomentar a educação crítica dos meios ou "Educação para a Comunicação" entre alunos e professores e, além disso, ser autônomo e crítico frente ao processo de recepção das mensagens midiáticas de caráter massivo.

O termo educomunicador foi utilizado pela primeira por Mário Kaplún (1987). Será indispensável a esse profissional da Educomunicação (SOARES, 1999, p.58):

> a) Inserir-se em um momento pluricultural, pleno de negociações de sentidos;
> b) Conhecer os mecanismos que regem a recepção e o consumo de matérias e bens simbólicos;
> c) Ter capacidade para expressar saberes prévios e mobilizar-se em negociações com novos saberes, especialmente no que se refere aos projetos tecnológicos da sociedade em construção;
> d) Adotar a dialogicidade e a escuta do outro como atitude política básica;
> e) Manter-se disponível para a construção de um novo espaço público.

Um profissional com essas características, independente de atuar na escola ou em empresas de comunicação, será responsável por redesenhar os rumos da mídia comercial na sociedade moderna capitalista, uma vez que assume o posicionamento de propiciar a difusão de novos espaços de expressão social em meio a um contexto – social, cultural e educacional – heterogêneo e em constante transformação.

É importante ressaltar o motivo que leva o autor (ibidem) a utilizar espaços educativos ao invés de escola, uma vez que para ele, quando o meio de comunicação social promove uma ação/intencionalidade educativa estabelece um ambiente virtual de Educação, do mesmo modo que a atmosfera formada na escola, na Igreja e em associações culturais. A "Gestão da Comunicação" preocupa-se em garantir o exercício pleno da comunicação na sociedade.

3.4 A TELEVISÃO EM MEIO À EDUCOMUNICAÇÃO

> Podemos afirmar que as crianças chegam à escola já alfabetizadas. Não na alfabetização que implica a escritura, mas na alfabetização audiovisual. É o que Huergo chama de alfabetizações pós modernas. (BACCEGA, 2002, p.2)

Essa oralidade dita secundária, por Baccega (2002) e também por Braga e Calazans (2001), nasce dentro da perspectiva de sociedade mediatizada, uma vez que o cidadão é posto em freqüente interação com os meios de comunicação social. Somado a isso, como afirma Machado (2000), o audiovisual se vale de um caráter que lhe é particular e que possibilita seu sucesso frente a outros meios por trabalhar com o imediatismo e com a credibilidade. Eis a razão para se propor a idéia de que a televisão é responsável por reconstruir os conceitos de tempo e espaço.

Essas crianças aprendem que a assimilação do conhecimento não está restrita aos bancos escolares e nem limitado à figura do professor que se vale do livro para comprovar o que diz. Como retoma Orozco Gómez (2001, p.79-80, grifo do autor):

> Outra faceta dessa deslocação se manifesta nas fontes legitimadoras das aprendizagens. Antes, o livro tinha 'a última palavra' nos combates do professor em sala de aula. Agora, a última imagem está na tela e a última palavra a têm os sujeitos-audiência e seus olhos: 'se vejo na televisão, eu creio, é verídico, se não o vejo, posso duvidar e desconfiar'. A visão, então, converte-se em legitimadora daquilo que passa por ela, sem importar se é verídico, valioso, inteligível, estruturado ou simplesmente banal, falso, manipulador ou enviesado enquanto produto necessariamente de representações. A partir da implantação da televisão, os sujeitos educandos questionam o professor, questionam seus saberes enciclopédicos esvaziados de significado, frente à proliferação da significação representacional e multicolorida do televisivo.

Não se questiona nesse estudo a utilização do livro em sala de aula como recurso de aprendizagem e muito menos a figura do professor como mediador na aquisição dos saberes, pois segundo Martín-Barbero e Rey (2001, p.61): "Pela maneira como se apega ao livro, a escola desconhece tudo o que de cultura se produz e circula pelo mundo da imagem e das oralidades: dois mundos que vivem, justamente, da hibridação e da mestiçagem, do revolvimento de memórias territoriais com imaginários des-localizados."

Esse encaminhamento baseia-se no pressuposto de que a televisão já está incorporada na dimensão sócio-cultural atual e que cabe a pesquisadores e educadores aprimorar essa 'pedagogia da imagem' (JACQUINOT-DELAUNAY, 2006) que já se fixou no ambiente educativo escolar. Segundo a autora (1985,p.10): "¿Cómo no hacer entrar la televisión en la escuela si ya está adentro, quiérase o no, por la influencia que ejerce sobre los saberes, las aptitudes y los comportamientos de los alumnos?"

A televisão é hábito e faz parte do cotidiano do aluno fora do espaço de educação formal. De maneira que, ensina, ainda que somente conteúdos positivos para a formação do caráter do telespectador. Como afirmam Fort e Couto (2004, p.71), "A televisão continuará educando ainda que não se propague; as audiências continuarão aprendendo ainda que não percebam isso; sua educação continuará sendo feita, muitas vezes de maneira inadvertida." Pois como propõe Orozco Gomez (in COGO; GOMES, 2001, p.99): "Passei a me dar conta que as pessoas aprendiam com qualquer programa de televisão." Assim como pela contribuição de Jacquinot (1985, 10) "La televisión es educativa, aunque lo sea de una manera que escape a la pedagogía."

Ainda que não atenda, em sua totalidade, aos desejos e anseios dos pais, conforme afirma Leal Filho (2004, p.86), que projetam o ideal de uma televisão que “(...) desperte o senso crítico” e que leve os jovens a “(...) refletir e dar espaço às diferenças” é necessário que se construa um audiovisual que “(...) abra horizontes, mostre opções de vida, ajude o telespectador a escolher seu rumo, discutindo possibilidades profissionais e sociais.”

Jacquinot (1985) propõe que os meios de comunicação utilizados como recurso de aprendizagem são usados em sala de aula mais para melhorar o desempenho dos docentes do que para favorecer as aprendizagens dos alunos. Eis a necessidade de relacionar-se à Educomunicação proposto por Soares (1999) e já exposto nesse mesmo capítulo, é preciso que se desenvolvam na escola a “mediação tecnológica” que ensina a utilizar a televisão como suporte em sala de aula, o que Jacquinot (1985) chama de aprender pela televisão, ao mesmo tempo em que se aprimora a “educação para a comunicação” que a mesma autora (ibidem) chama de aprender sobre televisão.

4 A TV PAULO FREIRE: UM EXEMPLO DE TELEVISÃO EDUCATIVA NO PARANÁ

A TV Paulo Freire é um canal fechado voltado exclusivamente para a comunidade escolar – gestores, professores, alunos – da Rede Estadual de Ensino do Paraná. Segundo projeto de divulgação da TV publicado pelo Cetepar (PARANÁ, 2006), a implantação desse canal educativo integrado a outras mídias – Portal Dia a dia Educação e TV *Pen Drive* - que já são utilizadas nas escolas paranaenses reafirmam uma política pública midiática. Além das finalidades educativas atribuídas às mídias utilizadas, conforme o documento de 2006 existe uma preocupação do Governo do Paraná em equipar todas as escolas da Rede com receptores digitais de satélite, antenas parabólicas e laboratórios de informática com conexão feita por meio de fibra ótica.

Essa política pública midiática proporciona às escolas da Rede Estadual uma "(...) educação articulada com os avanços do mundo contemporâneo e busca a qualidade no processo educacional, uma vez que aprimora tanto a formação dos professores quanto as fontes de pesquisa na relação ensino-aprendizagem." (PARANÁ, 2006, p.1)

4.1 A TV PAULO FREIRE E O GOVERNO DE ROBERTO REQUIÃO

O segundo mandato do governador do estado Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, teve início em 2003. Com a reeleição em 2007, Requião completa no final do presente ano sete anos de governo consecutivos. Segundo reportagem publicada pelo Jornal Gazeta do Povo, em 12 de abril de 2009, que analisa os seis anos de governo do Paraná (2003-2008), a Era Requião caracteriza-se como um período de instabilidade. Como afirma Félix (2009): "Com tantos altos e baixos, é difícil para o cidadão analisar amplamente a gestão do governador."

A publicação baseou-se na análise de dados obtidos através do Indicador de Desenvolvimento Socioeconômico dos Estados Brasileiros (IDSE), elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, e que teve como foco a evolução regional dos

estados brasileiros entre os anos de 2001 e 2007, período que abrange a gestão de Roberto Requião. Segundo o IDSE 2009 (In FÉLIX, 2009), o Paraná foi o nono estado que mais se desenvolveu entre as 27 unidades da federação. Desse modo é que a autora (ibidem), a partir de uma tabulação realizada pela Gazeta do Povo dos dados apresentados pelo IDSE - visto que os resultados do indicador ainda não foram publicados - aponta como pontos positivos do governo de Requião: a redução da evasão escolar de jovens e o aumento da expectativa de vida da população em contrabalanço ao aumento da violência no estado e a inacessibilidade da população aos serviços básicos de saúde.

Uma verificação dos resultados do Índice de Desempenho da Educação Básica (Ideb) - pesquisa publicada pela primeira vez em 2007 que realiza medições a cada dois anos nas escolas e que tem como base a análise do desempenho do estudante em avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e em taxas de: aprovação, aprendizagem e freqüência, de cada escola e de rede de ensino – revelam uma superioridade do desempenho do Paraná quando posto em interação com os dados brasileiros. Ainda que não expressem valores de destaque uma vez que o Ideb das instituições podem variar de zero a dez, as escolas públicas estaduais do Paraná de Ensino Médio atingiram médias entre 3,3 no ano de 2005 e 3,7 no ano de 2007, contra uma média nacional de 3,0 em 2005 e 3,2 em 2007, segundo Inep (2007).

Um dos pontos fortes da Educação no Paraná levantados na reportagem de Félix (2009), dizem respeito ao aumento no número de matrículas das séries finais da Educação Básica. Segundo dados do Inep (FÉLIX, 2009), o número de matrículas no Ensino Médio caiu 4% no Brasil entre os anos de 2002 e 2008, já no Paraná esse número aumentou 1,4%. Outro destaque se dá para o número de matrículas nesse nível de ensino integrado a cursos profissionalizantes que no estado do Paraná passaram de 13,4 mil estudantes para 44,7 mil alunos.

Além dos dados apresentados acima, o governo Requião tem ainda o apoio do aumento nas médias do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), em 2004 e 2007 - que avaliou 26 cursos de graduação de universidades estaduais no Paraná e verificou um aumento na média desses cursos em 11 deles e uma manutenção na nota de seis cursos (In FÉLIX, 2009).

Assim como da instalação do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, ação que em conjunto com o Governo Federal, pretende alterar o ciclo econômica da região litorânea que depende da temporada de verão para manter-se durante o resto do ano, segundo a autora (ibidem).

Os dados publicados na reportagem da Gazeta do Povo sobre a temática educacional retratam uma melhora da Educação no Estado do Paraná, durante a gestão de Requião. Ainda que esse estudo não pretenda posicionar-se contra ou a favor do governo do Estado, é necessário observar o contexto vivido na região, uma vez que o objeto de estudo dessa investigação se trata de uma ação elaborada pelo governo Requião.

A TV PF teve sua inauguração no mês de junho de 2006, época diretamente atribuída à necessidade de implantar-se qualquer projeto elaborado pelo então governador do estado do Paraná, Roberto Requião, antes da data limite estabelecida pelo Tribunal Eleitoral para que Requião largasse o governo antigo para concorrer à reeleição como candidato a governador nas eleições de outubro de 2006. Na época, o então Secretário de Educação, Maurício Requião de Mello e Silva, irmão do governador do Estado, foi responsável por idealizar a TV Paulo Freire dentro das atribuições da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (Seed) e constituída a partir das Diretrizes Curriculares da mesma. A associação da Seed - a partir do Centro de Excelência em Tecnologia Educacional do Paraná (Cetepar) que foi o setor responsável pela implementação da TV Paulo Freire - com a Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE/PR), televisão estatal paranaense, possibilitou ao Canal PF que sua programação fosse transmitida por meio do satélite Brasil Sat. Do mesmo modo, o espaço físico utilizado pela RTVE/PR foi disponibilizado para a instalação do Canal.

4.2 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO CANAL NO PARANÁ

Conforme o projeto de divulgação da TV Paulo Freire (PARANÁ, 2006), o Canal prioriza a ampliação: da política pública de formação continuada de professores e suas fontes de pesquisa. Diga-se de passagem, reduz os custos

dos cursos de formação continuada de professores, uma vez que possibilita o envolvimento de um número maior de docentes, de várias regiões do estado; assim como, faz uso do meio de comunicação social televisivo e de uma linguagem dinâmica.

> (...) a programação veiculada na TV PAULO FREIRE, além de aliar rapidez e custos minimizados, contribui para que as práticas de comunicação na escola se ampliem, uma vez que é uma linguagem visual de fácil acesso e propiciadora do processo de construção do conhecimento. (CETEPAR, 2006, p.1)

Segundo dados apresentados por Santos *et al* (2007), a TV Paulo Freire já em junho de 2006 atingiu 50% da rede estadual de ensino, o que significava cerca de 1050 escolas. Atualmente, os programas veiculados pelo Canal atingem diretamente, 2100 escolas e um público estimado de 1.500.000 pessoas pertencentes à comunidade escolar da Rede Estadual de Educação – por meio de mídias disponíveis nessas escolas como satélite, web e multimídia - e o público em geral que tenha acesso a uma antena parabólica, com receptor de sinal digital, direcionado para o satélite utilizado pela TV PF, conforme afirmação dos autores (2007). Transmitida via satélite, Satélite Brasil Sat, através de antena parabólica, freqüência 3.983,65 kHz, a programação diária do canal é de 12 horas, isto é, três turnos de quatro horas, a fim de atingir os três períodos de ensino: manhã, tarde e noite. Os três horários de exibição são: das 08h00 às 12h00, das 13h30min às 17h30min e das 18h30min às 22h30min, horários nos quais a mesma programação exibida pela manhã é reprisada tanto à tarde quanto à noite.

Em 2005, ano de criação da proposta de implantação da TV Paulo Freire pela Secretária Estadual de Educação em conjunto com o Cetepar, foi realizada uma pesquisa diagnóstica com a comunidade acadêmica das escolas públicas estaduais do Paraná através das Coordenações Regionais de Tecnologia na Educação (CRTEs), conforme se pode observar no modelo de questionário que se encontra em anexo (ANEXO 1) a esse trabalho. Segundo o mesmo projeto (PARANÁ, 2006, p.2), baseado nos resultados da pesquisa realizada com os professores pré-TV Paulo Freire: “A criação deste Canal educativo foi aprovada

por 98% dos entrevistados, o que sinaliza um público receptivo dessa programação."

Ainda que não se tenha acesso aos resultados integrais dessa pesquisa, é possível observar, pela análise parcial dos mesmos, uma preocupação da Secretaria Estadual de Educação do Paraná em ouvir esse público alvo, uma vez que o sucesso da programação veiculada pelo Canal depende da aceitação do meio de comunicação social e das temáticas nas escolas. No total foram entrevistadas 96 pessoas no Paraná, como revela o documento do Cetepar (PARANÁ, 2006, p.7), ao afirmar que cada uma das 32 CRTEs existentes no estado entrevistou "(...) um aluno, um professor e um membro da Equipe Pedagógica."

Conforme relata o documento publicado pelo Cetepar (PARANÁ, 2006, p.7), conjuntamente ao questionário foram entregues aos entrevistados quinze sinopses de programas pensados para serem veiculados na TV Paulo Freire. Esses programas foram divididos em cinco categorias (ibidem): Campanha, Programas Informativos, Programas de Formação Continuada, Programas de Conteúdos, Outros Programas. A categoria de programação Campanha apresentou o programa *Escrevendo o Mundo*; Programas Informativos mostrou *Dia-a-dia Educação*, *Extra-Classe* e *Por Dentro da Educação*; Programas de Formação continuada abordou *Hora Atividade*, *Nós da Educação* e *Registro de Classe*; Programas de Conteúdos expôs *Acesso Música*, *Conte Outra, (Des)folheando, Em Cada Canto um Encanto*, *Escola&Ambiente, Faces e Olhares; Histórias do Paraná, Ofícios e Tramas da Arte*; E a categoria Outros Programas enfocou *Aluno.com.pr, Educação Com Ciência*, *Eureka, Habla América/Fala América, Sala de Espetáculo, Tempo de Brincar, TV do Avesso e TV Fera.*

Toda a descrição dos programas, juntamente com as respectivas sinopses encontram-se em anexo (ANEXO 2), visto que o material de divulgação do Canal (PARANÁ, 2006) é de difícil acesso. Justifica-se também a relação de tal material ao presente estudo, uma vez que o mesmo compõe a idéia inicial de uma programação voltada para a escola e que passados quatro anos de sua idealização não apresenta mudanças drásticas, como se poderá ver nesse mesmo capítulo.

É interessante perceber que a pesquisa apresentou um espaço de expressão maior dos entrevistados, uma vez que o questionário não apresentava somente questões objetivas. Essa pesquisa (ibidem) tinha por objetivo verificar: o interesse do público-alvo em ter um canal de TV educativo voltado às questões educacionais em sua Secretaria de Educação do Estado; a preferência dessa comunidade com relação aos programas previamente pensados para exibição nesse Canal a partir da análise das sinopses entregues juntamente com os questionários; a opinião pessoal desse público com relação aos assuntos que deveriam ter aparecido nas sinopses e que não haviam sido apresentados; se essa comunidade compõe a audiência de outros canais educativos; e quais os canais de televisão educativa apontados apresentam uma programação de qualidade.

Segundo sugere o projeto da TV Paulo Freire (PARANÁ, 2006, p.7), 80% dos 96 entrevistados demonstravam interesse por programas educativos. O mesmo documento demonstra ainda que as três sinopses eleitas como mais interessantes pelo universo da pesquisa foram os programas: *Em cada canto um encanto, Histórias do Paraná e Extraclasse.* Dois dos três programas escolhidos pertenciam à categoria Programas de Conteúdos. Analisando a sinopse desses dois programas, *Em cada canto um encanto e Histórias do Paraná*, é possível observar que os dois pretendem apresentar a cultura do Paraná narrada pelos próprios paranaenses, sendo que o primeiro é produzido “(...) a partir de gravações externas com a participação de alunos e professores, apresentando a história, a cultura e o meio ambiente paranaense (...)” (PARANÁ, 2006, p.34) e o segundo programa “(...) tem como foco as histórias do Paraná, onde o fato histórico será revelado a partir de diversos relatos e fontes, tanto oficiais como populares” (ibidem, p.35).

Tais referências apontam o desejo do *corpus* dessa pesquisa, representantes de um público alvo que será atingido pela TV Paulo Freire, de sentirem-se identificados nas imagens que assistem, uma vez que a TV aberta e comercial muitas vezes acaba por sucumbir à cultura regional do povo, em prol de uma cultura nacional estereotipada.

O terceiro programa apontado *Extraclasse* trata-se de um programa jornalístico diário que tem por objetivo transmitir os principais destaques do

mundo da Educação. O que poderia justificar o fato de que muitos docentes alegam não terem tempo de assistir televisão e que esse programa serviria como filtro de informações importantes a que um docente, gestor ou aluno deveria ter acesso.

Das temáticas identificadas como as que não haviam sido retratadas nas sinopses previamente mostradas, surgiram apontamentos como: “(...) programas que abordem mais especificamente conteúdos de Matemática, Física, Química, Biologia e Educação Física.” (PARANÁ, 2006, p.7) Assim como temáticas relativas à “(...) adolescência, sexualidade, drogas, relação família-escola, violência e ética.” (ibidem)

Levando em conta a percepção dos docentes que atuam em sala no contato direto com os alunos, a TV tem por objetivo tornar a linguagem produzida pela mídia como aliada ao processo de ensino-aprendizagem, possibilitando também uma leitura crítica dos meios de comunicação social, conforme afirma o documento apresentado pelo Cetepar (PARANÁ, 2006). Mensalmente, a programação do Canal é publicada no sítio da Secretaria Estadual de Educação, portal Dia-a-dia Educação, que dispõe de um espaço próprio para a TV Paulo Freire, através do endereço eletrônico: <http://www.diaadia.pr.gov.br/tvpaulofreire>. Nesse espaço, tanto professores, quanto alunos e comunidade externa têm acesso não só à programação, como também a informações sobre programas, histórico do canal e parcerias.

Segundo Santos *et al* (2007), inicialmente apenas 90 minutos da programação de cunho educativo eram produzidas pela TV Paulo Freire nos estúdios da TV Educativa, sendo as outras duas horas e trinta minutos, de produção externa. Através das produtoras de conteúdo parceiras, como: RTVE-Paraná, UFPRTV, PUCPR – Lumen Centro de Comunicação, SESCTV, TV Escola (MEC) e Ciranda, gera-se uma programação diversificada que tem como ponto central a educação, como informam os autores (ibidem).

A TV faz parte do programa de inclusão digital desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (Seed) que foi implementado em 2006 pelo Centro de Excelência em Tecnologia Educacional do Paraná, mas que já dava seus primeiros passos desde 2004 com a inauguração do Portal Dia-a-Dia

Educação, conforme mostra o documento (PARANÁ, 2006) publicado pelo Centro de Excelência em Tecnologia Educacional do Paraná.

> Trata-se de uma ação voltada para o uso de tecnologia digital, que integra de maneira orgânica, um conjunto de equipamentos disponibilizados para as escolas, a produção de conteúdos utilizando diferentes mídias e a disseminação de seu uso pelos professores. (SANTOS *e tal*, 2007, p.1)

A relevância desses projetos para o presente estudo surge quando se percebe o interesse em trabalhar com as diversas mídias de modo integrado. O Portal Dia-a-Dia Educação ao cumprir sua missão de: "(...) disponibilizar informações educacionais, conteúdos pedagógicos e curriculares para professores, alunos, gestores escolares e comunidade (...)" (PARANÁ, 2008, p.2), atua paralelamente à TV Paulo Freire. Conforme afirma o projeto atualizado de divulgação da TV (ibidem) o portal pode auxiliar o Canal ao "(...) veicular informações complementares aos programas, reprises e fóruns de discussão relacionados às temáticas abordadas na sua grade de programação."

Além disso, o Portal Dia-a-Dia Educação permite o livre acesso de seus conteúdos a qualquer usuário *web*, por ter sido criado dentro da perspectiva de *software* livre. Toda a programação veiculada pela TV Paulo Freire pode ser acessada pela internet através do endereço virtual: <http://www.diaadia.pr.gov.br/tvpendrive/arquivos/File/programas/tv.htm> e vista integralmente pela *web,* independente do usuário pertencer ou não à comunidade acadêmica da Rede Estadual de Ensino do Paraná.

Dentro desse programa de inclusão digital, segundo Santos *e tal* (2007) as escolas mantidas pelo governo estão sendo equipadas com a TV *Pendrive* que são televisores de 29 polegadas de cor alaranjada que possuem entradas para VHS, DVD, cartão de memória e *pen drive*, além de saídas para caixa de som e projetor multimídia. Segundo os autores (ibidem), o objetivo da TV multimídia é que cada uma das 22 mil salas de aula da Rede Estadual de Educação sejam equipadas com um televisor, assim como cada professor receba um *pen drive*.

Como afirmado anteriormente, o foco principal da Seed (PARANÁ, 2006) é promover a formação continuada de seus profissionais da Educação, uma

qualificação capaz de promover o aperfeiçoamento e a atualização de docentes e gestores.

> A TV PAULO FREIRE contribui com esta política da SEED, pois se caracteriza como um meio de comunicação que amplia de forma significativa o acesso as (sic) mais recentes discussões do universo educacional, contemplando em sua grade, programas com a finalidade específica de formação continuada. (PARANÁ, 2006, p.5)

O Canal educativo paranaense, segundo projeto atual publicado pelo Centro de Excelência em Tecnologia Educacional do Paraná (PARANÁ, 2008) tem o intuito de elaborar uma programação televisiva que desenvolva conteúdos pedagógicos que podem ser transmitidos via satélite, via web e também multimídia à sua comunidade escolar. Do mesmo modo, pretende promover a formação continuada de seus profissionais. Eis a razão para projetarem-se os seguintes objetivos específicos (PARANÁ, 2006, p.8-9):

> - Veicular programas de conteúdos complementares ao currículo, em consonância com as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná;
> - Desenvolver programação televisiva voltada ao Programa de Formação continuada dos Professores da Rede Estadual de Educação;
> - Integrar a programação da TV PAULO FREIRE ao Portal Dia-a-Dia Educação, direcionando as ações para uma política pública midiática efetiva;
> - Apresentar a produção acadêmica proveniente das IES, que corresponda às necessidades pedagógicas dos professores da Rede Estadual de Educação;
> - Informar a comunidade escolar sobre as ações e políticas públicas governamentais de interesse social;
> - Divulgar a história, a cultura, as produções artísticas, literárias, científicas e o potencial turístico e ambiental do Estado do Paraná;
> - Co-produzir programas com professores e alunos, de forma a valorizar a produção de saberes escolares e permitir o acesso à diversidade regional do Estado;
> - Provocar a reflexão crítica e estética da linguagem midiática;
> - Produzir fontes audiovisuais para serem utilizadas pelos professores em sua prática pedagógica;
> - Produzir programas em parceria com instituições de iniciativa pública e privada, que respondam às necessidades pedagógicas e políticas das escolas da Rede Estadual de Ensino;
> - Veicular programas produzidos por instituições parceiras, de iniciativa pública e/ou privada, que respondam às necessidades pedagógicas e políticas das escolas da Rede Estadual de Ensino;
> - Produzir programas articulados com outras tecnologias disponíveis na SEED (Portal, Livro Didático Público, Projeto Folhas, material didático impresso de apoio ao professor e Paraná Digital);
> - Veicular programas integrados com eventos da SEED (Fera e Com Ciência).

A análise dos objetivos específicos da TV Paulo Freire permite traçar um direcionamento adotado para a produção dos programas veiculados pelo canal. Existe uma preocupação em orientar as temáticas e conteúdos exibidos na TV em consonância com os direcionamentos aplicados às escolas da Rede Estadual de Ensino, isto ocorre visto que a TV PF está sob controle de um setor – Cetepar – que faz parte da Secretaria de Educação do Paraná. A Seed, dessa maneira, pretende impor um olhar global sobre a Educação no estado, que a permite trabalhar com as diversas mídias criadas dentro de sua política pública midiática – além de integrar projetos próprios desenvolvidos pela Secretaria - de modo a complementar a relação ensino-aprendizagem de suas escolas, assim como aprimorar a formação continuada de seus docentes. Nessa mesma linha, vê-se a necessidade de utilizar a TV Paulo Freire como veículo para divulgar seus projetos educativos e eventos próprios, uma vez que a especificidade do público-alvo do Canal educativo permite uma comunicação mais efetiva entre os interlocutores.

Outro ponto fundamental que se destaca durante a avaliação desses objetivos é o interesse em divulgar a diversidade regional do Paraná, abordando a cultura regional que não é tão divulgada na televisão aberta e que deixa de ser valorizada por alunos e docentes que compõem a comunidade acadêmica desse sistema de ensino. Uma opção adotada pela Paulo Freire é a co-produção da programação por estudantes e docentes, uma vez que alia uma tendência educacional de valorização dos saberes populares e escolares. Através de uma programação diferenciada, a TV PF objetiva estimular esse público alvo a tornar-se mais crítico e autônomo com relação à linguagem midiática que essa comunidade terá acesso fora dos muros da escola.

Com esse intuito, os programas veiculados pela TV Paulo Freire estão organizados em quatro categorias (SANTOS *et al*, 2007): formação do professor, informativos para a comunidade escolar, programas de conteúdos complementares ao currículo escolar e campanha de mobilização voltada para ações educacionais. Essas categorias e suas respectivas produções são divididas entre quatro núcleos de produção que compõem a TV Paulo Freire, sendo que seu número de equipes está diretamente relacionado ao número de ilhas de edição existentes no Canal. Analisando o projeto da TV PF (PARANÁ,

2006), porém, esses programas eram divididos inicialmente em cinco categorias: campanha de mobilização, programas informativos, programas de formação continuada, programas de conteúdos e outros programas.

Segundo relatos do projeto da TV (ibidem), o primeiro núcleo de produção é responsável pela produção dos programas: *Extraclasse, Dia-a-dia Educação e Dia-a-dia Educação Especial*. Sob direção de Otavio Zucon (PARANÁ, 2009), o núcleo um caracteriza-se por produzir programas informativos e de telejornalismo. O programa *Extraclasse*, que nas pesquisas realizadas com 96 pessoas pertencentes à comunidade acadêmica da Rede Estadual de Ensino do Paraná, já havia sido apontado como uma das três sinopses mais interessantes, segundo o documento do Cetepar (PARANÁ, 2006), trata-se de uma produção jornalística, gravada em estúdio, que é exibida diariamente, com duração de 13 minutos.

Conforme mencionado, esse programa tem por objetivo divulgar quais principais notícias do mundo educacional. “Eventualmente fará parte um Boletim Escolar, que é uma reportagem divulgando fatos que acontecem na rede de ensino de todo o Estado, salientando sempre as atividades dos alunos, dos grêmios, dos professores, das APMs e dos funcionários.” (PARANÁ, 2006, p.30) Esse programa, porém, não pode ser encontrado no Portal Dia-a-dia Educação, junto com os outros programas da TV Paulo Freire que podem ser acessados pela *web* (PARANÁ, 2009).

Os outros dois programas produzidos pelo primeiro núcleo são mais direcionados às atividades ocorridas dentro das escolas estaduais do Paraná. O *Dia-a-dia Educação Especial* como o nome já diz trata-se de uma produção eventual, já o *Dia-a-dia Educação* tem periodicidade quinzenal e tem duração de 60 minutos. “O programa divulga as iniciativas, programas educacionais e eventos relacionados às políticas públicas do Governo.” (PARANÁ, 2008, p.30) Também gravado em estúdio, o cenário é composto por sofás que estabelecem o formato de arena, nos quais os participantes de cada programa – que segundo o documento do Cetepar (ibidem) são os alunos, professores, membros da equipe pedagógica e representantes da comunidade – entrevistam o convidado, juntamente com o apresentador, que veio falar sobre o tema.

No sítio da TV Paulo Freire (PARANÁ, 2009) estão disponíveis 13 temas que já foram abordados no *Dia-a-dia Educação*, cada qual com quatro blocos. Os

temas são: Projeto Político Pedagógico, Paraná Alfabetizado, Educação Indígena, Programa de Desenvolvimento Educacional, Avaliação, SAREH (Serviço de Atendimento à Rede de Educação Hospitalar), Pró-Funcionário, FICA (Ficha de Comunicação do Aluno Ausente), Formação de Magistério, Proeja (Programa de Educação Profissional na Educação de Jovens e Adultos), Saúde Vocal. Uma breve análise das temáticas revela o foco em temas pertencentes ao universo da comunidade acadêmica dessa Rede de Ensino, visto que muitas siglas só fazem sentido para quem as utiliza em seu cotidiano.

O segundo núcleo de produção é dirigido por Alessandro Foggiato (PARANÁ, 2009) e é responsável por produzir os programas *Hora Atividade, Hora Atividade Especial, Institucionais e Nós da Educação.* Esse núcleo é caracterizado pela produção de material audiovisual para Formação Continuada, uma vez que as temáticas tratadas em programas como *Hora Atividade* – disponibilizadas no sítio da TV Paulo Freire (ibidem) - revelam: PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), Inclusão Educacional de Deficientes Visuais, Plano de Trabalho Docente, História e Cultura Afro, Sexualidade, Violência e Educação Escolar, Prova Brasil, Prova Brasil: Língua Portuguesa, Educação Ambiental, Educação Fiscal, EJA (Educação de Jovens e Adultos) e Prevenção de Doenças. Esse programa é quinzenal e tem duração de 45 minutos, divididos em três blocos (PARANÁ, 2009). Segundo o projeto da TV Paulo Freire (PARANÁ, 2006, p. 31), os convidados – professores das disciplinas dos Departamentos da Seed, e outros funcionários das Coordenações Regionais e do Portal – debaterão, em um cenário com formato de mesa redonda, alternativas metodológicas que auxiliarão o professor em sala de aula.

Segundo pesquisa realizada no sítio da TV Paulo Freire (PARANÁ, 2009), o programa *Hora Atividade Especial* tem duração de 60 a 90 minutos e não apresenta uma constância em sua periodicidade, uma vez que trata de assuntos discutidos nas conferências do Programa de Desenvolvimento Educacional, o PDE. Treze palestras apresentadas nessas conferências foram apresentadas no *Hora Atividade Especial.* Dentre os entrevistados estão: Olgária Chain Férez Matos com o tema “Cidadania e Cultura: philia e sociedade. Enfoque na Educação”; Carlos Rodrigues Brandão e a temática: “Cultura e Educação”; Acácia Zenaida Küenzer e “A Educação no contexto do mundo do trabalho”;

“Conhecimento e teorias pedagógicas” com Lígia Helena Nagel; Nilson Marcos Dias Garcia com a palestra “Ciência, conhecimento escolar e suas relações”; José Manoel Moran e o tema “Tecnologias Educacionais frente aos atuais desafios”; Beto Almeida com “Educação, mídia, ideologia e seus embates”; Geovanni Antonio Pinto Alves também o tema “A Educação no contexto do mundo do trabalho”; Paollo Nosella e “A relação trabalho e educação”; “Prioridades e desafios atuais da formação docente” com a professora Helena Costa Lopes de Freitas.

Ainda dentro do mesmo núcleo de produção existe o programa “Nós da Educação”. Segundo pesquisa no sítio da TV PF (PARANÁ, 2009), é uma produção semanal com 60 minutos de duração. Esse programa é dentre todos os veiculados pelo Canal para exibição via web o que apresenta maior número, 67 edições.

> Programa de debates sobre temas pertinentes à Educação, como Inclusão, Gestão Escolar, Educação do Campo, etc. valorizando a participação de professores da rede, professores da IES e personalidades de destaque no cenário educacional. A abordagem desta temática será feita por um teórico convidado que versará sobre o tema seguindo um roteiro: considerações iniciais, aporte histórico, comparações com outros lugares, exemplos e considerações finais. O debate será conduzido por um professor e instigado por perguntas formuladas pelos telespectadores para serem respondidas e discutidas. (PARANÁ, 2006, p.31)

Ainda seguindo a mesma linha de produção de programação voltada para a formação continuada de professores através do Ensino a distância, existe a incumbência desse núcleo de produção de elaborar os vídeos institucionais, como: Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), TV Pendrive, Livro Didático Público, Tecnologia na Educação, conforme Santos *e tal* (2007).

O terceiro núcleo de produção, dirigido por Anaí Bagnolin, é responsável pela construção dos programas (PARANÁ, 2009): *História de Professor, Por Dentro da Escola, Recreio com História, Universo Escola, Tempo de brincar, Fera e Com Ciência* que são documentários de curta duração elaborados para serem veiculados na TV Paulo Freire.

Ao acessar a página do Canal (ibidem), o usuário não encontra nenhum vídeo dos programas *História de Professor, Recreio com História, Universo*

Escola, Fera e *Com Ciência*. Do mesmo modo como esses três primeiros mini-documentários não aparecem na lista de sinopses entregue aos professores na época da pesquisa diagnóstica sobre a TV Paulo Freire (PARANÁ, 2006). Os programas *Fera e Com Ciência* que já haviam sido pensados nas sinopses do Cetepar aparecem como uma co-produção da TV Paulo Freire que somente edita o material audiovisual produzido nas oficinas realizadas durante o evento Fera e Com Ciência, promovidos pela Seed. Conforme apresentado em 2006 pelo documento (PARANÁ, 2006) esses programas tem duração de seis minutos e funcionam como uma cobertura dos eventos.

O programa *Tempo de Brincar* apresenta "(...) as brincadeiras que fizeram e fazem parte do universo infantil, dentro e fora do espaço escolar." (ibidem, p.39) Esses programas têm duração de cinco minutos e acessando ao sítio da TV (PARANÁ, 2009) os usuários podem encontrar alguns programas já veiculados como: "Rolimã", "Barquinho/casinha", "Adoletá/Bandeirinha", "Bugalha/ Lenço atrás", "Ameba/Pau de sebo", "Careca cabeludo". Já o programa *Por dentro da Escola* ainda não esteja disponível para visualização *web* (PARANÁ, 2009), aparece nas sinopses do Cetepar (PARANÁ, 2006), como um programa de periodicidade semanal e que tem duração de seis minutos. O programa revela temas pertinentes "(...) ao âmbito da escola que extrapolam os conteúdos curriculares. Por exemplo: a merenda escolar, a manutenção do espaço escolar, gestão escolar, ações da escola na comunidade." (PARANÁ, 2006, p.30)

Por outro lado, aparecem no espaço destinado ao Canal, dentro do Portal Dia-a-dia Educação, na parte de "Assista aos programas da TV Paulo Freire" (PARANÁ, 2009), outros programas, como: *Eureka, Aluno Ponto Com e Desfolhando*. O programa Desfolhando é o único programa de produção licitada apresentada no sítio da TV Paulo Freire.

O programa *Eureka* é uma produção própria da TV Paulo Freire direcionado a estudantes do Ensino Médio que estão se preparando para o vestibular e para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), segundo documento do Cetepar (PARANÁ, 2006). Assim como o programa *Aluno Ponto Com* que também é produzido pela TV Paulo Freire com periodicidade quinzenal e que tem duração de 15 minutos, segundo o sítio da TV Paulo Freire (PARANÁ, 2009). Três dos programas veiculados via web abordaram: "A informática como

veio ao mundo", "*Hardware e Software*" e "Sistemas Operacionais – *Windows e Linux*", dentro da perspectiva de "(...) provocar a reflexão sobre questões éticas que envolvem o uso do computador e da Internet." (ibidem, p.37)

O segundo documento de aprimoramento da primeira versão publicada pelo Cetepar (PARANÁ, 2006) sobre o projeto da TV Paulo Freire, produzido pelo Centro de Excelência em Tecnologia Educacional do Paraná (PARANÁ, 2008) afirma que existem quatro núcleos de produção e não três como apresentado no sítio da TV Paulo Freire (PARANÁ, 2009). Esse quarto núcleo é responsável pela produção de videoaulas e vinhetas educativas. Os programas produzidos por essa equipe são: *Eureka, Prófuncionário e as Vinhetas educativas* que são peças videográficas que variam de 15 a 30 segundos "(...) para divulgação da concepção pedagógica e visual da TV; da programação da TV; de informações de interesse da comunidade escolar e outros." (PARANÁ, 2008, p.13)

Ao analisar-se a programação da TV Paulo Freire de junho de 2009, anexada a esse trabalho (ANEXO 3), é possível observar que existem outras produções que são veiculadas pelo Canal, mas que não são produzidas por seus núcleos de produção. A TV PF veicula em sua grade de programação programas produzidos pela(o): TV Escola, um canal do Ministério de Educação e Cultura do Brasil, como a série *Arte e Matemática* que está presente no calendário de junho e que segundo o sítio do Canal (2009), no *link* "Programas", trata-se de uma "(...) série de 13 programas que mostra as relações entre a Matemática e a Arte, nos mais variados meios de expressões.", *Assembléias Escolares, Crônicas da Terra, Escolhi Viver Aqui, Índios no Brasil, Mão na Forma, Paisagens Brasileiras e Viagens de Leitura;* UFPR TV, canal universitário produzido pela Universidade Federal do Paraná que tem programas exibidos na TV PF, como *Caldo de Cultura, Em Tese e Persona*; PUCPR – Lumen Centro de Comunicação e o programa *Ponto de Encontro Cultural.*

Como esse estudo não se trata de uma análise de conteúdo da programação veiculada pela TV Paulo Freire, acredita-se que essa breve explanação sobre os programas produzidos se faz suficiente. Os pontos retratados acima só vêm a corroborar com a linha de investigação do presente estudo que tem como objetivo fazer verificar como se estabelece a interface entre a comunicação e a educação na prática de produção do Canal. Assim, essa

investigação se limita a apontar os elementos inerentes à produção que traçam o perfil de atuação dos profissionais da televisão.

Desse modo é importante analisar nesta etapa quais são os princípios que norteiam a produção dos programas da TV Paulo Freire e que foram instituídos pelo documento do Cetepar (PARANÁ, 2006, p.10):

> - Discussão e formatação das sinopses dos programas em Grupos de Trabalho interdisciplinares, compostos por membros da equipe da TV PAULO FREIRE, equipe técnico-pedagógica dos diversos departamentos da SEED (convidados, conforme o tema a ser discutido), técnicos e especialistas em Comunicação;
> - Apropriação de conteúdos sugeridos pela comunidade escolar em programas com formato pré-estabelecido;
> - Construção de uma linguagem com elementos criativos, interativos, contemporâneos e diversificados, propiciando aos educadores e educandos novas leituras e representações da realidade;
> - Veiculação dos conteúdos pertinentes às diversas áreas do conhecimento, possibilitando aos educadores e educandos a ampliação do entendimento, compreensão e reflexão da realidade.

Ao verificarem-se esses princípios norteadores da elaboração e produção da TV Paulo Freire, nota-se que existe uma preocupação do Canal em tornar sua produção equilibrada do ponto de vista de formação acadêmica e linha de atuação dos profissionais que compõem a TV Paulo Freire. Esse tema será abordado com mais ênfase no capítulo de resultados ao analisar a pesquisa realizada com as equipes técnicas, pedagógicas e administrativas do Canal.

Nesse momento, limita-se a observar que a análise desses eixos que direcionam os programas destaca que são vários os profissionais que participam desse processo, uma vez que não se restringe aos técnicos ou a pessoas experientes do campo da Comunicação. Do mesmo modo, existe um interesse dessa equipe em levar em conta sugestões do público alvo de sua programação, assim como se valer do meio de comunicação para abordar as temáticas necessárias para a comunidade acadêmica da Rede Estadual de Ensino do Paraná.

Segundo o projeto divulgado pelo Cetepar (ibidem, p.11), o fluxo operacional de produção da TV Paulo Freire segue a seguinte ordem:

> Pautas de programas (script); Roteiros; Pré-produção; Coleta de imagens, reportagens, matérias; Edição de som, dublagens, efeitos; Edição de imagens; Geração entre estações; Distribuição do sinal via satélite ou via *web*.

Como afirma o Centro de Excelência em Tecnologia Educacional do Paraná (PARANÁ, 2006), toda a trajetória traçada para a elaboração de um programa segue os critérios que direcionam a concepção inicial dos programas da TV Paulo Freire, diretamente relacionados aos princípios da TV em consonância com as Diretrizes Curriculares do Estado.

A infra-estrutura da TV Paulo Freire, seus equipamentos e sua equipe técnica e pedagógica, elementos que compõem o Canal poderão ser formados a partir de recursos provenientes de diversos meios, como:

> recursos próprios; recursos oriundos de empresas privadas (produtoras de áudio e vídeo) contratadas por meio de licitação pública; recursos viabilizados por meio de parcerias com outros canais de televisão; recursos advindos de patrocínios ou incentivados por meio de leis de incentivo. (ibidem, p.12)

Os recursos próprios, segundo o documento do órgão paranaense (PARANÁ, 2006), originam-se de recursos humanos cedidos pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná (Seed) como professores, gestores educacionais e servidores. Do mesmo modo, por tratar-se de uma ação pensada pelo governo do Estado, a TV estabelece parcerias internas com outros órgãos do Governo como: Secretaria de Estado da Comunicação; Secretaria de Estado da Cultura; Rádio e Televisão Educativa do Paraná; Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior; Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná.

Os recursos oriundos de empresas privadas contratadas por meio de licitação pública dizem respeito à contratação, via edital, de produtoras de áudio e vídeo que serão responsáveis pela produção terceirizada de alguns programas previamente pensados para serem exibidos na TV Paulo Freire. Conforme baliza o documento (PARANÁ, 2006, p.12), a avaliação dessas produtoras devem seguir os seguintes critérios: “portifólio de produções da produtora; experiência profissional do diretor e roteirista sugeridos pela produtora; proposta de roteiro

para execução do programa, que será avaliada por uma banca a ser constituída para esta finalidade.”

Essas produtoras contratadas por licitação serão responsáveis por disponibilizar profissionais que atuarão na direção e produção técnica dos programas produzidos pela TV Paulo Freire, uma vez que por o Canal pertencer à Secretaria de Educação do Estado do Paraná para que se contratem profissionais permanentes, exige-se a abertura de concurso público para preenchimento das vagas, como afirma o documento (PARANÁ, 2008)

A outra opção de recurso para compor as mais diversas modalidades de produção da TV Paulo Freire, conforme aborda o projeto de divulgação do Canal produzido pelo Cetepar (PARANÁ, 2006) é o estabelecimento de parcerias com televisões estatais de cunho educativo; televisões públicas vinculadas a fundações, associações; televisões universitárias; televisões comunitárias, como a TV Escola e a UFPRTV que já tem programação própria inserida na TV Paulo Freire. Como afirma o documento do Centro de Excelência em Tecnologia Educacional (PARANÁ, 2006, p.13): “Para compor a grade de programação, a TV PAULO FREIRE contará com a participação de outras redes de televisão, com a finalidade de diversificar e ampliar a programação dentro das categorias propostas pelo Canal.”

A última opção são os recursos originados por meio de patrocínios ou incentivados por meio de leis de incentivo. Como afirma o projeto do Canal (PARANÁ, 2006, p.13):

> A TV PAULO FREIRE buscará também recursos destinados à produção de programas por meio de Leis de Incentivo (municipal, estadual e federal), assim como por meio de fundações e organizações nacionais e internacionais de apoio à cultura e à educação que possam vir e apoiar este projeto.

Ao analisar as diversas modalidades de produção da TV Paulo Freire, pode-se observar que se trata de um canal fechado de cunho educativo de caráter estatal, uma vez que faz parte da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, não se caracterizando como TV pública, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo artigo 223 da Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988).

Diante do exposto, a estrutura de funcionamento da TV Paulo Freire (PARANÁ, 2006) é composta por uma equipe técnico-pedagógica e uma estrutura física e tecnológica pré-determinada. Como afirmado anteriormente, podem participar diretamente do projeto da TV Paulo Freire "(...) professores convidados do Quadro Próprio do Magistério da Rede Estadual, com experiência em produção de TV e, profissionais da área da Comunicação e estagiários." (PARANÁ, 2006, p.14) Os estagiários contratados pelo Canal serão oriundos de parcerias entre o Governo e Instituições de Ensino e Pesquisa do Paraná.

Conforme documento do Cetepar (PARANÁ, 2006), que leva em conta o número de equipamentos adquiridos, a proposta inicial de composição de um quadro de funcionários era de: 47 pessoas na equipe técnico-pedagógica, entre professores do Quadro Próprio do Magistério (QPM) e aqueles contratados por licitação; seis prestadores de serviço; onze estagiários.

Dos 47 profissionais, estipulavam-se (ibidem): quatro diretores, sendo dois para núcleos de produção e dois para gravação externa; dois coordenadores de produção para os núcleos de produção; 14 produtores sendo dez para os núcleos e quatro para gravação externa; quatro roteiristas; dois cenotécnicos para o estúdio de vídeo; dois profissionais para trabalharem com decupagem; três operadores de luz, sendo um para estúdio de vídeo e dois para gravação externa; quatro editores de vídeo, um para cada ilha de edição; um diretor de corte para o estúdio de vídeo; dois editores de áudio para o estúdio de áudio; dois técnicos administrativos e dois técnicos para instalação e manutenção de equipamentos para comporem o suporte técnico.

Dos seis prestadores de serviço seriam: um cenógrafo; um figurinista; dois apresentadores e dois locutores. E dos 11 estagiários, precisariam de dois maquiadores/ cabeleireiro para os núcleos de produção e dois assistentes de direção; dois assistentes de cinegrafista para o estúdio de vídeo; dois assistentes de editor de áudio para o estúdio de áudio e três designers gráficos para o núcleo de desenvolvimento tecnológico.

No documento de 2008 (PARANÁ, 2008), a infra-estrutura existente para a equipe de produção da TV, difere do que havia sido estipulado anteriormente. Segundo projeto do Cetepar (PARANÁ, 2008, p.7) compõem o quadro de recursos da TV Paulo Freire 21 pessoas pertencentes à Secretária de Educação

do Estado do Paraná e oito estagiários. Os quatro núcleos de produção da TV Paulo Freire são compostos por dois funcionários pertencentes ao QPM da Seed e um estagiário. Além disso, a equipe de produção da TV é formada por dois auxiliares de roteirização, um profissional responsável pela captação, edição, mixagem e masterização de áudio, um para a programação, dois para catalogação e acervo, três para transmissão, um para suporte técnico, um para secretaria e um para coordenação, todos profissionais oriundos da Seed.

Note-se que, a estrutura física e tecnológica da TV Paulo Freire, responsável pelas operações técnicas, administrativas e pedagógicas do Canal educativo estarão "(...) sob responsabilidade do (...) CETEPAR, onde está localizada a estrutura operacional do Portal Dia-a-dia Educação, com o qual o Canal fará integração" (PARANÁ, 2006, p.14) e receberão o apoio da RTVEPR com a disponibilização do "(...) espaço físico necessário para as instalações dos núcleos de produção, estúdios de áudio e vídeo e ilhas de edição." (ibidem)

A aquisição de equipamentos necessários para produção da programação elaborada pela TV Paulo Freire, deu-se a partir da identificação de quatro elementos envolvidos no processo de construção da produção audiovisual, conforme afirmação do documento (PARANÁ, 2006): captação de áudio e vídeo; processamento da produção de áudio e vídeo; edição e finalização audiovisual; central de transferência de mídia, distribuição de sinal e gerenciamento de acervo.

Não se vê necessário nesse momento do presente estudo descrever a quantidade de equipamentos técnicos necessários para a constituição da TV Paulo Freire. Segundo dados divulgados por Santos *e tal* (2007), o investimento para a implantação do Canal (valores que incluem a compra de antenas parabólicas e televisões para as escolas) é de aproximadamente R$1.200.000,00. Porém, é importante ressaltar que "(...) a escolha dos equipamentos contempla a convergência tecnológica em curso, prevendo a migração do sistema analógico para o digital e HDTV, sem a necessidade de se replicar investimentos." (PARANÁ, 2006, p.16)

Conforme análise do cronograma de instalação da TV Paulo Freire (ibidem), o canal que nesse momento completa três anos de existência, teve seu processo de elaboração e implementação realizado em menos de um ano. De agosto a novembro de 2005, foram realizadas as ações institucionais (externas e

internas) de implantação do canal fechado no Paraná, assim como a aquisição e a instalação dos equipamentos que perdurou até o mês de abril de 2006. Este foi o mesmo tempo que levou para a composição das equipes de produção. Já o mobiliário foi adquirido e instalado de março a maio de 2006, assim como a produção dos programas, os testes com equipamentos e a definição de parcerias. A elaboração de propostas de programação teve um processo contínuo uma vez que começou em agosto de 2005 e permaneceu constante até maio de 2006, quando ocorreu a liberação do sinal por satélite. Diferentemente do expresso pelo cronograma (PARANÁ, 2006, p.21) o início das transmissões só ocorreu no final de junho e não em maio como era previsto.

Um detalhe importante do cronograma que justifica em parte a dificuldade enfrentada no início dessa pesquisa – que será tratada com maior ênfase no próximo capítulo – é referente ao tempo destinado à campanha de marketing e divulgação, interna e externa, limitado aos meses de abril e maio de 2006.

Em 2008, foi realizada uma pesquisa de opinião sobre as ferramentas tecnológicas disponíveis para a utilização dos docentes da Rede Estadual de Ensino, dentro da perspectiva de avaliar como se desenvolve a política pública midiática adotada no Paraná. Essa pesquisa foi disponibilizada no portal Dia-a-dia Educação e teve a participação de 5.300 professores do QPM, que em sua especificidade já apresentavam a característica de ter mais familiaridade com as novas tecnologias, visto o acesso dar-se por meio do portal. Dentre 34 perguntas, seis (ANEXO 4) tratavam da TV Paulo Freire.

O primeiro questionamento abordava o modo de acesso da programação do Canal. Verificou-se que, 44,3% dos entrevistados não acessavam essa programação, enquanto os demais se dividiam entre a programação divulgada por meio do Portal Dia-a-dia Educação (33,74%) e a anunciada de modo impresso nas escolas (30,11%).

A segunda questão objetivava averiguar qual a opinião dos professores sobre o conteúdo proposto pela TV. O maior índice de respostas confirmou o que já havia sido dito nesse estudo com relação ao primeiro estudo exploratório realizado nas escolas em 2007, 38,09% dos docentes desconheciam o conteúdo veiculado pelo Canal, enquanto 35,87% afirmavam que se tratava de conteúdos

bons. Os demais afirmaram que essa programação era muito boa (22,32%) e regular (3,72%).

As outras quatro questões limitaram-se a examinar se existem condições dentro das escolas para que essa audiência se constitua na prática. A organização da programação veiculada na PF em três turnos, exibida pela manhã e reapresentada à tarde e à noite, facilita o acesso a esses programas para 51,32% dos entrevistados, enquanto apenas 8,02% não afirmam que essa prática seja proveitosa. Para 40,66%, essa organização dos programas não interfere na possibilidade de assistir à TV.

A quarta questão mais uma vez reforça a idéia de que não existe uma prática efetiva de constituição de audiência da TV Paulo Freire, uma vez que 43,68% dos professores afirmam não conhecer o formato dos programas veiculados. Já 51,68% asseguram que o formato de organização de tempo, ritmo, linguagem e conteúdo característico do Canal atende a expectativas pessoais desse público. Duzentos e quarenta e seis professores, 4,64% dos entrevistados, afirmaram não estarem satisfeitos com esse formato.

O espaço físico disponível na escola para os professores assistirem à programação da TV é adequado para 46,3% dos docentes, inadequado para 25,64% e ainda não está disponível para 28,06% dos entrevistados. Esses dados revelam a necessidade urgente de equipar esses espaços educativos com tecnologia necessária para que se possa promover a prática de assistir ao Canal.

A última questão pretende verificar se os professores acessam a programação que é veiculada no Portal Dia-a-dia Educação, após terem sido apresentadas na TV. Os resultados seguem o caminho que já havia sido revelado na primeira questão, 48,49% dos professores nunca acessam a programação da TV via Portal. Dos demais, 34,11% tem facilidade em localizar o conteúdo desejado, enquanto 17,4% têm dificuldade.

Com a finalidade de estabelecer um recorte na pesquisa sobre a TV Paulo Freire, levando-se em conta os objetivos propostos pelo canal (PARANÁ, 2006), particularmente os que envolvem a figura do professor da escola pública, objetiva-se verificar como se produz na prática: a apresentação da produção acadêmica proveniente das Instituições de Ensino Superior correspondentes às necessidades pedagógicas dos professores da Rede Estadual de Educação; a co-

produção dos programas com professores e alunos, com a finalidade de valorizar a produção de saberes escolares e à diversidade cultural de seu público alvo; e a produção de fontes audiovisuais para serem utilizadas pelos professores na prática pedagógica. Essa análise será apresentada no capítulo dos resultados.

O apontamento dessa programação, voltado para o público docente, só se faz pertinente quando posto lado a lado com o questionamento apontado como foco desse trabalho de pesquisa, que é verificar como se estabelece, na prática da TV Paulo Freire, a interface da Educomunicação, como um canal de televisão que busca a utilização do meio de comunicação televisivo aliado ao processo de ensino-aprendizagem, assim como também mediador do processo de formação continuada de professores.

Com a finalidade de estabelecer um recorte na pesquisa sobre a TV Paulo Freire, levando-se em conta os objetivos propostos pelo canal (PARANÁ, 2006), particularmente os que envolvem a figura do professor da escola pública, objetiva-se verificar como se produz na prática: a apresentação da produção acadêmica proveniente das Instituições de Ensino Superior correspondentes às necessidades pedagógicas dos professores da Rede Estadual de Educação; a co-produção dos programas com professores e alunos, com a finalidade de valorizar a produção de saberes escolares e à diversidade cultural de seu público alvo; e a produção de fontes audiovisuais para serem utilizadas pelos professores na prática pedagógica. Essa análise será apresentada no capítulo a seguir.

5 METODOLOGIA E RESULTADOS

> A sociedade requisita a ampliação dos papéis e uma certa redefinição de propósitos da educação escolar em nosso tempo. Daí o imperativo de situar a sala de aula na rota onde se cruzam as mensagens dos *media*; as novas linguagens em suas múltiplas tessituras sígnicas; as lógicas geradas por conceitos de ensino/ aprendizagem que escapam à tradição quase única do enciclopedismo ainda em vigências nas escola; as sociabilidades marcadas, hoje, por outros modos de ver, sentir e compreender, sobretudo resultantes das linguagens audiovisuais e das aberturas surgidas com a informática; o reconhecimento de que existem distintas maneiras de aprender e dimensionar as relações espaço-temporais, assim como a possibilidade de exercitar lógicas não necessariamente sequenciais, lineares ou baseadas em sistemas explicativos por demais fechados, etc. (CITELLI, 2000, p.141, grifo do autor)

Conforme apresentado na introdução desse trabalho, essa pesquisa nasce dentro da perspectiva de uma educadora que acredita que a escola tem um papel e um compromisso com a cidadania de ressignificar os saberes sociais construídos fora dos ambientes educativos formais. A preocupação em construir uma audiência televisiva que seja capaz de questionar criticamente a mídia comercial e que tenha autonomia para buscar um espaço de expressão democrática na televisão privada é o fator motivador para pensar-se que a escola é o ambiente mais propício para assumir essa função.

A televisão educativa aparece como uma fórmula recorrente para construir essa prática transformadora. Com a finalidade de constatar como o estado do Paraná vem repensando essa questão, optou-se por verificar como se estabelece a interface entre a Comunicação e a Educação na prática de produção da TV Paulo Freire. Esse canal surge como um exemplo de trabalho concreto que vem sendo desenvolvido no estado paranaense e que está diretamente relacionado com as novas atribuições da escola moderna que atua na formação do cidadão heterogêneo.

Essa dissertação trata-se de uma pesquisa qualitativa e como afirmam Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (ano, p.147, grifos dos autores) segue o direcionamento de que:

> o foco e o *design* do estudo não podem ser definidos *a priori*, pois a realidade é múltipla, socialmente construída em uma dada situação e, portanto, não se pode apreender seu significado se, de modo arbitrário e precoce, a aprisionarmos em dimensões e categorias.

Segundo os autores exige-se, entretanto, uma estruturação prévia que parte de um processo de indução a partir do conhecimento que se tem do contexto e das múltiplas realidades sobre o qual está ancorado o objeto de estudo. Quando se trata, porém, da inserção em um estudo localizado a partir de um novo campo científico como é a Educomunicação, área que já nasce da necessidade da especificidade entre os campos da Comunicação e da Educação, essa tarefa torna-se ainda mais difícil por ter como foco final a escola e o processo de ensino-aprendizagem.

Com o objetivo de averiguar como se estabelece essa televisão educativa que prioriza a educação escolar, o presente estudo dividiu-se em três momentos de investigação e baseou-se em questionários e em entrevistas.

Primeiramente, em novembro de 2007, estabeleceu-se um contato com a Coordenação Regional de Tecnologia na Educação (CRTE), setor pertencente à Secretaria Estadual de Educação do Paraná - órgão responsável pela implantação da TV Paulo Freire nas escolas estaduais. Nesse momento, pretendia-se verificar em quais instituições já haviam sido instaladas as antenas parabólicas necessárias para a recepção da programação do Canal. Para averiguar como se processa a recepção da televisão educativa nessas escolas, realizou-se um estudo exploratório, no contexto da descoberta, de caráter indutivo, através das técnicas de observação *in loco* e inquérito por entrevista e questionário, com diretores e professores que atuam nessa rede de ensino no município de Curitiba.

Essas escolhas metodológicas partem das proposições de Lessard-Hébert, Goyette e Boutin (1994). Os autores (ibidem, p.21) ao discutirem a investigação qualitativa apontam que o pesquisador deve optar durante a etapa do pólo teórico da pesquisa - que é “(...) a instância metodológica em que as hipóteses se organizam e em que os conceitos se definem.” – pelo contexto teórico que será adotado na pesquisa: descoberta ou prova e pelas técnicas metodológicas que serão adotadas: inquéritos, observações e análises documentais. A escolha do contexto da descoberta e não da prova se dá pelo motivo que no contexto da

descoberta, o “(...) investigador foca a formulação de teorias ou de modelos com base num conjunto de hipóteses que podem surgir quer no decurso quer no final da investigação.” (LESSARD-HÉBERT; GOYETTE; BOUTIN, 1994, p.95)

Foram apontadas quatro escolas estaduais, atendendo a um critério inicial da pesquisadora de que essas instituições deveriam: estar localizadas em diferentes bairros do município de Curitiba; mostrar índices desiguais no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) publicado em 2007 (INEP, 2007); apresentar um número distinto de alunos matriculados, pensando-se em uma possível constatação de que o tamanho da escola ou de que público-alvo atendido determinaria o uso ou não da televisão em sala de aula. Esses critérios partem da premissa de que o caráter indutivo não se apresenta como algo contrário a uma pesquisa qualitativa, pois como afirmam os autores pesquisadores das ciências sociais Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (ibidem): “qualquer pesquisador, ao escolher determinado ‘campo’ [...], já o faz com algum objetivo e algumas questões em mente; se é assim, não há porque não explicitá-los, mesmo que sujeitos a reajustes futuros.”

As escolas visitadas para que se desenvolvesse a investigação foram: Escola Estadual Tiradentes, localizado no centro da cidade; Escola Estadual Dom Pedro II, no bairro Seminário; Escola Estadual Algacyr M.Maeder, no Bairro Alto; e Escola Estadual Hidelbrando de Araújo, no bairro Jardim Botânico. Atendendo aos critérios de número de alunos distintos e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica ((IDEB), 2007) diferentes, é possível constatar-se que: a escola realizada na região central da capital paranaense apresenta um Ideb (2007) de 4,3 contra 5,2 da Escola Dom Pedro II, 3,5 da Escola Hidelbrando de Araujo e 4,1 da Escola Algacyr M. Maeder. Esses dados refletem a disparidade na avaliação desses índices no município de Curitiba, ao mesmo tempo em que apresentam uma superioridade – com exceção da Escola Hidelbrando de Araújo – com relação à média paranaense que tem como média do Ideb para as séries finais a nota 3,7 para o ano de 2007.

Os dados divulgados pela Seed (PARANÁ, 2009b), com relação às escolas que atendem as séries finais da Educação Fundamental, mostram que a Escola localizada no Bairro Alto atende 789 alunos; A Escola Dom Pedro II atende 648

alunos; A Escola Hidelbrando de Araujo é composta por 461 alunos; e a Escola Tirandentes 414 estudantes.

Esses dados mostram que não existe relação entre o número de alunos e o Ideb (INEP, 2007), visto que a Escola Dom Pedro II – maior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica dentre as quatro outras escolas - atende 187 alunos a mais que a Escola Hidelbrando de Araujo, caso existisse a indução de que quanto maior a escola, menor a qualidade de ensino. Porém, é importante observar que o Ideb levantado nessas escolas pode estar associado à localização desses estabelecimentos uma vez que, a Escola Hidelbrando localiza-se em bairro cercado por duas grandes favelas da capital paranaense e a Escola Dom Pedro II num bairro considerado de alto padrão na região.

Conforme se pode observar no relatório de dados sobre bairros de Curitiba (CURITIBA, 2000), o bairro Jardim Botânico é considerado o 28º bairro com maior renda, porém os demais bairros próximos à Escola que constituiriam as regiões de origem dos alunos da presente estabelecimento são Prado Velho (68º lugar), Parolin (45º lugar) e Cajuru (61º lugar). A Escola Dom Pedro II localizado no bairro Seminário e segundo a pesquisa (ibidem, 2000) é o oitavo bairro mais rico, porém esse bairro faz divisa com outros bairros ricos como Batel e Água Verde que estão localizados em primeiro e sexto lugares, respectivamente.

A análise desses dados do ponto de vista da pesquisa qualitativa como apontam Lessard-Hébert, Goyette e Boutin (1994) difere da quantitativa, pois esta é linear enquanto naquela o processo de redução, apresentação e interpretação dos dados se dá de modo cíclico e interativo durante o processo de investigação.

O primeiro contato nessas quatro escolas – indicadas pelo CRTE - se deu por intermédio dos diretores. O objetivo dessa entrevista, nesse momento de estudo exploratório, tinha o intuito de perceber como se dava a relação de cooperação entre o que era proposto pelo Governo do Estado do Paraná e a aceitação dessas políticas públicas nas escolas, com a finalidade de verificar se havia algum entrave institucional que interferisse na não veiculação dos programas produzidos e veiculados pela TV Paulo Freire nesses ambientes educativos. Do mesmo modo, que pretendia verificar como se estabelecia a prática de utilização do audiovisual na sala de aula como recurso para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem.

Essas entrevistas ocorreram no mês de novembro de 2007 como já exposto e tiveram sua duração determinadas pelo tempo disponível de cada diretor frente ao interesse de discutir o assunto, sobre a televisão em sala de aula e a implantação de ações midiáticas públicas pelo governador paranaense. A transcrição dessas conversas reflete a análise das entrevistas realizadas com esses diretores. Essa transcrição pretende extrair uma significação desses dados a fim de verificarem-se conclusões provisórias. Como afirmam Miles e Huberman (1994,p.24 apud LESSARD-HÉBERT; GOYETTE; BOUTIN, 1994, p.122), trata-se de querer extrair "significados a partir de uma apresentação-síntese de dados – pondo em evidência ocorrências regulares, esquemas, explicações, configurações possíveis, tendências causais e proposições."

As quatro entrevistas realizadas com esses gestores constataram que existe um interesse em que essas escolas participem da política pública midiática desenvolvida pelo Estado do Paraná. Como se pode ver nas seguintes afirmações: "Hoje em dia nossos alunos tem acesso ao computador durante as aulas o que facilita a vida do professor." (entrevistado 1); "Eles prometeram que até dezembro vão instalar em cada sala uma TV laranjada." (entrevistado 2); "Eu já ouvi falar rapidamente da TV Paulo Freire e acho bem interessante." (entrevistado 4).

O recorte feito na apresentação desses trechos tem o objetivo de mostrar que existe um projeto de divulgação desses programas de utilização da mídia na escola por parte da Secretaria Estadual de Educação e particularmente do CETEPAR que é o órgão responsável pela implantação de projetos de uso das mídias na escola, porém em muitos momentos é possível verificar a insatisfação desses gestores sobre o modo como se dá a implementação dessas ações.

A TV laranja ou TV *Pen Drive* foi citada duas vezes como relacionada à TV Paulo Freire. Essa TV faz parte da política governamental que visa possibilitar que cada sala tenha um aparelho televisor para que os docentes possam exibir programas da TV Paulo Freire, mas que também a utilizem como projetor de imagens e dados como recurso para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. Todavia, percebeu-se que existe um receio de que a inserção dessas mídias na escola acarrete em mais trabalho para o docente que não tem

intimidade com a tecnologia. Um gestor, inclusive, apontou a TV *Pen drive* como exemplo dessa dificuldade.

> Eles querem que a gente prepare as aulas no computador, mas veja só quanto tempo eu vou demorar pra fazer essas aulas. Eu não sei mexer no computador direito e não tenho tempo para perder. E não sou só eu, existem vários professores mais velhos que trabalham de manhã, de tarde e de noite e não tem tempo de fazer cursos. (entrevistado 2)

Mais uma vez reflete-se sobre o modo como se estabelece o processo de formação de professores da rede estadual de ensino paranaense no que diz respeito à capacitação desses profissionais para o uso da tecnologia em sala de aula. “No curso que o pessoal veio dar pra gente eles falaram da TV Pen Drive e da Paulo Freire, mas eles ensinaram a gente a usar a TV em apenas uma manhã.” (entrevistado 3);

Esse fato justifica, em parte, a dificuldade de direcionar-se essa dissertação para a análise da recepção da programação da TV Paulo Freire nas escolas, pois conforme demonstra o cronograma já citado no capítulo 4 sobre o Canal (PARANÁ, 2008), o período de promoção e marketing da TV PF foi de apenas dois meses, abril e maio de 2006.

Ainda com os diretores, com o intuito de direcionar a discussão para a utilização do audiovisual em sala de aula e verificar quais seriam os cinco professores indicados para a aplicação dos questionários sobre o uso da TV na escola apurou-se que esses gestores aprovam o uso da televisão no ambiente educativo escolar. Segundo eles, existem momentos que esse recurso deve ser utilizado pelo professor para enriquecer a sua aula. Como afirma o entrevistado 1: “O aluno traz para a sala de aula a informação que viu na novela ou no Jornal Nacional. O professor tem que saber como utilizar esse interesse do aluno e enriquecer sua aula.” e comenta o entrevistado 2: “Esses dias eu usei o tema da novela das oito para discutir um assunto na minha aula na turma da noite.”

Existe também uma preocupação com o conteúdo selecionado para usar na sala de aula, uma vez que a qualidade da televisão aberta é socialmente vista com receio, enquanto o uso de filmes e documentários já é visto com mais simpatia. “O professor de biologia sempre usa vídeos da *Discovery Chanells* e os alunos adoram.” (entrevistado 4) Assim como o entrevistado 3 que lembrou que:

“Não é qualquer programa que a gente pode passar pros alunos. Acho melhor usar filme, porque o professor pode assistir antes e cortar o que achar impróprio.”

Essa entrevista *a priori* realizada com os diretores foi determinante para esse estudo exploratório para verificar como se dá o estímulo ao uso da televisão pela gestão escolar, criando espaços próprios para a utilização do audiovisual na escola e estimulando a formação dos docentes para a criação de um ecossistema comunicativo (SOARES, 1999) eficaz dentro da escola. Do mesmo modo, que foi esse contato que definiu quais os cinco professores de cada escola que seriam indicados para constituírem o *corpus* de análise de dados por meio de inquérito, através dos questionários escritos, conforme encaminhamento dos autores (LESSARD-HÉBERT; GOYETTE; BOUTIN, 1994, p.143).

A escolha do método utilizado, inquérito por entrevista, para que cada diretor indicasse cinco docentes para responderem aos questionários - partindo do conhecimento desses gestores para a sugestão de quais eram os professores que tinham mais familiaridade com o audiovisual em sala de aula e poderiam desse modo já terem utilizado a TV Paulo Freire nas aulas – baseia-se no conceito dos autores (ibidem, p.162), uma vez que a entrevista orientada para a resposta ainda que referenciada “distingue-se da entrevista estruturada no sentido em que esta, visando igualmente a recolha de informações, não considera de modo absoluto a ordem da aparição das informações no desenvolvimento do processo.”

Ainda que dentro de um contexto de pesquisa exploratória, o inquérito com os docentes é tido como o segundo momento dessa investigação. A análise dos dados respondidos pelos docentes nos questionário aplicado (APÊNDICE 1) foi fundamental para verificar como se estabeleceu o processo de criação e implantação da TV Paulo Freire nas escolas públicas estaduais no município de Curitiba. Esse inquérito tinha o objetivo de verificar a opinião dos docentes sobre: o uso da televisão na escola; a existência de cursos de formação específica produzidos pela Secretaria de Educação do Paraná; a necessidade de projetos de incentivo ao uso dessas mídias aliados ao processo de ensino-aprendizagem; a recepção do canal pela comunidade acadêmica; o uso dos programas veiculados pela TV Paulo Freire em sala de aula.

Ainda que não se pretenda analisar os dados de modo quantitativo, é relevante observar que mais da metade dos professores entrevistados eram mulheres com mais de dez anos de experiência no magistério e que trabalhavam em no mínimo dois períodos. Desses entrevistados, a maior parte tinha formação específica em biologia, sociologia e história. O ponto referente à formação específica desses professores culmina com o que já foi apresentado acima, nas entrevistas com diretores, com relação à utilização de documentários educativos e filmes históricos.

> Eu uso muito filme em sala de aula. Uma ou duas vezes por semestre passo um filme para os alunos. (entrevistado 1, professor de história)
> A Globo produz mini-séries como “Um só coração” que possibilitam ao docente ilustrar os conteúdos de sala de aula, como por exemplo, a Semana da arte moderna. (entrevistada 6, professora de língua portuguesa)
> Dependendo do tema eu uso documentários da Discovery. (entrevistado 19, professor de biologia)
> Eu uso a televisão a cada 15 ou 20 dias se eu achar que o tema tem alguma produção interessante. (entrevistado 3, professor de sociologia)

Acredita-se, a partir da análise desses depoimentos, que os documentários e filmes históricos são vistos como programas mais educativos do que a programação de televisão aberta que só foi indicada pelo entrevistado seis que citou uma mini-série da Rede Globo. Essa análise parte dos apontamentos oriundos da pergunta sobre o tipo de programação utilizada em sala, que tem por objetivo completar a pergunta anterior que diz respeito à utilização do audiovisual na escola. Conforme se previa, por indicação pontual dos diretores, todos os profissionais afirmaram utilizarem a televisão em sua prática didática. Os mesmos que quando questionados sobre a importância da televisão em sala de aula foram enfáticos como o entrevistado oito que disse que “A televisão pode ser amiga do professor dependendo de como ele a use” ou o entrevistado 11 que afirmou que “É preciso ter responsabilidade para usar a televisão na escola. Cabe ao professor selecionar, julgar e aprovar.”

Argumentos como esses reforçam o conceito de que a televisão deve ser desconstruída pedagogicamente e seus saberes devem ser didatizados para que entrem em sala de aula.

O ponto em comum levantado pelos professores demonstrou que a escolha da programação e a periodicidade de uso da mídia com os alunos é motivada pela temática de cada aula e pelo tempo disponível para cumprimento do conteúdo pré-estabelecido, conforme análise das quatro citações já mostradas acima.

Porém, é possível observar uma incongruência no que diz respeito ao depoimento do entrevistado três que afirmou que usa a televisão a cada duas semanas. Esse mesmo profissional apontou que “existe dificuldade de usar a TV aqui na escola porque temos uma sala de vídeo para o colégio todo.” (entrevistado 3)

É possível observar um paralelismo entre a freqüência de utilização da TV entre esses professores que responderam aos questionários. O conteúdo em sala aparece como fator motivador para usar-se a TV na aula.

> Uso a televisão quando acho que tem algum programa que aborda bem o conteúdo que vou trabalhar em sala de aula. (entrevistado 2, professor de história)
> Uma vez por semestre passo um filme longo que demora umas duas aulas, mas que ilustra o assunto que trabalhei com mais enfoque. (entrevistado 15, professor de sociologia)
> Devo usar a TV nas minhas aulas umas duas vezes por semestre, mas se tiver tempo e achar que o programa tem muito a ver com o que dei em sala. (entrevistado 7, professor de biologia)

A questão decisiva que se pretendia verificar com esse questionário dizia respeito à utilização da TV Paulo Freire em sala de aula. Somente três professores já haviam ouvido falar da TV Paulo Freire em novembro de 2007, aproximadamente um ano e meio depois do Canal já estar sendo transmitido. Porém, nenhum desses havia assistido à programação alguma da TV PF e nem utilizado sua programação em sala de aula.

Esses dados refletem o curto tempo de instalação das antenas parabólicas nessas escolas e o deficitário processo de divulgação da televisão entre esses professores. Como essas escolas foram indicadas pela Coordenação Regional de Tecnologia Educacional (CRTE), núcleo Curitiba, por serem instituições nas quais as antenas já haviam sido instaladas na capital paranaense, não se pode dizer

que não se tratava de um contexto real de funcionamento da TV nas escolas, ainda que o número de docentes entrevistados em cada escola seja restrito.

O terceiro momento de investigação ocorreu somente no mês de junho de 2009, data motivada pela dificuldade de manter-se contato com os responsáveis pela TV Paulo Freire para que os mesmos autorizassem a aplicação dos questionários com os profissionais atuantes na produção do Canal. No início do presente mês, após contato com a diretora do Centro de Excelência em Tecnologia Educacional do Paraná, Sra. Elizabete dos Santos, pessoa responsável por propiciar o acesso à maior parte dos documentos que compõem o capítulo quatro dessa dissertação, como (PARANÁ, 2006) e (PARANÁ, 2008), possibilitou-se a aplicação dos questionários com o corpo técnico da TV PF.

Esses questionários têm o objetivo, como já apresentado no início desse estudo, de verificar como se constitui na prática do Canal a estrutura administrativa, técnica e pedagógica dos profissionais que lá trabalham. Essa análise do corpo técnico atuante na produção dos programas veiculados pela TV Paulo Freire pretende verificar se a formação acadêmica específica desses trabalhadores, assim como sua experiência profissional anterior, influenciam diretamente na linha teórica de atuação do canal na constituição dos programas da TV.

A análise dos dados constituídos por meio de *inquérito por questionário* (LESSARD-HÉBERT; GOYETTE; BOUTIN, 1994, p.143, grifo nosso), pretende apurar se (APÊNDICE 2): existem entraves institucionais que limitam/ direcionam a produção elaborada e veiculada pela TV Paulo Freire por tratar-se de um canal criado e mantido pelo governo do estado do Paraná; existem dificuldades de ordem técnica e de conteúdo presentes no cotidiano da PF; existe um processo consciente que estabeleça uma discussão sobre como fazer televisão educativa. Estas constatações têm a finalidade de perceber se o Canal absorve essas especificidades de cada profissional em sua prática cotidiana enquanto televisão educativa, voltada para a promoção da democracia do telespectador/aluno enquanto cidadão.

Do mesmo modo, a investigação se orienta para verificar se os objetivos específicos apresentados por esse estudo, em consonância com um recorte feito na lista de objetivos da própria TV Paulo Freire, estabelecem-se na prática de

produção dos programas elaborados e veiculados pelo Canal. Como esse estudo não se propôs a analisar os programas, esse questionário tem o intuito de verificar se essa prática ocorre na opinião da equipe de produção da TV - técnica, administrativa e pedagógica. Por isso, a questão número dez do questionário que pede para esses profissionais que elenquem por ordem de importância quais dos objetivos apresentados são mais salientados na prática de produção da TV.

Esses objetivos pretendem verificar se: são produzidas fontes audiovisuais para serem utilizadas pelos professores em sua prática pedagógica; a programação elaborada pelos núcleos de produção do canal está em consonância com as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná, por tratar-se de uma ação da Seed; os programas são co-produzidos por professores e alunos, pensando na valorização dos saberes escolares e na diversidade regional; a produção acadêmica proveniente das Instituições de Ensino Superior (IES) pertinentes às necessidades pedagógicas do professores públicos estaduais é apresentada pelo canal.

A partir da análise desses resultados, somado às justificativas apresentadas por esses profissionais, pretende-se elaborar uma análise que constate de modo crítico a linha teórica de atuação da TV Paulo Freire frente ao ideal de tornar-se uma televisão educativa.

Foram aplicados dez questionários com funcionários da TV Paulo Freire, sendo dois profissionais que se enquadravam na equipe técnica/ pedagógica simultaneamente, cinco da equipe pedagógica, dois da equipe técnica e um da equipe administrativa. Desses profissionais apenas um era contratado por licitação, enquanto os outros nove faziam parte do quadro próprio da Secretaria Estadual de Educação. Essa concentração de profissionais pertencentes ao quadro próprio culmina com a aglutinação de profissionais das licenciaturas, língua portuguesa, sociologia, biologia, geografia, história e educação artística. Apenas dois profissionais apontaram ter experiência anterior na área da Comunicação, “videodocumentarismo” e “pesquisa de Ibope”.

A abrangência de atuação dessas pessoas dentro do Canal se constituiu de modo interessante visto que diversas funções foram apontadas: diretor de vídeo, produtor, programador, editor e assistente de coordenação. Todos os

entrevistados afirmaram que percebem que sua experiência anterior é relevante para sua atuação na produção dos programas veiculados pela TV Paulo Freire.

> Devido ao conhecimento dentro do ambiente escolar, conhecimento no campo da Educação Artística e pesquisa científica. (entrevistado 1)
> "Porque a TV Paulo Freire tem como objetivo produzir e veicular programas para professores da Rede Estadual, portanto estive na escola, sei como é sua dinâmica e isso é importante. (entrevistada 2)
> Trabalhamos com escolas e conteúdos relevantes para a mesma. (entrevistado 7)

Nessas declarações, fica claro que existe uma preocupação em conhecer a escola para a qual se fala. Ter experiência em sala de aula é fundamental para determinar qual é a linguagem adequada para esse público, quais são suas necessidades. Por outro lado, observa-se que os poucos profissionais da área da Comunicação Social apontam a importância de uma experiência nesse campo de atuação, visto que predomina na TV Paulo Freire profissionais da área da Educação. "Principalmente porque o setor técnico da instituição possui poucos profissionais com formação e experiência na área em que atua, o que faz com que minha atuação acabe por ser também a de auxiliar os menos experientes." (entrevistado 9)

A falta de profissionais da área da Comunicação aparece em alguns momentos como entraves institucionais que limitam ou direcionam a produção elaborada pelo Canal como também como dificuldades de ordem técnica e de conteúdo que estão presentes no cotidiano da TV.

> É necessário falar a linguagem da Secretaria de Educação quase exclusivamente. Há pouco aproveitamento do pessoal interno na construção de programas. (entrevistado 1)
> O não entendimento do que é comunicação compromete um andamento de mais qualidade. (entrevistado 3)
> Limitação do processo criativo e de possibilidades de criação de novos programas, menos institucionais. (entrevistado 4)
> Equipe técnica flutuante; programação pautada em cima de demandas do Estado (Seed). (entrevistado 6)
> O tamanho da equipe. A compra de material por licitação. (entrevistado 7)
> Burocracia do aparelho estatal, além dos descaminhos do direcionamento dos programas do governo. (entrevistado 8)
> Temáticas vinculadas ao programa do governo da atual gestão e contratação de pessoal sem formação na área de comunicação para fazer roteiros e produzir. Além dos entraves burocráticos na obtenção de material. (entrevistado 9)

Essas respostas apontam uma insatisfação de que a produção criativa – criação de novos programas e temáticas - é limitada pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná e consequentemente do governador Roberto Requião. Do mesmo modo que o fato do Canal tratar-se de uma iniciativa do governo estadual implica em trâmites legais para liberação de verbas e abertura de processos de licitação para aquisição de mão-de-obra especializada e tecnologia. "Morosidade da burocracia." (entrevistado 10) ou "A grande dificuldade é a burocracia estatal, isso quer dizer, morosidade." (entrevistado 2)

Como já apontado, questiona-se o fato da TV Paulo Freire não ter um número expressivo de profissionais da área da Comunicação. São problemas da TV:

> A não existência de uma equipe técnica fixa. (entrevistado 5)
> Equipe mista, falta de alguns materiais, falta de capacitação. (entrevistado 7)
> Há, de certa forma, deficiência de uma equipe técnica perene, bem como não podemos citar determinadas fontes por questões políticas. (entrevistado 8)

Essa falta de uma equipe fixa de profissionais da área técnicas, visto que esses profissionais são contratados por meio de licitação, faz com que outros profissionais pertencentes ao quadro próprio tenham que atuar em uma função para a qual não estão capacitados. Fica claro também que esses profissionais apresentam queixas com relação à formação continuada voltada à área técnica.

> Os profissionais da área técnica não são concursados e falta corpo administrativo. Há falta de entendimento técnico por parte do conteúdo, às vezes os departamentos sugerem convidados que não conhecem e/ou não entendem do assunto. (entrevistado 3)
> Não existe preocupação com formação/ capacitação e aprimoramento dos profissionais da equipe fixa. (entrevistado 6)

Esses encaminhamentos - imposição de conteúdos, convidados, liberdade para a criação de novos programas – convergem para o nível de discussão que, segundo os entrevistados, faz-se sobre televisão educativa.

> Só acontece em alguns momentos, entre a equipe na prática. Formalmente esta discussão é deficiente. (entrevistado 1)
> Não se estabelece. (entrevistado 3)
> Os núcleos criam e estabelecem a discussão. (entrevistado 6)
> Não há discussão, pelo menos com a equipe técnica. (entrevistado 8)
> Não participei de nenhuma discussão que tratasse efetivamente desse aspecto de programação. (entrevistado 9)

Um dos problemas apontados pelos profissionais atuantes na TV Paulo Freire é que esses programas seguem diretrizes previamente estabelecidas pelos criadores dessa programação, conforme se pode observar na apresentação dos programas no projeto da TV Paulo Freire. (PARANÁ, 2006). Se existe discussão com relação à programação, conteúdo e função da televisão isso se dá limitado à equipe/ núcleos de produção.

Porém, existem apontamentos de funcionários da TV Paulo Freire que afirmam que a escolha da programação e a produção voltada para a escola por si só, caracteriza a TV Paulo Freire como TV Educativa.

> Refletindo-se sobre os critérios de escolha da programação e os princípios. (entrevistado 2)
> Ela faz parte do projeto da TV e pensa os conteúdos de maneira a ajudar a escola. (entrevistado 7)
> Pela programação e pela pedagogia da TV Paulo Freire. (entrevistado 10)

Para finalizar o questionário, foi proposto aos entrevistados que enumerassem por ordem de importância quais são os princípios/ conteúdos – dentre os aqui elencados como objetivos específicos da TV Paulo Freire – que tem mais enfoque na produção do Canal.

Dois entrevistados apontaram para a questão de que os quatro assuntos fazem parte dos objetivos dos programas elaborados e veiculados pela TV Paulo Freire. Como em: “Não consigo colocar em ordem de prioridade uma vez que são todos objetivos desta TV.” (entrevistado 2) ou então “Na verdade deveria ser 1, 1, 1 e 2.” (entrevistado 3).

Fica claro, porém, na observação do entrevistado três que a última opção proposta no questionário, relativa à apresentação de produção acadêmica provenientes das instituições de Ensino Superior, não é prioritária para o canal, como se observar nos demais sete questionários. Para somente dois

profissionais, a produção de audiovisuais para serem utilizadas pelos professores em sua prática pedagógica foi apontada como objetivo número um.

Cinco profissionais apontaram como objetivo número um da TV Paulo Freire o fato de elaborar e co-produzir programação com professores e alunos, pensando na valorização dos saberes escolares e na diversidade regional. Esse critério pode ser reafirmado como o fator mais homogêneo referente aos objetivos da TV Paulo Freire. Entretanto, ao contrário do que foi apontado, existem muitas críticas com relação aos objetivos da TV:

> Os alunos são um público pouco privilegiado pela programação, fundamentalmente destinada a professores. (entrevistado 4)
> Os programas não são voltados para o uso dos profissionais em sala. Eles são voltados para a divulgação política educacional do Estado. (entrevistado 6)
> Na verdade acho que o mais importante objetivo da TV PF seja o foco em programas de formação do profissional da Educação (não exatamente focado em sua prática pedagógica). (entrevistado 8)
> Acredito que o foco da TV deve estar em ser um auxílio ao professor em sua formação e auxiliar na troca de experiências entre educadores, não apenas em sua prática pedagógica ou para reafirmar as diretrizes do estado. (entrevistado 9)
> Na maioria das escolas os docentes não criam vínculos com o ensinar. (entrevistado 10)

Essas citações apontam pontos de vista pessoais que refletem diversas percepções críticas sobre a TV, independente de existir uma ordem coerente de apontamentos sobre os objetivos do canal. Entretanto é fator comum o fato de que os docentes não sabem tornar esses programas em saber escolar ou desconstruir a televisão pedagogicamente como aponta Orozco Gomez (1991).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O presente estudo procurou discutir como se estabelece a convergência entre os campos da Comunicação e da Educação, constituindo um novo campo do saber – transdisciplinar e interdiscursivo - chamado em muitos momentos desse estudo de “Educomunicação” a partir da prática de produção da TV Paulo Freire. Essa pesquisa nasceu do interesse de verificar como eram criados os ecossistemas comunicativos (SOARES, 1999), (BACCEGA, 2002) nas escolas públicas estaduais do Paraná através da produção/ veiculação de conteúdos televisivos voltados exclusivamente para a comunidade acadêmica dessa Rede de Ensino.

Esse recorte leva em conta a influência da televisão no universo escolar e a necessidade da escola assumir o papel de educar para os meios de comunicação social. O estudo da mídia pela Educação envolve a necessidade de pensar-se em uma escola que se constitui a partir de interações sociais entre os sujeitos pertencentes a sua comunidade acadêmica - alunos, professores, gestores, pais, comunidade vizinha à instituição – e que não permanece inerte aos acontecimentos ocorridos fora dos muros escolares. A escola atual precisa atualizar-se frente a uma *oralidade secundária* (BRAGA;CALAZANS, 2001, grifo nosso) que lida com a imagem e possibilita novas formas de ser, agir, sentir, estudar, ao alterar os conceitos de tempo e espaço, como afirmam Martin-Barbero e Rey (2001).

Do mesmo modo, esse ambiente formal de educação passa a assumir a função de desconstruir pedagogicamente o conhecimento veiculado pela TV aberta e transformá-lo em conhecimento escolar, como já faz há muito tempo com o saber científico, como afirma Forquin (1993).

Esses posicionamentos adotados pela escola moderna contribuem de modo significativo para a formação do aluno/ cidadão mais crítico e autônomo frente ao conteúdo exibido pela mídia, além de possibilitar que a televisão seja discutida dentro de um contexto cultural real no qual está inserida, como aponta Baccega (2002a). Por esse motivo, é que nesse estudo optou-se por estabelecer o percurso histórico-crítico tomado pela televisão no Brasil e no Paraná, eximindo-

se, porém, de uma abordagem mais complexa, por limitar-se a destacar os aspectos mais relevantes para a análise do objeto de estudo aqui designado.

Constatou-se a partir da fundamentação teórica exposta que, o fato da televisão aberta brasileira ser predominantemente comercial deve-se a uma herança cultural que teve início no rádio e foi disseminada por Assis Chateaubriand ao popularizar a TV no país. Como apontou Leal Filho (1997), diferentemente dos meios de comunicação social europeus, tanto o rádio como o audiovisual do Brasil desde o início tiveram um caráter comercial ao serem vistos como espaço para anúncios publicitários que seriam responsáveis por manter o veículo em funcionamento. A mídia européia como citado pelo autor (ibidem) era mantido por associações ou clubes de ouvintes/ telespectadores que a mantinham em funcionamento através de assinaturas pagas e que desse modo poderiam exigir uma programação comprometida com a educação e cultura.

Somado a isso, a legislação brasileira desatualizada como lembra Bolaño (2007) é também responsável por distanciar a televisão pública da televisão privada. Vive-se em contexto no qual o direcionamento de verba publicitária é medido de acordo com o número de telespectadores/ consumidores reais de cada emissora e/ou programa. Quanto maior a audiência, maior será o investimento em determinada emissora e maior será o distanciamento entre uma emissora mais equipada – tecnologia, recursos - e uma menos paramentada (BRITTOS; BOLAÑO, 2005). Nessa lógica, a televisão pública perde para a TV comercial visto que é proibida de veicular publicidade e não conta com recursos financeiros necessários para equiparar-se à estrutura dessas outras emissoras.

Outro ponto importante no tocante às leis brasileiras diz respeito a fazer cumprir o que estabelece a Constituição do país de 1988. Como já afirmado no capítulo dois e reforçado por Bolaño (2007), existe uma preocupação do Governo em veicular programação educativa e cultural na televisão aberta, assim como em promover através dos meios de comunicação espaços públicos de promoção da democracia, porém devido à manutenção do CBT (1967) quase que inalterado torna-se obsoleta a forma de regulação da TV brasileira.

Em contraponto à competitividade que se poderia estabelecer entre a televisão pública e a televisão privada em busca de uma audiência equilibrada, é importante ressaltar que como lembra Bucci (2006) a televisão educativa e

cultural não tem o objetivo de tomar para si a função de entreter como o faz a TV comercial de modo geral. O que se faz necessário ressaltar através da promoção da TV educativa é que esse é o ambiente em que a cultura do povo é apresentada de modo singular, do mesmo modo em que se permite o debate público heterogêneo que não é limitado por interesses comerciais ou políticos.

A TV Paulo Freire, é um exemplo de canal estatal fechado, que apresenta uma programação voltada para a escola. Dessa forma, esse Canal não se constitui diretamente como um exemplo de televisão pública, ainda que em alguns momentos dessa dissertação essa equivalência se estabeleça de modo consciente. Isso ocorre porque a TV PF, conforme afirma o projeto de divulgação do Canal (PARANÁ, 2006), propõe-se a trabalhar com alunos e professores assumindo o compromisso de fazer uma televisão mais verossímil e menos caricata, assim como pretende divulgar a cultura do povo do Estado do Paraná. Esses objetivos convergem com o que aponta Martín-Barbero (In RINCÓN, 2002) ao caracterizar a TV pública, educativa e cultural: como um espaço democrático de expressão da cidadania; com um novo conceito de telespectador como cidadão e não como consumidor.

Com o propósito de focar o objeto de estudo dessa dissertação dentro do ambiente escolar, atendendo ao princípio da linha de pesquisa Cultura, Escola e Ensino, do Programa de Pós Graduação em Educação da UFPR, optou-se por averiguar como se constitui a estruturação do corpo técnico da TV, responsável por criar, produzir e veicular a programação educativa e cultural para as escolas estaduais. Essas constatações pretendiam verificar se o Canal absorve em sua prática cotidiana as especificidades – experiência profissional anterior, linha teórica de atuação - de cada profissional envolvido na produção dos conteúdos veiculados pela TV Paulo Freire, que tem como foco principal a escola.

Primeiramente, o exame da trajetória percorrida pelo canal deu-se através da análise do projeto da TV Paulo Freire publicado pelo Centro de Excelência em Tecnologia Educacional do Paraná no ano de 2006 (PARANÁ, 2006). Em seguida, aliou-se às informações divulgadas em 2006, outro documento do Cetepar (PARANÁ, 2008) que apresentava informações atualizadas sobre o Canal e que mostrava o número real de funcionários e a programação veiculada pela Paulo Freire. Esse segundo documento analisado tratava-se de uma versão

atual do primeiro documento e que fazia parte do processo de licitação da TV PF para a contratação de profissionais por meio de licitação.

Essa análise apresentada no capítulo anterior constatou como fator relevante que, o Canal paranaense se utiliza da linguagem televisão para promover principalmente a formação continuada de professores, opinião tanto apresentada pelos entrevistados nos questionários, como também no documento divulgado pelo Cetepar (PARANÁ, 2006). Conforme já exposto no capítulo anterior, é possível afirmar, baseado nas respostas dos profissionais da TV Paulo Freire que responderam aos questionários que, existe uma preocupação do Canal em produzir fontes audiovisuais para serem utilizadas pelos docentes em sua prática pedagógica, porém essa temática proposta nos objetivos do Canal (PARANÁ, 2006) não se dá de modo prioritário.Isso ocorre porque a programação voltada para o professor está mais relacionada a essa formação continuada (sala dos professores) do que ao trabalho específico com o conteúdo através do audiovisual (sala de aula).

Desse modo, a TV Paulo Freire cumpre com seus objetivos gerais (ibidem), porém segundo a insatisfação de seus funcionários com relação à produção de fontes audiovisuais para serem trabalhadas em sala deveria voltar-se mais à desconstrução pedagógica do conhecimento que será trabalhado na escola. Essa constatação baseia-se na tabulação dos resultados dos inquéritos que encaminham a discussão para a necessidade do Canal de produzir com mais efetividade uma programação voltada para a sala de aula, uma vez que ele se propõe a isso (PARANÁ, 2006, p.8): “Veicular programas de conteúdos complementares ao currículo, em consonância com as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná.”

Através da utilização da televisão dentro de sala de aula, professores e alunos terão a oportunidade de trocar experiências frente à linguagem audiovisual enquanto discutem os conteúdos pré-determinados pela Secretaria de Educação do Estado (Seed). Dessa maneira, o processo de ensino-aprendizagem se estabelece de modo integral, ao mesmo tempo em que se é possível trabalhar com a leitura crítica dos meios de comunicação social. Afinal, conforme apresentado anteriormente a televisão educativa e cultural não deve atuar de

modo segmentado, mas sim proporcionar um ambiente democrático de debate social.

A atuação da comunidade acadêmica na co-produção da programação veiculada pela TV Paulo Freire merece destaque conforme análise dos questionários aplicados aos profissionais do Canal. Não há, portanto, motivos para não configurar a TV Paulo Freire como TV Educativa uma vez que está presente tanto no projeto da TV (PARANÁ, 2006, p.9) como foi confirmado nas entrevistas, existe uma preocupação do canal paranaense em “Co-produzir programas com professores e alunos, de forma a valorizar a produção de saberes escolares e permitir o acesso à diversidade regional do Estado.”

Desse modo, permite-se afirmar que o Canal paranaense está construindo suas bases enquanto televisão educativa que se apresenta enquanto espaço aberto para a expressão da cultura popular. Todavia, faz-se necessária uma maior autonomia entre o que é proposto pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná referente à programação pré-estabelecida pela mesma. Conforme exposto nos questionários, existem entraves políticos que limitam a criação de novos formatos de programas pelas equipes de produção dos conteúdos veiculados pelo Canal. Esse ponto conforme Martín-Barbero (In RINCÓN, 2002) é fator fundamental para que se adote o conceito de TV Educativa, uma vez que é preciso que se pratique a liberdade de expressão e a autonomia frente ao governo para promover a diversidade social e cultural.

Quando se indagou aos funcionários da TV Paulo Freire sobre a harmonia entre o que é produzido pelo Canal e o que é proposto pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná, verificou-se que por tratar-se de uma ação realizada por um órgão pertencente à Seed, seus princípios são cumpridos à risca com relação ao que se projeta para a escola. Contudo, esse ponto constituiu-se como resposta ao questionamento deste estudo que se propunha a investigar se existem entraves institucionais que limitam/direcionam a produção elaborada e veiculada pela TV Paulo Freire por ser um canal criado e mantido pelo governo do estado do Paraná.

Dois problemas maiores foram verificados: o primeiro diz respeito à estrutura burocrática de ação estatal e o segundo, à programação pré-estabelecida. O primeiro ponto refere-se à falta de uma equipe técnica fixa que

tenha experiência em comunicação, fator motivado pela necessidade de contratação de profissionais por meio de licitação que ocorre de modo lento e não atende às reais necessidades da TV Paulo Freire. Sendo assim, profissionais pertencentes ao quadro próprio, mesmo que com experiência limitada na área técnica/ comunicação se vêem obrigados a atuar nessa área, o que se caracteriza como um entrave institucional que limita a produção elaborada pelo Canal motivada por problemas de ordem técnica e financeira.

Foi apresentado no capítulo anterior, o fluxo de produção da TV Paulo Freire (PARANÁ, 2006). Esse fluxo demonstra que os programas (objetivos e conteúdos) mantêm-se de modo geral inalterados desde sua projeção, anteriormente à primeira exibição da TV (ANEXO 2). Essa atitude, conforme explanação dos funcionários entrevistados, demonstra uma dificuldade de criar-se novos programas e de expor opiniões pessoas/ experiências desses profissionais, uma vez que existem entraves políticos na indicação de entrevistados, temáticas pertinentes ao cotidiano institucional que dificultam a elaboração de um canal educativo mais comprometido com a sala de aula.

Quando os entrevistados afirmam que sua formação acadêmica e sua experiência profissional anterior, de modo unânime, é relevante para o trabalho dentro da TV Paulo Freire, posicionam-se muito mais com relação às ações realizadas com o público alvo dentro da escola. Esses profissionais que compõem a equipe pedagógica e pedagógica/ técnica acreditam que, por estarem ligados à área da Educação, serem licenciados (História, Educação Artística, Artes Cênicas, Letras, Geografia, Biologia), terem interesse/ formação pela área da Comunicação (pós-graduação em Comunicação e Semiótica, Comunicação e Cultura, Cinema, Mestrado em Comunicação e Linguagem), podem construir uma televisão educativa que realmente está voltada para a escola e comprometida com a Educação e a Cultura. O único entrevistado da área administrativa pertence ao quadro próprio do Governo do Estado e atua de modo global dentro da televisão uma vez que atua como assistente de coordenação.

A equipe técnica de funcionários entrevistados, dois editores e um diretor, refletem distintos tipos de contratação (quadro próprio e licitação). Ainda que esse *corpus* seja pequeno, reflete uma opinião comum e particular a essa equipe que como já exposto é inferior à equipe pedagógica, a falta de formação específica na

área de Comunicação limita o trabalho técnico. Desses profissionais apenas um tem formação voltada para a escola (graduação em História), mas com formação também voltada para a Comunicação. Enquanto os demais têm formação em Cinema e Vídeo. Esses funcionários apresentam experiência anterior em edição de vídeo, fotografia e videodocumentarismo.

Essa constituição do corpo de funcionários da TV Paulo Freire de tal maneira reflete os motivos que levam ao descontentamento desses profissionais com relação à produção da programação da TV. As decisões sobre conteúdos são limitadas aos núcleos de produção e não se dão de modo geral dentro do Canal, não envolvem todos os setores. Entende-se que o trabalho de produção se dá de modo restrito a determinadas equipes, porém acredita-se que esse fluxo afeta a discussão sobre o que é uma televisão educativa. Segundo análise dos questionários, é possível perceber que a imagem da TV Educativa se limita à associação de uma programação voltada para a Educação.

Entretanto, nesse momento inicial de existência, conforme opinião dos entrevistados, o Canal não prioriza a produção de fontes audiovisuais para os professores trabalharem em sala de aula e nem apresenta de modo regular o que se propõe a mostrar com relação à produção acadêmica proveniente das Instituições de Ensino Superior (IES) pertinentes às necessidades pedagógicas dos professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná. Limitando-se muitas vezes à exibição de programação voltada para a formação de professores.

O estabelecimento de uma TV Educativa é um processo consciente e comprometido com a promoção da cidadania. Para que isso ocorra, faz-se necessário que se cumpra de modo autônomo e crítico um objetivo maior que pensa prioritariamente na valorização da cultura de um povo, independentemente de interesses comerciais ou políticos.

Uma televisão educativa voltada exclusivamente para a escola é uma exemplo interessante de promoção desse espaço democrático. É capaz de auxiliar na construção do conhecimento escolar de modo contextualizado com o mundo real no qual o aluno/cidadão está inserido, ao mesmo tempo em que possibilita a formação de um público mais exigente, participativo e menos manipulável por interesses capitalistas e comerciais.

REFERENCIAS

ABEPEC. **Documento escrito para apresentação no I Fórum Nacional das TVs Públicas.** Diagnóstico Setorial ABEPEC **(2007).** Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/upload/diag_abepec_1164649748.pdf> Acesso em: 01/04/2009.

ALVES-MAZZOTTI, J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. 1. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

ANATEL. **Dados estatísticos do serviço de TV por assinatura.** Estudo Comparativo de Regras de Must Carry na TV por assinatura **(2009).** Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/Portal/veificadocumentos/documento.asp?numero> Acesso em: 01/06/2009.

BACCEGA, M.A. (Org.) **Gestão dos Processos Comunicacionais**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

_____**Televisão e escola: aproximações e distanciamentos.** In INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002a.

BERTRAND, C. **A deontologia dos media.** Coimbra: Minerva, 1999.

BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Maria Regina Zamith. **Comunicação e educação:** questões delicadas na interface. São Paulo: Hacker, 2001.

BOLAÑO, C. R. **Qual a lógica das políticas de Comunicação no Brasil?** São Paulo: Paullus, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição:** República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/Constituicao/principal.htm>. Acesso em 10/05/2009.

BRASIL. Decreto-lei n.236, de 28 de fevereiro de 1967. Complementa e modifica a Lei 4117 de 27 de agosto de 1962. **Diário Oficial [da] República Federativa**

do Brasil, Brasília, DF, 28 fev 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ ccivil/Decreto-Lei/Del0236.htm>. Acesso em 10/05/2009.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 8, de 15 de agosto de 1995. Altera o inciso XI e a alínea "a" do inciso XII do art.21 da Constituição Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 ago 1995a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_003/constituicao/emendas/emc/emc08.htm>. Acesso em 10/05/2009.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 36, de 28 de maio de 2002. Dá nova redação ao art. 222 da Constituição Federal, para permitir a participação de pessoas jurídicas no capital social de empresas jornalísticas e radiodifusoras sonoras e de sons e imagens, nas condições que especifica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 mai 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ ccivil_003/constituicao/emendas/emc/emc36.htm>. Acesso em 10/05/2009.

BRASIL. Lei n. 8977, de 6 de janeiro de 1995. Dispõe sobre o serviço de TV a Cabo e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 06 jan 1995b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ ccivil/LEIS/L8977.htm>. Acesso em 10/05/2009.

BRASIL. Lei n. 11652, de 7 de abril de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades e sua administração indireta. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 abr 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ ccivil/LEIS/L11652.htm>. Acesso em 10/05/2009.

BRASIL. Lei n. 4117, de 27 de agosto de 1962. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 ago 1962 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ ccivil/LEIS/L4117.htm>. Acesso em 10/05/2009.

BRASIL. Lei n. 9472, de 16 de julho de 1997. Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações e a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional n.8, de 1995. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ ccivil/LEIS/L9472.htm>. Acesso em 10/05/2009.

BRASIL. Ministério da Cultura. Caderno de Debates. **Entrevista com o presidente da RádioBras Eugênio Bucci.** Brasília, DF, 27 nov 2006. Disponível em:<http://www.cultura.gov.br/site/2006/11/27>. Acesso em: 01/04/2008.

BRITO, V. C. e BOLAÑO, C. R (orgs). **Rede Globo - Quarenta 40 anos de poder e hegemonia.** São Paulo: Paullus, 2005.

CANCLINI, N.G. **Consumidores e Cidadãos:** conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

_____**Culturas Híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. 3. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

CAPPARELLI, S; LIMA, V.A. **Comunicação e televisão: desafios** da pós-globalização. São Paulo: Hacker, 2004.

CAPPARELLI, S. **Televisão e capitalismo no Brasil.** Porto Alegre: LPM, 1982.

CITELLI, A. **Comunicação e Educação:** a linguagem em movimento. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.

_____ **Palavras, meios de comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2006.

COGO, D.; GOMES, P.G. **Televisão, Escola e Juventude.** Porto Alegre: Mediação, 2001.

CURITIBA. **Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.** Curitiba em dados. Curitiba, PR, 2000. Disponível em:<http://www.ippucnet.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/Curitiba_em_dados_Pesquisa.asp> Acesso em: 10/01/2009.

DALLA COSTA, Rosa Maria Cardoso. **A história da televisão no Paraná:** um jeito próprio de fazer parte da televisão brasileira. Florianópolis: II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. GT História das Mídias Audiovisual. 15 a 17 de abril de 2004.

DATAFOLHA (Brasil) (Org.). **Pesquisa Datafolha 2006.** Disponível em:<http://www.datafolha.folha.uol.com.br>. Acesso em: 01 de set. de 2008.

FÉLIX, R. 6 anos de altos e baixos. **Jornal Gazeta do Povo.** Curitiba: 12 abr 2009. Seção Vida Públic. Disponível em: <http://rpc.com.br>. Acesso em: 20/04/2009.

FISCHER, R.M.B. **Televisão e Educação:** fruir e pensar a TV. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FORQUIN, J. **Escola e Cultura**: **as bases sociais e epistemológicas do conhecimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FORT, Mônica Cristine. Televisão educativa: a audiência como fator de construção de uma identidade pedagógica-cultural. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.5, n.15, p.127-138, mai./ago. 2005a.

_____ **Televisão educativa:** a responsabilidade pública e as preferências do espectador. São Paulo: Annablume, 2005b.

FORT, M.C.; COUTO, T.S. Televisión, audiencias y comunicación. **Revista de Estudos da Comunicação**, Curitiba, v.5, n.9, p.69-72, jan./jul.2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUENZALIDA, V. (Org) **Educación para la Comunicación Televisiva**, Chile: CENECA, 1986.

GEERTZ, C.. **O saber local:** novos ensaios de antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

HAMBURGER, E. BUCCI, E. (Orgs.). **A TV aos 50:** criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios 2008.** Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01/09/2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Índice de Desempenho da Educação Básica (Ideb).** Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 01/04/2009.

JAQUINOT-DELAUNAY, G. **Imagem e Pedagogia.** Paris: Presses Universitaires de France, 2006.

JAQUINOT, G. **La escuela frente a las pantallas.** Paris: ESF, 1985.

JAMUR JUNIOR, José. **Pequena história de grandes talentos:** os primeiros passos da televisão no Paraná. Curitiba: [S.1].:[s.n.], 2001.

LEAL FILHO, L. L. **A melhor TV do mundo.** São Paulo: Summus, 1997.

LESSARD-HÉBERT, M.; GOYETTE, G.; BOUTIN, G. **Investigação qualitativa:** fundamentos e práticas. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério.** 2 ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

MAFRA, L.A. **A sociologia dos estabelecimentos escolares:** passado e presente de um campo de pesquisa em re-construção. In: ZAGO, N; CARVALHO, M.P. ; VILELA, R.A.T. (orgs.). *Itinerários de pesquisa*. Rio de Janeiro: DP&A , 2003.

MARTÍN-BARBERO, J. Desafios Culturais da Comunicação à Educação. **Revista Comunicação e Educação**, São Paulo, ano 6, n.18, p.51-60, mai./set.2000.

_____ **Dos meios às mediações:** Comunicação, Cultura e Hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. 2ed.

MARTÍN-BARBERO, J.; REY, G. **Exercícios do ver.** São Paulo: Senac, 2001.

MILANEZ, L. **TVE:** cenas de uma história. Rio de Janeiro: ACERP, 2007.

ONG, W. **Oralidade e cultura escrita:** a tecnologização da palavra. Campinas: Papirus, 1998.

OROFINO, M.I. **Mídias e mediação escolar:** pedagogia dos meios, participação e visibilidade. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

OROZCO GÓMEZ, G. **La audiencia frente a la pantalla:** una exploración del proceso de recepción televisiva. Lima: Felafacs, n. 30, pp. 55-63, jun. 1991.

_____ **Televisión, audiencias y Educación.** Enciclopedia Latinoamericana de Sociocultura y comunicación: Grupo Editorial Norma, 2001.

PACHECO, E.D. **Televisão, criança, imaginário e educação.** Campinas: Papirus, 1998.

PARANÁ. Centro de Excelência em Tecnologia Educacional (CETEPAR). **Processo de licitação para a contratação de profissionais.** Curitiba: Secretaria Estadual de Educação, 2008.

PARANÁ. Centro de Excelência em Tecnologia Educacional (CETEPAR). **Projeto de divulgação da "TV Paulo Freire:** Um Canal para a Liberdade". Curitiba: Secretaria Estadual de Educação, 2006.

PARANÁ. Centro de Excelência em Tecnologia Educacional (CETEPAR). **Sítio da TV Paulo Freire:** apresentação dos programas. Curitiba: Secretaria Estadual de Educação, 2009. Disponível em: <http://www.diaadia.pr.gov.br/tvpaulofreire>. Acesso em: 01/06/2009.

PARANÁ. **Secretaria Estadual de Educação do Paraná.** Consulta Escolas. Curitiba: Secretaria Estadual de Educação, 2009b. Disponível em: <http://www.4.pr.gov.br/frmPesquisaEscolas.jsp> . Acesso em 10/05/2009.

PRFOMM NETTO, S. **Telas que ensinam - Mídia e aprendizagem:** do cinema ao computador. Campinas: Alínea, 2001.

REDE MASSA. **Apresentação:** Página principal do sítio da Rede Massa. Disponível em: <www.redemassa.com.br>. Acesso em: 12/08/2009.

RINCÓN, O. (org.). **Televisão pública:** do consumidor ao cidadão. 1ed. São Paulo:Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002.

ROCKWELL, E.; EZPELETA, J. **A Escola:** relato de um processo inacabado de construção. Cidade do México: *Currículo sem Fronteiras*, v.7, n.2, pp.131-147, Jul/Dez 2007

SANTOS, E. dos et al. **TV Paulo Freire:** Um canal para a liberdade, 2007. Retirado de: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/semana/sem_pedag_2007_tecnol_educ.pdf>. Acesso em 11/08/2007.

SIMÕES, I. **A nossa TV brasileira:** por um controle social da televisão. São Paulo: Ed. Senac, 2004.

SOARES, I.O. Comunicação/ Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. **Contato**, Brasília. Ano 1, n.2, jan/mar 1999.

SODRÉ, MUNIZ. **O monopólio da fala:** função e linguagem da televisão no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1977.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Citações e Notas de Rodapé:** Normas para apresentação de documentos científicos. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

_____ **Referências:** Normas para apresentação de documentos científicos. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

_____ **Teses, dissertações, monografias e outros trabalhos acadêmicos:** Normas para apresentação de documentos científicos. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

APÊNDICES

1 Questionário aplicado aos professores 122

2 Questionário aplicado com o corpo técnico da TV Paulo Freire 123

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

QUESTIONÁRIO PROFESSORES (QPM/SEED)

1. Dados pessoais:
Idade: _____
Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino
Escolaridade/ Área: _____
Disciplina(s) que leciona: _____
Série para a qual leciona: _____
Período: ( ) Manhã ( ) Tarde ( ) Noite
Carga horária de trabalho: _____
Há quanto tempo leciona: _____

2. A TV na escola:
Você já participou de algum curso sobre o uso da televisão em sala de aula?
( ) Sim ( ) Não
A sua escola tem proposta de trabalho que envolve a televisão?
( ) Sim ( ) Não
Utiliza a TV em sala de aula? Caso não, por quê?
( ) Sim ( ) Não
_____

Caso a resposta seja positiva, responda às questões abaixo?
Com que freqüência utiliza a televisão com os alunos? _____
Que tipo de programa? _____
Conhece a TV Paulo Freire? ( ) Sim ( ) Não
Caso sim, qual o seu programa preferido? Por quê? _____

Com base na sua vivência, você diria que a televisão é importante para auxiliar o processo de ensino-aprendizagem? ( ) Sim ( ) Não
Caso não, por quê? _____

Acredita que um canal voltado exclusivamente para a comunidade escolar pode produzir materiais mais eficazes para se trabalhar a televisão em sala de aula? ( ) Sim ( ) Não
Caso não, por quê? _____

APÊNDICE 2 - QUESTIONÁRIO APLICADO COM O CORPO TÉCNICO DA TV PAULO FREIRE

QUESTIONÁRIO TV PAULO FREIRE

1. Você se enquadra dentro da:
( ) Equipe Administrativa
( ) Equipe Técnica
( ) Equipe Pedagógica

2. Sua contratação se deu por meio de:
( ) Quadro Próprio do Magistério (QPM)
( ) Licitação
( ) Estágio

3. Função dentro do Canal: .....

4. Formação acadêmica: .....

5. Experiência profissional anterior: .....

.....

6. Você percebe que sua experiência anterior é relevante para sua atuação na produção dos programas veiculados pela TV Paulo Freire?
( ) Sim ( ) Não
Por quê? .....

.....

7. Existem entraves institucionais que limitam ou direcionam a produção elaborada pelo Canal?
( ) Sim ( ) Não
Quais? .....

.....

8. Quais as dificuldades de ordem técnica e de conteúdo estão presentes no cotidiano da TV Paulo Freire? .....

.....

9. Como se estabelece a discussão sobre como fazer televisão educativa? .....

.....

10. <u>Enumere</u> por ordem de importância (sendo 1 o ponto mais importante e 4 o menos importante) quais desses objetivos, em sua opinião, são mais salientados na prática de produção da programação da TV Paulo Freire. Justifique sua resposta.
( ) Produzir fontes audiovisuais para serem utilizadas pelos professores em sua prática pedagógica.
( )Atuar em consonância com as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná.
( ) Elaborar e co-produzir programação com professores e alunos, pensando na valorização dos saberes escolares e na diversidade regional;
( ) Apresentar a produção acadêmica provenientes das Instituições de Ensino Superior (IES) pertinentes às necessidades pedagógicas do professores públicos estaduais é apresentada pelo canal.
Justificativa .....
.....

ANEXOS

1 Questionário Pré-TV Paulo Freire 125

2 Resumo dos programas 126

3 Programação da TV Paulo Freire do mês de junho de 2009 132

4 Questionário *on line* 133

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO PRÉ-TV PAULO FREIRE

QUESTÕES PARA PESQUISA DIAGNÓSTICA
CETEPAR - CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIA EDUCACIONAL DO PARANÁ

Enquete de apreciação da Programação do Canal de TV junto a professores, alunos e equipe através dos CRTEs:

1. Você acha importante que a SEED tenha um canal de TV educativo voltado às questões educacionais?
   ( ) sim
   ( ) não
2. A partir destas sinopses de programas pré-elaboradas, escolha 3 que você considere interessante veicular num canal de TV:

a).....

b).....

c).....

3. Qual destes programas você **NÃO** considera importante?

a).....

b).....

c).....

( ) nenhum

4. Existe algum conteúdo ou temática que você considere fundamental e que não tenha sido contemplado neste rol de programação?

a).....

b).....

c).....

( ) nenhum

5. Você assiste à programação de algum canal educativo?
   ( ) sim ( ) não

Qual(is)? .....

6. Qual destes canais de TV você considera ter uma programação de qualidade?

( ) TV Educativa do PR

( ) TV Cultura

( ) Canal Futura

( ) TVE (RJ)

( ) TV-S (Rede SESC-SENAC de Televisão)

( ) TV Escola

( ) outros. Quais.....

CAMPANHA

PROGRAMA	MODALIDADE	CONCEPÇÃO	TEMPO/ PERIODICIDADE
ESCREVENDO O MUNDO	Produção Própria	Campanha anual. O programa dá voz aos sujeitos envolvidos com experiências em alfabetização de adultos, com uma linguagem poética, diferenciada e provocativa, para instigar o processo de alfabetização.	1' diário

PROGRAMAS INFORMATIVOS

PROGRAMA	MODALIDADE	CONCEPÇÃO	TEMPO/ PERIODICIDADE
DIA-A-DIA EDUCAÇÃO	Produção Própria	O Programa divulga as iniciativas, programas educacionais e eventos relacionados às políticas públicas do Governo. O programa será gravado em estúdio, em formato de arena. Participarão: 01 âncora, alunos, professores, membros da equipe pedagógica e representantes da comunidade que entrevistarão o responsável pelo projeto em foco. O *Dia-a-dia Educação* inicia com uma reportagem sobre o Projeto.	39' quinzenal

PROGRAMA	MODALIDADE	CONCEPÇÃO	TEMPO/ PERIODICIDADE
EXTRA CLASSE	Produção Própria	Programa jornalístico, gravado em estúdio com um apresentador pautado por meio de pesquisas nos meios informativos, principalmente na Internet, transmitindo diariamente as principais notícias referentes ao universo educacional. Eventualmente fará parte um *Boletim Escolar,* que é uma reportagem divulgando fatos que acontecem na rede de ensino de todo Estado, salientando	13' diário

PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA

PROGRAMA	MODALIDADE	CONCEPÇÃO	TEMPO/ PERIODICIDADE
HORA-ATIVIDADE	Produção Própria	Programa gravado em estúdio, em formato de mesa redonda, que discute alternativas metodológicas e o uso de tecnologias pelos professores de uma disciplina específica em um conteúdo específico. A partir de um conteúdo pré-selecionado professores das disciplinas dos Departamentos da SEED, e CETE/CRTE e Portal discutirão sobre propostas metodológicas e ou tecnológicas. Participarão do programa: professores envolvidos com o Projeto "Folhas", orientadores do "OAC – Portal", responsáveis pelos cadernos temáticos e material didático de apoio, entre outros e, um âncora problematizador.	26' quinzenal
PROGRAMA	MODALIDADE	CONCEPÇÃO	TEMPO/ PERIODICIDADE
"NÓS" DA EDUCAÇÃO	Produção Própria	Programa de debates sobre temas pertinentes à Educação, como Inclusão, Gestão Escolar, Educação do Campo, etc. valorizando a participação de professores da rede, professores das IES e personalidades de destaque no cenário educacional. A abordagem desta temática será feita por um teórico convidado que versará sobre o tema seguindo um roteiro: considerações iniciais, aporte histórico, comparações com outros lugares, exemplos e considerações finais. O debate será conduzido por um professor e instigado por perguntas formuladas pelos telespectadores para serem respondidas e discutidas. As gravações acontecerão fora do estúdio.	52' semanal
PROGRAMA	MODALIDADE	CONCEPÇÃO	TEMPO/ PERIODICIDADE
REGISTRO DE CLASSE	Produção Própria	Programa que disponibiliza conhecimento, estratégias e métodos que aprimoram a relação ensino-aprendizagem. Apresenta recortes de uma aula sendo ministrada por um professor que será convidado a comentar com um especialista, no estúdio, sobre sua experiência.	26' quinzenal

PROGRAMAS DE CONTEÚDOS

PROGRAMA	MODALIDADE	CONCEPÇÃO	TEMPO/ PERIODICIDADE
ACESSO: MÚSICA	Produção Licitada (INCENTIVO)	O programa revela ao telespectador aspectos da criação e execução musical a partir de um repertório variado (popular, erudito, folclórico, etc). Para aproximar a obra musical do telespectador, o programa utiliza-se de conceitos cotidianos que, por meio de analogias entre esses conceitos e aqueles presentes em música, desvenda aspectos de criação e execução contidos na obra. Por exemplo: O conceito de tempo, percebido cotidianamente e aquele presente em música. Para isso, um apresentador utiliza-se de material audiovisual de grupos musicais captado em estúdio ou em apresentações ao vivo, e também acervo disponibilizado em linguagem audiovisual. Ao final do programa a música será apresentada na íntegra.	26' quinzenal

PROGRAMA	MODALIDADE	CONCEPÇÃO	TEMPO/ PERIODICIDADE
CONTE OUTRA	Produção Própria	Programa de contação de histórias a partir de histórias escritas e de histórias orais. A finalidade do programa é despertar o gosto pelo ouvir, contar e inventar histórias.	13' Semanal

PROGRAMA	MODALIDADE	CONCEPÇÃO	TEMPO/ PERIODICIDADE
(DES) FOLHEAN-DO LIVROS	Produção Licitada	Será apresentado em dois blocos distintos: no primeiro bloco, o programa convida leitores e "não-leitores" na escola: alunos, professores e funcionários a "(des)folhear livros", a partir da experiência e/ou trajetória do leitor. Enfoca a relação de amor entre leitor e livro; a leitura como possibilidade de (re)significar a vida e como caminho para a alteridade e autonomia. Apresenta depoimento de leitores sobre suas experiências de leitor, impressões de viagens (notas), memórias do leitor, livros clássicos, livros amados, onde os livros nos levam e onde levamos os livros, o que desperta o interesse por um livro, etc. O segundo bloco será dedicado a uma obra literária com um entrevistado (especialista no tema) que discorrerá de forma mais aprofundada sobre a obra, o autor, a escola literária, etc. Os dois blocos serão gravados em locações.	26' mensal

PROGRAMA	MODALIDADE	CONCEPÇÃO	TEMPO/ PERIODICIDADE
EM CADA CANTO UM ENCANTO (INCENTIVA DO)	Produção Licitada	Programa produzido a partir de gravações externas com a participação de alunos e professores, apresentando a história, a cultura e o meio ambiente paranaense, entre outros aspectos. Revela as particularidades locais, sugeridas por quem habita e vive no lugar, e apresenta a relação desses moradores com seu espaço.	26' quinzenal

PROGRAMA	MODALIDADE	CONCEPÇÃO	TEMPO/ PERIODICIDADE
TRAMAS DA ARTE	Produção Licitada	O programa inter-relaciona os elementos das manifestações artísticas (Artes *Visuais, Literatura, Música, Teatro* e Dança) presentes em diferentes culturas. Com base em pesquisas realizadas a partir de arquivos audiovisuais e utilizando-se de narração em *off,* salienta-se um aspecto da linguagem artística para estabelecer as possíveis relações.	26' mensal

OUTROS PROGRAMAS

PROGRAMA	MODALIDADE	CONCEPÇÃO	TEMPO/ PERIODICIDADE
ALUNO.COM. PR	Produção Própria	Programa de caráter informativo e de conteúdos, que tem como protagonistas dois adolescentes usando o computador em um estúdio. Os adolescentes serão escolhidos para se apresentarem em dupla de forma rotativa, a fim de representar a diversidade de estilos presente na escola. O roteiro de conversa entre os dois estudantes terá como pauta: –Dicas para navegar na Internet; –Antivírus; –Limpar área de trabalho; –Linux; –Links; –Intranet; –Blog; –Orkut; –Pesquisa na Internet (textos fidedignos, softwares, como selecionar textos, ética no uso de textos); –Sugestões de games. Este programa contará com um terceiro personagem que terá a função de alter-ego: o BIG BUG *"grande besouro"*. O papel deste personagem é provocar a reflexão sobre questões éticas que envolvem o uso do computador e da Internet. A estrutura geral do programa será: - Passo-a-passo; - Exibição de sites, software, animações; - Big Bug; - Pesquisa, etc.	26' Quinzenal

PROGRAMA	MODALIDADE	CONCEPÇÃO	TEMPO/ PERIODICIDADE
EDUCAÇÃO COM CIÊNCIA	Co-produção	Co-produção a partir das oficinas de produção audiovisual dos eventos do Com Ciência. As captações realizadas nas oficinas serão editadas pela *TV PAULO FREIRE* seguindo os critérios da programação.	6' mensal

PROGRAMA	MODALIDADE	CONCEPÇÃO	TEMPO/ PERIODICIDADE
TRAMAS DA ARTE	Produção Licitada	O programa inter-relaciona os elementos das manifestações artísticas (Artes Visuais, Literatura, Música, Teatro e Dança) presentes em diferentes culturas. Com base em pesquisas realizadas a partir de arquivos audiovisuais e utilizando-se de narração em *off*, salienta-se um aspecto da linguagem artística para estabelecer as possíveis relações.	26' mensal

OUTROS PROGRAMAS

PROGRAMA	MODALIDADE	CONCEPÇÃO	TEMPO/ PERIODICIDADE
ALUNO.COM. PR	Produção Própria	Programa de caráter informativo e de conteúdos, que tem como protagonistas dois adolescentes usando o computador em um estúdio. Os adolescentes serão escolhidos para se apresentarem em dupla de forma rotativa, a fim de representar a diversidade de estilos presente na escola. O roteiro de conversa entre os dois estudantes terá como pauta: –Dicas para navegar na Internet; –Antivírus; –Limpar área de trabalho; –Linux; –Links; –Intranet; –Blog; –Orkut; –Pesquisa na Internet (textos fidedignos, softwares, como selecionar textos, ética no uso de textos); –Sugestões de games. Este programa contará com um terceiro personagem que terá a função de alter-ego: o BIG BUG *"grande besouro"*. O papel deste personagem é provocar a reflexão sobre questões éticas que envolvem o uso do computador e da Internet. A estrutura geral do programa será: - Passo-a-passo; - Exibição de sites, software, animações; - Big Bug; - Pesquisa, etc.	26' Quinzenal

PROGRAMA	MODALIDADE	CONCEPÇÃO	TEMPO/ PERIODICIDADE
EDUCAÇÃO COM CIÊNCIA	Co-produção	Co-produção a partir das oficinas de produção audiovisual dos eventos do Com Ciência. As captações realizadas nas oficinas serão editadas pela *TV PAULO FREIRE* seguindo os critérios da programação.	6' mensal

PROGRAMA	MODALIDADE	CONCEPÇÃO	TEMPO/ PERIODICIDADE
EUREKA	Produção Própria	Programa direcionado à preparação dos alunos para o ENEM e para o vestibular, gravado em estúdio, com apresentação de um professor e com duas videoaulas sobre conteúdos de disciplinas do currículo.	52' semanal

PROGRAMA	MODALIDADE	CONCEPÇÃO	TEMPO/ PERIODICIDADE
HABLA AMERICA/ FALA AMÉRICA	Produção Própria em parceria com a Venezuela	Curso de idioma (espanhol), no formato de teleaulas, produzidos em parceria com a televisão venezuelana (TELESUR)	26' semanal

PROGRAMA	MODALIDADE	CONCEPÇÃO	TEMPO/ PERIODICIDADE
SALA DE ESPETÁCULO	Produção Própria	O programa mostra o cinema como arte e cultura, por meio de exibição de filmes, divulgando as grandes obras do cinema mundial, os maiores mestres, as principais escolas e correntes, dando ênfase ao cinema nacional e latino americano, que se distingam mais por sua originalidade, experimentação, qualidade técnica e artística, e menos por seus índices de audiência ou potenciais mercadológicos. O *"Sala de Espetáculo"* têm comentários no início e no final da sua exibição os quais especificam a linguagem cinematográfica.	120' semanal

PROGRAMA	MODALIDADE	CONCEPÇÃO	TEMPO/ PERIODICIDADE
TEMPO DE BRINCAR	Produção Própria	O programa apresenta as brincadeiras que fizeram e fazem parte do universo infantil, dentro e fora do espaço escolar. Realizado a partir de gravações externas, mostra crianças brincando, falando sobre o brincar e convidando à brincadeira.	3' semanal

PROGRAMA	MODALIDADE	CONCEPÇÃO	TEMPO/ PERIODICIDADE
TV DO AVESSO	Produção Licitada	Programa que contribui com a construção de um olhar crítico sobre a produção televisiva, desvelando o processo de produção da programação. A partir dos bastidores da televisão, mostrar a (des)construção da linguagem audiovisual e, a partir dessa (des)construção refletir sobre a qualidade das programações de TV. Programa gravado em estúdio, produzido a partir de duas opções: a) um âncora que sai do estúdio e vai para os bastidores e mostrará o *making of* de um determinado programa da *TV PAULO FREIRE* e, de volta ao estúdio, faz uma discussão com especialistas da área, a respeito do programa. b) uma produção de acadêmicos dos cursos de comunicação ou cinema e TV das IES, é (des)construída e comentada pelos realizadores e por um especialista na área.	26' quinzenal

PROGRAMA	MODALIDADE	CONCEPÇÃO	TEMPO/ PERIODICIDADE
TV FERA	Co-produção	Co-produção a partir das oficinas de produção audiovisual dos eventos do FERA. As captações realizadas nas oficinas serão editadas pela *TV PAULO FREIRE* seguindo os critérios da programação.	6' diário

ANEXO 3 – PROGRAMAÇÃO TV PAULO FREIRE MÊS DE JUNHO DE 2009

Programação Junho

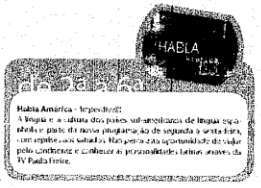
TV Paulo Freire
Um Canal para a Liberdade

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
08h00 - 13h30 - 14h00 >> Nós da educação: Claudia Chaves de Oliveira 09h00 - 14h30 - 15h00 >> Aluno com a informática como ela no mundo 09h45 - 14h45 - 15h45 >> Desenhando Geometria Sonora 09h45 - 15h15 - 20h15 >> Hábla América 1: Vamos falar 10h00 - 15h30 - 20h30 >> Estação Leitura 10h45 - 15h45 - 20h45 >> Escola Verde em Movimento 5 – Parque do 2º Ciclo 11h00 - 16h00 - 21h00 >> Arte e Mídia - Gerações: os jovens artistas 11h00 - 16h30 - 21h30 >> Fazendo com Ciência 2 11h25 - 16h25 - 21h25 >> Ciência de Ponta 11h25 - 16h50 - 21h50 >> Tempo de Ser: um espetáculo musical 11h45 - 16h45 - 21h45 >> Pé de Moleque: palavras e arte 11h45 - 17h45 - 22h45 >> Matemática em Movimento 2 11h55 - 17h25 - 22h25 >> Caminhos da Escola	08h00 - 13h30 - 18h30 >> Dia a Dia Educação: Saúde Viral 09h30 - 14h30 - 19h30 >> Escola de professor: Docência 09h30 - 14h30 - 19h30 >> Arte e Matemática: os jogos africanos 09h45 - 15h15 - 20h15 >> Descobrindo Arquivo 09h45 - 15h45 - 20h45 >> Hábla América 2: Conversando 10h00 - 15h30 - 20h30 >> Estação Leitura 10h00 - 15h30 - 20h30 >> A Matemática do Espantalho: Contando e Resolvendo Problemas 10h30 - 15h30 - 20h30 >> Cinema para Todos: Tempos Modernos 10h45 - 16h25 - 21h45 >> Pensando a Escola 11h00 - 16h30 - 21h30 >> Arte Visual: Cinema e Fotografia 11h00 - 16h30 - 21h30 >> Fazendo com Ciência 2 11h45 - 17h15 - 22h15 >> Descobrindo Arquivo	08h00 - 13h30 - 18h30 >> Hora Atividade Especial: Memória Quilombola 09h00 - 14h30 - 19h30 >> Documentário Geometria Egípcia 09h00 - 14h30 - 19h30 >> Matemática: representações, premissas e linguagens 09h30 - 15h00 - 20h00 >> Escola em Rede: Trabalho 09h45 - 15h15 - 20h15 >> Hábla América 2: Caminhos 10h00 - 15h30 - 20h30 >> Estação Leitura 10h15 - 15h45 - 20h45 >> Escola Verde em Movimento 5 – Anacleto 10h30 - 16h00 - 21h00 >> Documentário 10h45 - 16h25 - 21h45 >> Cinema para Todos: Tempos Modernos 10h45 - 16h30 - 21h30 >> Pensando a Escola 11h00 - 16h30 - 21h30 >> Fazendo com Ciência 2 – Anacleto	05h00 - 10h30 - 16h30 >> Hora Atividade Especial: Memória Quilombola 08h45 - 14h15 - 19h15 >> Por dentro da escola: Arena acústica 09h00 - 14h30 - 19h30 >> Percurso: Ensaios, Ilhéus 09h30 - 15h00 - 20h00 >> Escola em Rede: Trabalho 09h45 - 15h15 - 20h15 >> Hábla América 2: Vamos falar 10h00 - 15h30 - 20h30 >> Estação Leitura 10h25 - 15h55 - 20h55 >> Escola Verde em Movimento 5 – Anacleto 10h30 - 16h00 - 21h00 >> Pensando a Escola 10h45 - 16h25 - 21h45 >> Cinema para Todos: Tempos Modernos 11h00 - 16h30 - 21h30 >> Fazendo com Ciência 2 11h45 - 17h15 - 22h15 >> Mais do Educação: Paulo Freire	08h00 - 13h30 - 18h30 >> Hora Atividade: Plano de Trabalho Docente 08h45 - 14h15 - 19h15 >> Por dentro da escola: Arena acústica 09h00 - 14h30 - 19h30 >> Percurso: Ensaios, Ilhéus 09h30 - 15h00 - 20h00 >> Escola em Rede: Trabalho 09h45 - 15h15 - 20h15 >> Hábla América 2: Vamos falar 10h00 - 15h30 - 20h30 >> Estação Leitura 10h25 - 15h55 - 20h55 >> Escola Verde em Movimento 5 – Anacleto 10h30 - 16h00 - 21h00 >> Pensando a Escola 10h45 - 16h25 - 21h45 >> Cinema para Todos: Tempos Modernos 11h00 - 16h30 - 21h30 >> Fazendo com Ciência 2 11h45 - 17h15 - 22h15 >> Mais do Educação: Paulo Freire	08h00 - 13h30 - 18h30 >> Hora Atividade: Plano de Trabalho Docente 08h45 - 14h15 - 19h15 >> Por dentro da escola: Arena acústica 09h00 - 14h30 - 19h30 >> Percurso: Ensaios, Ilhéus 09h30 - 15h00 - 20h00 >> Escola em Rede: Trabalho 09h45 - 15h15 - 20h15 >> Hábla América 2: Vamos falar 10h00 - 15h30 - 20h30 >> Estação Leitura 10h25 - 15h55 - 20h55 >> Escola Verde em Movimento 5 – Anacleto 10h30 - 16h00 - 21h00 >> Pensando a Escola 10h45 - 16h25 - 21h45 >> Cinema para Todos: Tempos Modernos 11h00 - 16h30 - 21h30 >> Fazendo com Ciência 2 11h45 - 17h15 - 22h15 >> Mais do Educação: Paulo Freire
08h00 - 13h30 - 18h30 >> Nós da educação: Mônica Ribeiro da Silva 08h00 - 14h30 - 19h30 >> Alunos com Câmera: espaço urbano, vendedores e Gisa 09h45 - 14h45 - 19h45 >> Desenhando Geometria nazca 09h45 - 15h15 - 20h15 >> Hábla América 1: Chile 1 10h00 - 15h30 - 20h30 >> Estação Leitura 10h45 - 15h25 - 20h55 >> Escola Verde em Movimento 5 – Ao Lado de Ninguém 10h30 - 16h00 - 21h00 >> Arte e Mídia - Gerações: os jovens artistas 11h00 - 16h30 - 21h30 >> Fazendo com Ciência 2 11h25 - 16h25 - 21h25 >> Ciência de Ponta 11h25 - 16h50 - 21h50 >> Tempo de Ser: Infância 11h45 - 16h45 - 21h45 >> Pé de Moleque: palavras e arte 11h45 - 17h15 - 22h15 >> Matemática em Movimento 2 11h55 - 17h25 - 22h25 >> Caminhos da Escola	08h00 - 13h30 - 18h30 >> Dia a Dia Educação: Pré-vestibular 4 09h00 - 14h30 - 19h30 >> Escola de professor: Docência 09h30 - 14h30 - 19h30 >> Arte e Matemática: artista e os matemáticos 09h30 - 15h00 - 20h00 >> Percurso: a escola 09h45 - 15h15 - 20h15 >> Hábla América 1: Chile 2 10h00 - 15h30 - 20h30 >> Estação Leitura 10h25 - 15h55 - 20h55 >> Escola Verde em Movimento 5 – Anacleto (Pré-vestibular) 10h30 - 16h00 - 21h00 >> Pé de moleque: Cifras (palavras 3) 10h45 - 16h25 - 21h45 >> Por dentro da escola: Espaço de Saúde 10h55 - 16h55 - 21h55 >> Tempo de Ser: Infância 11h00 - 16h30 - 21h30 >> Pé de Moleque: Expressões 11h25 - 17h15 - 22h15 >> Dia a Dia Educação: Sol	08h00 - 13h30 - 18h30 >> Dia a Dia Educação: Pré-vestibular 5 09h00 - 14h30 - 19h30 >> Construindo Arquivo 09h30 - 14h30 - 19h30 >> Arte e Matemática: a cidade e os arcos 09h45 - 15h45 - 20h45 >> Hábla América 2: Vamos falar 10h00 - 15h30 - 20h30 >> Estação Leitura 10h30 - 16h00 - 21h00 >> Arte e Matemática: Simetria 11h00 - 16h30 - 21h30 >> Escola em Rede: Trabalho 11h00 - 16h30 - 21h30 >> Fazendo com Ciência 2 11h45 - 17h15 - 22h15 >> Caminhos da Escola: Matemática	08h00 - 13h30 - 18h30 >> Hora Atividade Especial: Maria Alzenira da Silva Lima 09h30 - 15h00 - 20h00 >> Escola em Rede: Trabalho 09h30 - 16h30 - 21h30 >> Percurso: Ensaios 09h45 - 15h15 - 20h15 >> Hábla América 2: Caminhos 10h00 - 15h30 - 20h30 >> Estação Leitura 10h25 - 15h25 - 20h25 >> Escola Verde em Movimento 5 – Anacleto (Pré-vestibular) 10h30 - 16h00 - 21h00 >> Pensando a Escola 10h45 - 16h25 - 21h45 >> Cinema para Todos: Tempos Modernos 11h00 - 16h30 - 21h30 >> Fazendo com Ciência 2 11h45 - 17h15 - 22h15 >> Mais do Educação: Paulo Freire	08h00 - 13h30 - 18h30 >> Hora Atividade Especial 08h45 - 14h15 - 19h15 >> Por dentro da escola: Educação Saúde 09h00 - 14h30 - 19h30 >> Percurso: Ensaios 09h30 - 15h00 - 20h00 >> Escola em Rede: Trabalho 09h45 - 15h15 - 20h15 >> Hábla América 2: Caminhos 10h00 - 15h30 - 20h30 >> Estação Leitura 10h25 - 15h55 - 20h55 >> Escola Verde em Movimento 5 – Anacleto 10h30 - 16h00 - 21h00 >> Pensando a Escola 10h45 - 16h25 - 21h45 >> Cinema para Todos: Tempos Modernos 11h00 - 16h30 - 21h30 >> Fazendo com Ciência 2 11h45 - 17h15 - 22h15 >> Mais do Educação: Paulo Freire	08h00 - 13h30 - 18h30 >> Hora Atividade: Ensino 08h45 - 14h15 - 19h15 >> Por dentro da escola: Educação Saúde 09h00 - 14h30 - 19h30 >> Percurso: Ensaios 09h30 - 15h00 - 20h00 >> Escola em Rede: Trabalho 09h45 - 15h15 - 20h15 >> Hábla América 2: Caminhos 10h00 - 15h30 - 20h30 >> Estação Leitura 10h25 - 15h55 - 20h55 >> Escola Verde em Movimento 5 – Anacleto 10h30 - 16h00 - 21h00 >> Pensando a Escola 10h45 - 16h25 - 21h45 >> Cinema para Todos: Tempos Modernos 11h00 - 16h30 - 21h30 >> Fazendo com Ciência 2 11h45 - 17h15 - 22h15 >> Mais do Educação: Paulo Freire

Feriado

Programação completa em: www.diadia.pr.gov.br/tvpaulofreire

Destaques do Mês



Hábla América - Impedimento
A língua e a cultura dos países sul-americanos de língua espanhola é parte da nova programação de segunda a sexta-feira, com especiais aos sábados. Mais uma oportunidade de viajar pelo continente e conhecer a personalidade latino-americana da TV Paulo Freire.

Por Dentro da Escola – Papel de Bala
O Projeto Papel de Bala – C.E. Presidente Castelo Branco – foi detectado, possibilitou aos alunos o uso de vários linguajares artísticos e técnicos como os que fazem parte do universo midiático da expressão corporal de grafite, dando abertura para a criação artística e o desenvolvimento da capacidade criativa.

Nova Atividade Especial
O programa apresenta a palestra "Convivência Professor-Adolescente: limites, dicas para a prática pedagógica", realizada na Semana de Formação do Programa de Desenvolvimento da Educação, o PDE, pela professora Maria Ayse Pereira da Silva. Durante a semana de

ANEXO 4 – QUESTIONÁRIO ON LINE

QUESTIONÁRIO ON-LINE – Questões de 14 à 20

ELEMENT
SOFTWARE

14. Você conhece a programação da TV Paulo Freire?		
Não	1850	34.91%
Sim	3450	65.09%
Total:	5300	100%

QUESTIONÁRIO ON-LINE – Questões de 1 à 34

ELEMENT SOFTWARES

15. Como você acessa a programação da TV Paulo Freire? (múltipla escolha)			% rel. 5300
não acesso	2344	40.92%	44,23%
por meio da programação impressa disponibilizada na escola	1596	27.86%	30,11%
via Portal Dia-a-dia Educação	1788	31.22%	33,74%
Total:	5728	100%	

QUESTIONÁRIO ON-LINE – Questões de 1 à 34

ELEMENT
SOFTWARES

15. Como você acessa a programação da TV Paulo Freire? (múltipla escolha)			% rel. 5300
não acesso	2344	40.92%	44,23%
por meio da programação impressa disponibilizada na escola	1596	27.86%	30,11%
via Portal Dia-a-dia Educação	1788	31.22%	33,74%
Total:	5728	100%	

QUESTIONÁRIO ON-LINE – Questões de 1 à 34

ELEMENT
SOFTWARES

16. O conteúdo proposto pela TV Paulo Freire é:		
muito bom	1183	22.32%
bom	1901	35.87%
regular	197	3.72%
desconhecido	2019	38.09%
Total:	5300	100%

Comente sua resposta:

17. A programação da TV Paulo Freire exibida de manhã é reapresentada nos turnos da tarde e da noite. Essa organização da TV facilita o seu acesso à nossa programação?		
sim	2720	51.32%
não	425	8.02%
independe	2155	40.66%
Total:	5300	100%

QUESTIONÁRIO ON-LINE – Questões de 1 à 34

ELEMENT
SOFTWARES

18. O formato (tempo, ritmo, conteúdo, linguagem...) dos programas da TV Paulo Freire atende a sua expectativa?		
sim	2739	51.68%
não	246	4.64%
desconhecido	2315	43.68%
Total:	5300	100%

19. Na sua escola, quando você deseja assistir à programação da TV Paulo Freire, o espaço físico destinado:		
é adequado	2454	46.3%
é inadequado	1359	25.64%
ainda não está disponibilizado	1487	28.06%
Total:	5300	100%

QUESTIONÁRIO ON-LINE – Questões de 1 à 34

ELEMENT SOFTWARES

20. Parte da programação da TV Paulo Freire já está disponibilizada no Portal Dia-a-dia Educação. Você:		
tem facilidade em localizar o conteúdo desejado	1808	34.11%
tem dificuldade em localizar o conteúdo desejado	922	17.4%
nunca acessa a programação da TV Paulo Freire via Portal	2570	48.49%
Total:	5300	100%